

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

Maria Liliane Oliveira do Nascimento

**O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO COMO PRESSUPOSTO
PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ÉTICA MUNDIAL: A
PERSPECTIVA DE HANS KÜNG**

CAMPINAS

2018

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira – CRB 8/8423
Sistema de Bibliotecas e Informação – SBI – PUC-Campinas

t241
N244d

Nascimento, Maria Liliane Oliveira do.

O diálogo inter-religioso como pressuposto para a construção de uma ética mundial: a perspectiva de Hans Küng/ Maria Liliane Oliveira do Nascimento.- Campinas: PUC-Campinas, 2018.
167f.

Orientador: Renato Kirchner.

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião.
Inclui anexos e bibliografia.

1. Religião e ética. 2. Pluralismo religioso. 3. Diálogo - Aspectos religiosos. 4. Kung, Hans, 1928. I. Kirchner, Renato. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. III. Título.

CDD - 18. ed. t241

O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO COMO PRESSUPOSTO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ÉTICA MUNDIAL: A PERSPECTIVA DE HANS KÜNG

Trabalho de conclusão de curso, Dissertação, apresentada como exigência para obtenção do título de mestre em Ciências da Religião, ao programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, do Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Renato Kirchner

PUC-CAMPINAS

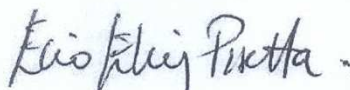
2018

MARIA LILIANE OLIVEIRA DO NASCIMENTO

**O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO COMO PRESSUPOSTO PARA A
CONSTRUÇÃO DE UMA ÉTICA MUNDIAL: A PERSPECTIVA DE
HANS KÜNG**

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião da PUC-Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

APROVADA: 06 de dezembro de 2018.



DR ÉCIO ELVIS PISETTA (UNIRIO)



DR CLÁUDIO DE OLIVEIRA RIBEIRO (PUC-CAMPINAS)



DR RENATO KIRCHNER – Presidente (PUC-CAMPINAS)

AGRADECIMENTOS

“Até aqui o Senhor nos conduziu e, certamente, daqui pra frente Ele nos conduzirá. Desde sempre nos amou, desde cedo nos chamou e, certamente, não nos abandonará. Desde o começo o Senhor estava lá e, certamente, daqui para frente Ele ainda estará...” (Grupo Chamas). As palavras desta canção expressam minha convicção de que estes dois anos que cursei o mestrado em Ciências da Religião na PUC-Campinas foi um tempo em que fui conduzida pela graça de Deus e, por isso, a Ele minha primeira gratidão, pois tenho confiança que me acompanhou e fortaleceu nos momentos mais desafiantes e exigentes vivenciados no decorrer destes quatro semestres. Porém, também agradeço às pessoas que foram sinais visíveis e instrumentos de sua presença em minha vida.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu pai Edmilson Alves do Nascimento, que mesmo não tendo oportunidade de estudar em sua infância, sempre deu o sangue para que tivéssemos oportunidade de cursar um nível superior. Sua sabedoria de vida, sua luta incansável para educar as filhas e sendo grande exemplo de cristão verdadeiro, doado ao próximo e ao serviço na comunidade de base, é meu exemplo de vida. Aproveito para unir na dimensão da família, minha querida e amada irmã Maria Lidiane Nascimento, que mesmo estando longe, sacrificou-se no cuidado da saúde do meu pai para que pudesse estudar.

Em segundo lugar, com o coração eternamente agradecido, rendo ação de graças àquelas que investiram e financiaram minha formação acadêmica, a comunidade do Colégio Sagrado Coração de Jesus, pertencente à Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, na pessoa da Ir. Conceição Mello, que acreditou e intercedeu junto à congregação para a realização deste sonho.

Em terceiro lugar, agradeço aos meus estimados professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, pois as disciplinas cursadas deram-me base para o suporte argumentativo e luzes para encontrar o caminho da pesquisa. De forma muito especial, ao meu querido orientador Prof. Dr. Renato Kirchner, que foi um verdadeiro mestre neste processo de aprendizagem, seja pela paciência e ternura nos meus momentos de “aridez intelectual” (expressão criada por mim para expressar os momentos que não conseguia escrever nada, fase das dúvidas e inseguranças em que não se sabe qual rumo a pesquisa irá tomar), seja pelas cobranças e exigências para que conseguisse superar as dificuldades e os problemas na medida em que iam se apresentando. Também enfatizo no meio acadêmico minha gratidão aos colegas de classe, pois aprendi muito com cada um deles, em especial, ao meu colega Pedro, que foi um instrumento de Deus para me convencer a tentar uma aprovação no processo de seleção ao mestrado e às minhas amigas Michele e Thaís, com as quais tive a oportunidade de compartilhar momentos significativos durante todo o curso.

Concluo meus agradecimentos com uma palavra de gratidão aos professores que aceitaram fazer parte como membros da banca de qualificação e defesa desta dissertação: Profa. Dra. Ceci Maria Costa B. Mariani e o Prof. Dr. Cláudio de Oliveira Ribeiro, pois, ambos me ajudaram a melhorar o percurso da pesquisa, com orientações científicas e motivacionais.

“A pluralidade dos caminhos que levam a Deus
continua sendo um mistério que nos escapa.”

(Claude Geffré)

RESUMO

NASCIMENTO, Maria Liliane Oliveira do. *O diálogo inter-religioso como pressuposto para a construção de uma ética mundial: a perspectiva de Hans Küng*. 2018. 163f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2018.

A presente dissertação pretende analisar a plausibilidade do projeto de ética mundial (*Weltethos*, em sua origem alemã), pesquisando os fatores históricos e conceituais que viabilizaram a existência de uma força ética comum às grandes tradições religiosas da humanidade. Apresentamos o diálogo inter-religioso como pressuposto do processo de formulação da declaração de ética mundial, apresentada por Hans Küng no Segundo Parlamento das Religiões Mundiais, no ano de 1993. De acordo com o referido documento, a base ética comum das religiões encontra-se, em primeiro lugar, no princípio da humanidade “todo ser humano deve receber tratamento humano” e no princípio milenar da regra de ouro “faça aos outros o que desejas que façam a ti”. Estes princípios se desdobram em quatro preceitos inamovíveis que estão associados aos quatro mandamentos da humanidade: compromisso com uma cultura da não-violência e do temor diante de toda a vida (não matar), compromisso com uma cultura da solidariedade e uma ordem econômica justa (não furtar), compromisso com uma cultura da tolerância e uma vida de veracidade (não mentir), compromisso com uma cultura da igualdade de direitos e do companheirismo entre homem e mulher (não fornicar). A partir destes elementos estruturantes da referida declaração, na qual o teólogo ecumênico Hans Küng esboça e norteia o projeto de ética mundial, procuramos desenvolver nesta pesquisa, de forma descritiva, discursiva, interpretativa e crítica, a aplicabilidade e as resistências à concretização de tal ética mundial, que tem como base propulsora o diálogo entre as religiões no decorrer na pós-modernidade.

Palavras-chave: Diálogo inter-religioso; Pluralismo religioso; Ética mundial; Hans Küng.

ABSTRACT

NASCIMENTO, Maria Liliane Oliveira do. *Inter-religious dialogue as a presupposition for the construction of a World Ethic: the perspective of Hans Küng*. 2018. 163f. Thesis (Master's degree on Religion Studies) – Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2018.

The present dissertation intends to analyze the plausibility of the world ethics project (*Weltethos*, in its German origin), researching the historical and conceptual factors that enabled the existence of an ethical force common to the great religious traditions of humanity. We present interreligious dialogue as a prerequisite for the process of formulating the world declaration of ethics, presented by Hans Küng in the Second Parliament of World Religions in 1993. According to this document, the common ethical basis of religions lies, first of all in the principle of humanity “every human being should receive human treatment” and in the millennial principle of the golden rule “do to others what you wish them to do to you.” These principles are framed in four immovable precepts that are associated with the four commandments of humanity: commitment to a culture of non-violence and respect in the face of all life (not killing), commitment to a culture of solidarity and a just economic order (not steal), commitment to a culture of tolerance and a life of truth (not lying), commitment to a culture of equal rights and fellowship between man and woman (not to fornicate). From these structural elements of this declaration, in which the ecumenical theologian Hans Küng outlines and guides the project of world ethics, we seek to develop in this research, in a descriptive, discursive, interpretative and critical way, the applicability and resistance to the concretization of such a world-wide ethic, which has a propulsive basis for dialogue between religions in the course of post modernity.

Keywords: Interreligious dialogue; Religious pluralism; World ethics; Hans Küng.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1º CAPÍTULO: ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS QUE FOMENTARAM O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO	14
1.1 Hans Küng: o Teólogo Ecumênico	16
1.1.1 A TRAJETÓRIA DE HANS KÜNG.....	16
1.1.2 O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO – UMA FUNDAMENTAÇÃO A PARTIR DE HANS KÜNG ...	18
1.2 Preliminares do projeto de ética mundial	23
1.2.1 O I PARLAMENTO MUNDIAL DAS RELIGIÕES EM 1893.....	23
1.2.2 REPERCUSSÃO HISTÓRICA DO I PARLAMENTO MUNDIAL DAS RELIGIÕES.....	25
1.2.3 A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS E A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS EM 1948	27
1.2.4 O CONCÍLIO VATICANO II E SUA REPERCUSSÃO NA HISTÓRIA DO CRISTIANISMO (1962-1965)	31
1.2.5 O SIMPÓSIO “NÃO HAVERÁ PAZ NO MUNDO SEM PAZ ENTRE AS RELIGIÕES” (1989) ..	38
1.2.6 O FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL (1990)	41
1.3 O II Parlamento Mundial das Religiões (1993).....	42
1.3.1 CAMINHOS DE PREPARAÇÃO PARA O II PARLAMENTO MUNDIAL DAS RELIGIÕES.....	42
1.3.2 II PARLAMENTO MUNDIAL DAS RELIGIÕES: PONTO CULMINANTE DE UM PROCESSO..	44
1.4 Repercussões do Projeto de Ética Mundial nos eventos de 1997	48
1.4.1 O <i>INTERACTION CONCIL</i> DE 1997.....	48
1.4.2 O PROJETO DE ÉTICA UNIVERSAL DA UNESCO	50
1.4.3 O FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL EM DAVOS.....	51
1.4.4 A CONFERÊNCIA INDIRA GANDHI.....	52
1.4.5 A VIII ASSEMBLEIA GERAL DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS – CMI (1998).....	52
2º CAPÍTULO: PROJETO DE ÉTICA MUNDIAL EM HANS KÜNG	56
2.1 Da modernidade à pós-modernidade	56
2.2 Globalização e Ética Global	60
2.3 A Declaração de Ética Mundial do Parlamento das Religiões Mundiais	67
2.3.1 Declaração para uma Ética Global: método e história.....	67
2.3.2 Os Princípios de uma Ética Mundial: Não há ordem mundial sem uma ética mundial..	73
2.3.3 O desafio básico: Todo ser humano tem de ser tratado de forma humana.....	75
2.4 Quatro preceitos inamovíveis	78

2.4.1 Não matar – compromisso com uma cultura da não violência e do temor diante de toda a vida	78
2.4.2 Não roubar – compromisso com uma cultura da solidariedade e uma ordem econômica justa.....	80
2.4.3 Não mentir – compromisso com uma cultura da tolerância e uma vida de veracidade	82
2.4.4 Não fornicar – compromisso com uma cultura da igualdade de direitos e do companheirismo entre homem e mulher.....	83
2.4.5 Mudança de consciência	84
3º CAPÍTULO: ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO DE ÉTICA DE MUNDIAL: O DIÁLOGO COMO PRESSUPOSTO E PERSPECTIVA TEOLÓGICA	86
3.1 O diálogo como base espiritual do Projeto de Ética Mundial	87
3.2 Análises críticas sobre o Projeto de Ética Mundial.....	91
3.2.1 O Princípio Basilar da Humanidade no Projeto de <i>Ethos</i> Mundial.....	96
3.2.2 Visão Crítica de Paul Ricoeur e Manfredo de Oliveira	98
3.3 Diálogo inter-religioso e a teologia ecumênica e pluralista.....	100
3.3.1 O <i>Ethos</i> e a teologia Ecumênica Crítica – Princípios de uma Teologia Pluralista.....	100
3.3.2 Teologia Pluralista: base e horizonte do projeto de ética mundial	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS	115
ANEXOS.....	120

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa em Ciências da Religião pretende analisar a relevância do diálogo inter-religioso e apresentá-lo como pressuposto para a construção de uma ética mundial a partir de Hans Küng.

Diante da complexidade de definir o termo religião, devido às muitas implicações e críticas em sua conceituação, este estudo se delimita ao conceito de religião de Küng (1986, p. 8), o qual descreve a religião como “a realização sócio-individual (costumes, doutrinas, ritos...) de uma relação do homem com algo que o transcende e ao seu mundo, que se desdobra dentro de uma tradição e de uma comunidade”. Esta realização acontece através da relação da pessoa humana com uma realidade verdadeira e suprema – experiência de encontro com o “santo”, o “sagrado”, “Deus”, “Nirvâna”, “Shûnyata”, Tao, “O Absoluto” e sua relação com a comunidade à qual pertence, suas culturas e tradições. A religião não é, portanto, uma questão meramente teórica ou ultrapassada, mas continua sendo nos dias atuais um dos caminhos de integração das pessoas, transmitindo um sentido concreto e abrangente da vida e garantindo valores humanos e éticos para a vida em sociedade.

Diante da diversidade de experiências religiosas existentes no mundo, também evidenciamos, como o próprio Hans Küng salienta, a enorme dificuldade de encontrar conceitos comuns que tenham abrangência a todas as religiões, sendo que “Não precisamos de uma religião mundial, mas de uma moral básica comum” (KÜNG, 2005, p. 31). Pois, cada religião possui seus valores e costumes próprios, mas com um desejo comum de fazer o bem, não obstante as suas ambiguidades e contradições.

A acolhida da diversidade religiosa e o imperativo dialogal são desafios fundamentais que se apresentam ao século XXI, por isso, a presente pesquisa procura fundamentar-se no diálogo como caminho que precede a construção do projeto de uma ética mundial.

Diante do “choque de civilizações” previsto por cientistas políticos para o século XXI, Hans Küng (2005, p. 9) advertiu que “ou a rivalidade entre as religiões, o choque de culturas, a guerra de nações, ou o diálogo das culturas e a paz entre as nações” são dois caminhos que evidenciam as consequências de duas escolhas baseadas no fechamento intolerante ou na abertura dialógica.

Acreditando que a colaboração entre as pessoas pode evitar esta colisão anunciada por cientistas políticos, esta análise adota o conceito de Faustino Teixeira ao descrever o que envolve o diálogo inter-religioso: “Não só o colóquio, mas também o conjunto das relações inter-religiosas, positivas e construtivas, com pessoas e comunidades de outras confissões religiosas, para um conhecimento mútuo e um recíproco enriquecimento” (KÜNG, 2010).

Enquanto o ecumenismo¹ acontece no âmbito específico das comunidades cristãs, visando à unidade visível de todos os cristãos, o diálogo inter-religioso envolve as diversas tradições religiosas e tem por finalidade a transformação da existência humana e o bem-estar eco-humano: “O diálogo inter-religioso é movido por uma responsabilidade global, e sua importância vem se acentuando em função das grandes causas que solicitam a responsabilidade da consciência humana” (GEFFRÉ, 2006, p. 109).

O diálogo inter-religioso é um meio essencial para a construção de uma ética mundial? Será o mesmo possível de ser vivenciado pelas grandes religiões mundiais: cristianismo, islamismo, judaísmo e religiões de origem hindu e chinesa? Estas hipóteses permearão toda a presente pesquisa na tentativa de respondê-las positivamente, e apresentar o diálogo entre as religiões e a ética mundial como caminho possível diante das seguintes situações que preocupam a humanidade: a crise de sobrevivência da humanidade e do planeta, as grandes guerras sofridas no século passado, o avanço desgovernado da tecnologia, a fome nos países mais pobres, os escândalos de corrupção dos governantes em quase todos os países do mundo, a crise econômica mundial, a crise das grandes instituições (igreja, família, estado), a violência, o tráfico de armas, de seres humanos e de drogas... E tantos outros males que afetam a sociedade atual.

O processo de secularização colaborou para a perda progressiva da relevância sociopolítica e cultural das religiões, onde o sentido religioso da vida e da sociedade dá lugar a uma visão racionalizada e secularizada. Segundo Gilbraz Aragão, “a modernidade esperava o fim do sobrenatural e veio à irresistível individualização do religioso que constrói espaços para descobrir a dimensão sagrada da vida com templos virtuais para se religar com a eternidade” (2011, p.

¹ A raiz desta palavra é grega. Vem de *oikós* que significa casa, lugar onde se vive, mais a palavra *oikia* que se refere ao lugar onde se desenvolve a vida familiar. Estas duas palavras expressa o conceito de *oikomene*, do qual vem a palavra ecumênico. *Oikomene* se refere “ao mundo habitado” (SANTA ANA, 1987, p. 16-17).

114). Cabe às religiões, de acordo com Küng (2003), um papel particular na busca de uma nova ordem mundial. Ele parte do pressuposto que o potencial de destruição até hoje demonstrado pelas religiões não é irreversível, que a comunidade internacional não pode existir sem valores comuns e que o compromisso com a ética pode vir a ser o traço de união e da paz para as nações. Todavia, é necessário reconhecer que existem pessoas com valores éticos que não pertencem a nenhuma crença religiosa.

Poderá o diálogo entre as religiões ser a ponte capaz de unir as religiões universais? Os eventos históricos acontecidos nos últimos dois séculos colaboram para uma visão positiva desta possibilidade. O primeiro e o segundo parlamento mundial das religiões universais são marcos na história das religiões no tocante ao diálogo inter-religioso e a construção do projeto de ética mundial.

A presente dissertação realiza uma descrição histórica no primeiro capítulo intitulado “os acontecimentos históricos que suscitaram o diálogo inter-religioso”, fazendo um recorte histórico entre os anos de 1893 a 1998. Iniciaremos apresentando a trajetória percorrida pelo referencial teórico desta pesquisa, o teólogo católico ecumênico Hans Küng, seguida pela conceituação da temática do diálogo inter-religioso em sua concepção explicitada na obra “*Projeto para uma Ética Mundial*”. Seguiremos descrevendo os eventos de forma cronológica, optando pelos acontecimentos que precederam a elaboração do projeto de Ética mundial, nomeado no segundo item como “Preliminares”, destacando: O I Parlamento Mundial das Religiões em 1893 em Chicago – marco histórico do diálogo entre as religiões elucidado por Hans Küng e tantos outros autores, A Declaração dos Direitos Humanos e o Conselho Mundial de Igrejas em 1948, O Concílio Vaticano II de 1962 a 1965, A Conferência Mundial das Religiões pela Paz em 1970 e o simpósio “Não haverá paz no mundo sem paz entre as religiões” em 1989. O terceiro item deste primeiro capítulo enfatiza o II Parlamento Mundial das Religiões em 1993 (centenário do primeiro parlamento), evento que se configurou como ápice do desenvolvimento e visibilização do projeto de Ética Mundial com a promulgação da “Declaração de Ética Mundial do Parlamento das Religiões Mundiais” e a criação da *Stiftung Weltethos* (Fundação Ética Global) em 1995. A repercussão e desdobramentos deste projeto estão descritas nos acontecimentos que o sucederam: *InterAction Concil*, Projeto de Ética Universal da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

(UNESCO), O Fórum Econômico Mundial (FEM) e a Conferência Indira Gandhi no ano de 1997, concluindo com a VIII Assembleia Geral do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) em 1988. Ressaltamos neste primeiro capítulo a relevância histórica dos dois primeiros Paramentos Mundiais (1893, 1993), eventos que foram cruciais neste processo de aproximação das religiões mundiais, propiciando ações significativas de transformação social e diálogo entre as expressões religiosas que estiveram presentes neste transcurso.

A partir do itinerário construído com a descrição dos aspectos históricos que contribuíram para a construção do projeto de ética mundial de Hans Küng, analisaremos, neste segundo capítulo, os conceitos discutidos na elaboração deste projeto, iniciando com a conceituação de pós-modernidade–época da nossa contemporaneidade segundo o autor. Este conceito trabalhado por Hans Küng em suas obras sobre o projeto de Ética Mundial será primeiramente apresentado com uma descrição a partir de seus escritos nos livros *Projeto de ética mundial: Uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana* (2003) e *Teologia a caminho: Fundamentação para o diálogo ecumênico* (1999).

Seguiremos abordando a conceituação de globalização, dialogando com alguns autores que compartilham das visões de Hans Küng como Karl-Josef Kuschel e Dietmar Mieth (2001), o papa João Paulo II (2001) e Francis Schüssler Fiorenza (2001), discorrendo sobre diferentes aspectos da globalização, bem como sua característica universalizante, a partir das propostas de particularismo e universalismo suscitadas pelo processo de globalização.

O segundo capítulo apresenta uma análise descritiva do documento *Declaração de Ética Mundial do Parlamento das Religiões Mundiais*, esboçado e apresentado por Hans Küng no segundo Parlamento Mundial das Religiões em 1993. Momento em que torna conhecido mundialmente sua pesquisa sobre o projeto de ética mundial. Utilizaremos como aporte bibliográfico as obras: *Uma Ética Mundial e Responsabilidades Globais: duas declarações* (2001) e *La ética Mundial entendida desde El cristianismo* (2008). No segundo tópico apresentaremos uma descrição analítica a partir da estrutura da Declaração do Parlamento das Religiões Mundiais descrevendo: Os princípios de uma ética Mundial (não há ordem mundial sem uma ética mundial, o desafio básico “Todo ser humano deve ser tratado de forma humana”, princípios fundamentais de uma

ética mundial: a humanidade e reciprocidade “regra de ouro); Os quatro preceitos inamovíveis (compromisso com uma cultura da não violência e do temor diante de toda a vida, Compromisso com uma cultura da solidariedade e uma ordem econômica justa, compromisso com uma cultura da tolerância e uma vida de veracidade, compromisso com uma cultura da igualdade de direitos e do companheirismo entre homem e mulher), concluindo com o item “mudança de consciência”.

Objetivamos no terceiro capítulo apresentar uma análise plausível e crítica do projeto de ética mundial, a partir de uma visão espiritual, crítica e teológica. Analisaremos em um primeiro momento, o diálogo como base plausível espiritual do projeto de ética mundial, seguindo em um segundo momento com uma abordagem crítica de alguns pontos da declaração, a partir da visão da cientista da religião Bruna Milleiro Silva, do filósofo católico Manfredo de Oliveira e do filósofo protestante Paul Ricoeur. Concluiremos em um terceiro momento com uma reflexão crítica sobre o imperativo dialógico como fundamentação da teologia ecumênica de Hans Küng e a teologia pluralista de José Maria Vigil, caminhos plausíveis para a efetivação dos princípios da humanidade e reciprocidade, contemplados nos quatro preceitos inamovíveis do projeto de ética mundial.

1º CAPÍTULO

ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS QUE FOMENTARAM O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

Os três últimos séculos foram decisivos para transformar a História da humanidade. Dentre os grandes acontecimentos e eventos realizados em várias partes do mundo, faremos um recorte histórico dos acontecimentos inter-religiosos em nível internacional, especificamente àqueles que contribuíram para uma maior proximidade, entendimento e diálogo entre as religiões consideradas universais, que participaram de forma efetiva na elaboração e construção desse processo. A opção metodológica por alguns acontecimentos históricos, abordados neste primeiro capítulo da pesquisa, está vinculada ao referencial teórico da mesma – o autor Hans Küng. Teólogo ecumênico que se dedicou ao estudo das grandes religiões, sendo autor de uma vasta obra, conceituada em todo o mundo. Por isso, enfatizaremos os eventos onde o referido autor, teve participação decisiva ou influenciou de forma direta ou indireta com seus projetos e pensamentos.

Destacamos o momento histórico da modernidade onde surgiu este processo de diálogo entre as religiões, especificamente, na transição do século XIX para o século XX. Porém, os passos onde se concretizou este caminho deram-se, na concepção de Hans Küng, na época da pós-modernidade² no século XX. Embora tenham surgido muitas discussões em relação a essas duas terminologias, com concordâncias e discordâncias em relação aos termos, utilizaremos a terminologia “Pós-Modernidade”, adotado por Hans Küng em suas obras.

Iniciaremos apresentando a trajetória percorrida pelo referencial teórico desta pesquisa, seguida pela conceituação da temática do diálogo inter-religioso em sua concepção explicitada na obra *Projeto de Ética Mundial: Uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana* (2003). Seguiremos descrevendo os eventos de forma cronológica, optando pelos acontecimentos que precederam

² O termo “Pós-Moderno” ou Pós-“Modernidade” como conceito epocal da história mundial surge inicialmente na crise cultural da Primeira Guerra Mundial, na esteira de *Friedrich Nietzsche* o aguçado crítico da modernidade. Portanto “não empregarei no sentido da história da literatura ou da teoria da arquitetura, em pregaréi a palavra no sentido da história mundial” (KÜNG, 2003, p. 19). Aprofunda-se este conceito no início do segundo capítulo.

a elaboração do projeto de Ética mundial³, intitulado no segundo item, como Preliminares, no qual destacaremos: o I Parlamento Mundial das Religiões em 1893 em Chicago – marco histórico do diálogo entre as religiões elucidado por Hans Küng e muitos outros autores, a Declaração dos Direitos Humanos e o Conselho Mundial de Igrejas em 1948, o Concílio Vaticano II de 1962 a 1965, a Conferência Mundial das Religiões pela Paz em 1970 e o simpósio “Não haverá paz no mundo sem paz entre as religiões” em 1989.

O terceiro item enfatiza o II Parlamento Mundial das Religiões em 1993 (centenário do primeiro parlamento), evento que se configurou como ápice do desenvolvimento e visibilização do projeto de Ética Mundial com a promulgação da “Declaração de Ética Mundial do Parlamento das Religiões Mundiais” e a criação da Fundação *Stiftung Weltethos* (ética global) em 1995. A repercussão e desdobramentos deste projeto estão descritas nos acontecimentos que o sucederam: *InterAction Concil*, Projeto de Ética Universal da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), O Fórum Econômico Mundial (FEM) e a Conferência Indira Gandhi no ano de 1997, concluindo com a VIII Assembleia Geral do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) em 1988.

Ressaltamos neste primeiro capítulo a relevância histórica dos Parlamntos Mundiais de Religiões⁴ (1893, 1993), eventos que foram cruciais neste processo de aproximação das religiões universais, propiciando ações significativas de transformação social e diálogo entre as expressões religiosas que estiveram presentes neste transcurso.

³ Esta Terminologia aparece em vários momentos da dissertação, contudo, aparece de formas diferenciadas. Pois, tanto na tradução das obras de Hans Küng como na tradução de outros autores que descrevem o projeto não possuem uma padronização. Descreve-se como *Projeto de Ética Mundial*, *Projeto de Ética Global*, *Projeto de Ética Universal* ou *projeto de Ética Planetário*.

⁴ O Parlamento Mundial de Religiões ou Parlamento das Religiões do Mundo é uma Organização Internacional não governamental de diálogo inter-religioso e ecumênico que nasceu em Chicago, entre 11 de setembro e 27 de setembro de 1893. Outros congressos do Parlamento foram: Cidade do Cabo, 1999 (7 000 pessoas, focou na luta contra a AIDS); Barcelona, 2004 (8 000 assistentes, celebrou-se dentro do marco do Fórum Universal das Culturas 2004); Monterrey, 2007 (continuação do Foro Universal das Culturas); 2009, em Melbourne, que focou na consciência ambiental e no aquecimento global, a religião aborígine australiana exerceu o papel de “religião anfitriã”. Deu-se ênfase ao diálogo entre as diferentes religiões, especialmente entre judaísmo, cristianismo, islamismo, hinduísmo, budismo, siquismo, fé, bahá’í, neopaganismo e a espiritualidade dos povos indígenas. in. WIKIPÉDIA; Parlamento Mundial de Religiões. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Parlamento_Mundial_de_Religi%C3%B5es>. Acesso em 13 jun. 2017.

1.1 HANS KÜNG: O TEÓLOGO ECUMÊNICO

1.1.1 A TRAJETÓRIA DE HANS KÜNG

A vida intelectual e acadêmica deste teólogo católico foi dedicada aos estudos das grandes religiões. Por 36 anos esteve na Universidade de Tübingen (1960-1996) na Alemanha e suas obras foram traduzidas em diversas línguas com repercussão internacional.

Hans Küng nasceu na Suíça, em 19 de março de 1928. Estudou teologia e filosofia na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma e ordenou-se sacerdote em 1954. Continuou a sua educação em várias cidades europeias, incluindo Sorbonne em Paris. Sua tese doutoral foi *“Justificação: A doutrina de Karl Barth e uma reflexão católica”*. Em 1960, Küng foi nomeado professor de teologia na Universidade Eberhard Karls em Tübingen (Alemanha). Juntamente com o seu colega Joseph Ratzinger (futuro Papa Bento XVI), foi apontado como perito pelo Papa João XXIII e consultor teológico para o Concílio Vaticano II, onde ajudou na redação das conclusões do concílio que renovou áreas fundamentais do ensino e das práticas católicas.

Desde os primeiros anos da década de 1970, Hans Küng foi um dos críticos mais severos da Infalibilidade Papal. Publicou, em 18 de janeiro de 1970, centenário da declaração da Infalibilidade Papal no Concílio Vaticano I, o livro *Infallible? An Inquiry (Infalível? Uma pergunta)*, em que rejeitou o caráter infalível de qualquer decisão papal e da cúria. Em 1979 divulgou nos principais jornais do mundo, seu artigo “Um ano de João Paulo II” demonstrando o reacionarismo do papa ao aceitar só nominalmente o Concílio Vaticano II, quando, substancialmente fortaleceu a centralização curial, impôs o culto à personalidade papal, endossou a exclusão das mulheres do sacerdócio e a permanência do celibato. Em consequência desse artigo e suas críticas à infalibilidade, teve sua licença para lecionar como teólogo católico cassada⁵.

Aqui no Brasil, a revista da Universidade Unisinos publicou em um dos seus artigos:

Por suas posições firmes diante de Roma, sofreu duras represálias, que em 1979 culminaram na cassação de sua autorização canônica para lecionar Teologia em instituição superior católica. Küng tinha tamanho prestígio intelectual na época que a Universidade, para que o professor e

⁵ O documento divulgado pela Santa Sé desta proibição dos livros se encontra em anexo. Somente no ano de 1994, revogou-se o processo de proibição ditado pela congregação pela doutrina da fé.

sua equipe de pesquisadores pudessem continuar atuando, criou o Instituto de Pesquisas Ecumênicas, como unidade autônoma em relação à Faculdade de Teologia Católica. (IHU ONLINE, 2007)

Depois da proibição foi nomeado professor de teologia ecumênica de Tübingen, onde desenvolveu seus estudos sobre ecumenismo, em particular com relação ao Luteranismo. Nesta tarefa Küng se sentiu totalmente à vontade, já que se dedicou prioritariamente à união dos povos, das raças, das religiões, enfatizando o que há de comum entre eles, relativizando o que os separa. Em sua tese de doutorado, já tinha chegado à conclusão da possibilidade de um acordo teológico entre catolicismo e luteranismo, o que foi efetivamente realizado em 1999.

Küng se aposentou como professor em 1996 e logo a seguir foi eleito presidente da Fundação Ética Global de Tübingen. Em 1990, ao encerrar sua carreira na Universidade, lançou o “Projeto de Ética Mundial”. A proposta pretendeu fundamentar, a partir da pesquisa científica sobre o teor ético de cada uma das religiões mundiais, um *ethos* mundial capaz de responder aos desafios do mundo globalizado – não sob a égide da dominação ou hegemonização econômica e cultural, mas a partir do diálogo intenso entre culturas e nações diferentes. O debate alcançou grande repercussão, em 1995, graças à doação de alguns recursos financeiros pelo Conde K. K. Von Der Groeben, tornou-se possível a criação da Fundação de Ética Mundial, sediada em Tübingen, na qual atua uma equipe executiva e de pesquisa científica⁶.

Em setembro de 2005, o papa Bento XVI surpreendeu a opinião pública mundial ao receber Hans Küng para uma longa conversa amigável, na residência de Castel Gandolfo. Nada das divergências doutrinárias do passado: o encontro de ambos foi marcado pelo reconhecimento que Joseph Ratzinger dedica à contribuição de Küng ao diálogo entre as religiões e ao diálogo entre

⁶ A Fundação vem levando a Tübingen desde 2000, para conferências sobre Ética Mundial, intelectuais e líderes proeminentes como Tony Blair (antes das guerras), Kofi Annan, Mary Robinson, Horst Köhler, Shirin Ebadi e Jacques Rogge. Entre outras atividades educacionais e na mídia, a Fundação produziu exposição composta de 12 grandes painéis explicativos sobre as religiões mundiais, já exibida em versão inglesa no hall de entrada do edifício da ONU em Nova York; produziu também, em cooperação com a grande emissora de tevê alemã SWR, uma série de sete filmes documentários sobre o tema, acompanhada de livro ilustrado. Essa obra impressa foi recentemente traduzida no Brasil, mas os episódios televisivos permanecem inéditos (IHU ONLINE, 2007).

ciência e fé. Em entrevista a *Folha de São Paulo*, Hans Küng falou de sua relação com João Paulo II e Bento XVI;

Durante o pontificado de João Paulo II [1978-2005], tivemos uma relação muito tensa, ou nenhuma. Eu esperava muito que Ratzinger reagisse positivamente à carta que lhe enviei logo depois da sua eleição, pedindo uma conversa aberta, que João Paulo II jamais me concedeu. As nossas relações, hoje, estão muito mais distensionadas. Ele sabe que não abro mão de fazer críticas, mas posso fazê-las de maneira muito mais solidária. A posição dele é muito diferente da de seu antecessor. Mandeí o segundo volume das minhas memórias para Roma e recebi uma resposta muito amigável (KÜNG, 2007).

Hans Küng é uma das figuras mais dignas de notoriedade da teologia contemporânea. Dedicou-se ao estudo das grandes religiões, sendo autor de obras conceituadas em todo o mundo. Destacamos suas principais obras voltadas ao diálogo e a crítica interna no cristianismo: *On Being a Christian (Ser cristão – 1974)*, *Does God Exist? (Deus existe? – 1978)* e *Eternal Life? (Vida eterna – 1982)*. A partir da década de 1980, começa a publicar obras de alcance externo dialogando com as grandes religiões: em 1985, sua obra *Christianity and the World Religions (O cristianismo e as religiões do mundo)*; em 1989 veio *Christianity and Chinese Religions (O cristianismo e as religiões chinesas)* escrito ao lado de Julia Ching, de Xangai, professora da Universidade de Toronto; em 1991, publicou *Judaism: The Religious Situation o four Time (Judaísmo: a situação religiosa de nosso tempo)*; em 2004, outro grande livro: *Islam: Past, Present and Future (O Islã: Passado, presente e futuro)*; em 1990, *Global Responsibility (Responsabilidade global)*; em 1997, *A Global Ethic for Global Politics and Economics (Uma ética global para a política e economia globais)* e, em 2015, *Morire felici? (Morrer felizes?)*.

Atualmente, aos 90 anos de idade, tem estreitado suas relações com o Vaticano. No ano de 2015, sofrendo do Mal de Parkinson, passou a considerar a hipótese de ser submetido a um suicídio assistido, o que tem causado muitas críticas junto aos grupos mais conservadores e fundamentalistas.

1.1.2 O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO – UMA FUNDAMENTAÇÃO A PARTIR DE HANS KÜNG

O diálogo entre as religiões quer seja de alcance tanto mundial quanto local, é precedido pela tolerância e respeito aos diferentes. A capacidade de

diálogo costuma ser, em última análise, “uma virtude da predisposição para a paz” (KÜNG, 1990, p. 186). Percebemos ao longo da história da humanidade que, onde o diálogo foi interrompido, eclodiram os conflitos, seja na esfera pública como privada, “onde quer que as conversações falharam, instaurou-se a repressão e imperou a lei do mais forte, das elites e dos mais inteligentes. Quem se ocupa do diálogo não dispara armas” (KÜNG, 1990, p. 186). No nível das igrejas e religiões não é diferente, como afirma Küng:

Quem se dispõe a dialogar, não se socorre da disciplina rígida, abomina a discriminação dos dissidentes, ou o combate aos hereges. Quem se dispõe a dialogar tem de possuir a força e a energia interiores necessárias para aguentar um diálogo e sempre que for preciso, respeitar o ponto de vista de seu interlocutor. Pois uma coisa é certa: este sentimento de intolerância face aos dissidentes, que ressurge constantemente por todo o mundo e em todas as religiões, é em tudo alheio à virtude da capacidade de diálogo. E é desta última, de fato, que depende literalmente a sobrevivência física e psíquica de todos nós. (KÜNG, 1990, p. 186-187).

A predisposição ao diálogo é condição inamovível para começar qualquer caminho de diálogo inter-religioso na visão de Hans Küng. A dimensão dialogal é intrínseca às religiões, ao fazerem referência com seus princípios e valores considerados sagrados, as religiões dialogam com o mundo respondendo aos desafios presentes na natureza e na vida das pessoas.

Segundo Faustino Teixeira (2008, p. 124), O diálogo no ocidente constitui uma aquisição fundamental “legada do pensamento grego” com base na etimologia grega do vocábulo, é importante ressaltar a presença de dois termos “*dia*” e “*logos*” na expressão. “*Logos*” cobre uma vasta gama de significado, mas indica em particular, o dinamismo racional do ser humano. O termo “*dia*”, expressa uma dupla ideia: alude ao que se separa e divide, mas igualmente a ultrapassagem de um limite. O diálogo autêntico traduz um encontro de interlocutores pontuado pela dinâmica da alteridade do intercâmbio e da reciprocidade.

Na Igreja Católica o conceito de diálogo religioso surge após o concílio ecumênico do Vaticano II, com as reflexões advindas da teologia das religiões ou teologia pluralista, tem origem no interior do cristianismo e faz referência “às diversas iniciativas que envolvem as relações entre as religiões entendidas como organizações religiosas” (SANCHEZ, 2015, p. 90). Dentre as inúmeras formas de diálogo situa-se o diálogo inter-religioso, descrito por Teixeira (2015, p. 125) como

um “conjunto de relações inter-religiosas positivas e construtivas, com pessoas e comunidades de outras confissões religiosas, para um mútuo conhecimento e recíproco enriquecimento”

O caminho que conduz ao diálogo na concepção de Küng (1990, p. 175 -176) passa pela verdade, liberdade religiosa, e o estabelecimento de uma criteriologia inter-religiosa, aplicável a todos os credos, dada a necessidade de distinguir entre a verdadeira (boa) e falsa (má) religião, sintetizada da seguinte forma:

- a) Critério ético geral: uma religião é verdadeira ou boa, quando é humana, não oprime ou violenta, mas protege e acarinha os seres humanos.
- b) Critério inter-religioso geral: uma religião é boa ou verdadeira, quando permanece fiel a sua origem ou ao seu cânone, ou seja, a sua autêntica “essência”, as suas sagradas escrituras ou figuras normativas.
- c) Critério especificamente cristão: uma religião é verdadeira e boa quando na sua teoria e prática dão testemunho de Jesus Cristo.

Estes critérios que buscam sintetizar os valores da verdadeira religião elaborados por Hans Küng, demonstram sua permanente preocupação com o princípio ético da verdade em todo e qualquer tipo de diálogo.

Hans Küng (2015, p. 191) afirma que “é impossível haver diálogo religioso sem um estudo profundo dos princípios religiosos fundamentais”. Ao falar da necessidade de uma teologia ecumênica crítica, enfatiza que o ecumenismo entre as igrejas é parte integrante do ecumenismo mundial e distingue em duas formas: o ecumenismo *ad intra* no âmbito da cristandade e *ad extra* orientado para toda a terra habitada. Outros autores identificam diálogo inter-religioso com “ecumenismo planetário” (M.-D. Chenu), macroecumenismo (Pedro Casaldáliga) ou “ecumenismo mais ecumênico” (R. Pannikar). Faustino Teixeira distingue ecumenismo⁷ como “diálogo entre as igrejas cristãs” e diálogo inter-religioso como “diálogo entre todas as tradições religiosas”.

⁷ O sentido geral que se refere este termo é segundo Júlio H. Santana (1987, p. 15) “o de se referir a algo “universal” que se estende por todo mundo. Ainda na concepção do autor o conceito de ecumenismo precisa levar em conta as quatro dimensões da existência humana: *Geográfica* (a realidade concreta que rodeia o ser humano, os diferentes povos do planeta); *Cultural* (a forma como a comunidade humana se relaciona com a natureza, humanizando-a ao mesmo tempo a

A nossa sociedade contemporânea, secularizada e globalizada, se encontra cada vez mais policêntrica, transcultural e multirreligiosa. Sendo que, um “entendimento religioso global” (KÜNG, 1990, p. 235) se faz urgente, por que o “mundo pós-moderno necessita hoje mais do que nunca de um entendimento religioso global para viver em paz [...] sem o qual um entendimento político não será possível (KÜNG, 1990, p. 235).

Hans Küng (1990, p. 235) apresenta os imperativos para o diálogo inter-religioso na pós-modernidade de forma concreta e elucidativa, especificando duas formas de diálogo: “o diálogo inter-religioso com todos os grupos e o diálogo inter-religioso a todos os níveis” (KÜNG, 2003, p. 207-210). O primeiro se desdobra em três grupos:

- a) Políticos, empresários e cientistas – precisamos de pessoas mais bem informadas e orientadas sobre as pessoas de outros lugares e culturas que assumam intuições de outras religiões e aprofundem a compreensão e a prática da própria religião: homens e mulheres da política, que anseiem por realizar uma concepção de paz internacional; homens e mulheres da economia que, além de seu estreito setor econômico, procurem ver seus parceiros de forma integral e tenham sensibilidade para com a história, a cultura e a religião das outras pessoas que estão em relação; cientistas que não tenham somente conhecimento quantitativo-estático, mas também profundo conhecimento histórico, ético e religioso. A transmissão de conhecimento sem a comunicação de valores humanizadores conduz ao erro;
- b) Igrejas, teologia e ensino religioso – diante das atuais tendências restauradoras (no âmbito católico, protestante e ortodoxo), precisamos de igrejas que não reajam de forma hierárquica e

interiorizando, criando valores e mantendo tradições; a cultura é expressão do ser do homem no mundo); *Política* (própria da identidade do outro e expressa formas de organização social que correspondem a tomada de consciência singulares, que condensam lutas sociais, esforços para alcançar níveis mais altos de consciência humana); *Religiosa* (isto é importante especialmente para o cristianismo, religião que propõe a unidade de todas as nações na comunidade do povo de Deus). O conceito de ecumênico é visto de forma diferenciada no meio católico e no protestante. Enquanto os católicos utilizam a expressão “diálogo inter-religioso” para definir o diálogo com todas as expressões religiosas e “ecumenismo” para o diálogo entre as igrejas cristãs, os protestantes ao contrário utilizam apenas a expressão “ecumenismo”, porém, com a triplíce dimensão: unidade cristã, o diálogo inter-religioso e grupos de boa-vontade.

burocrática aos novos desafios espirituais e religiosos, mas organizadas de forma pluralista, não dogmática, mas dispostas ao diálogo: uma teologia e uma literatura religiosa que promovam espiritual e intelectualmente o diálogo inter-religioso no interesse da paz; um ensino religioso, professores de religião e livros religiosos que estejam a serviço da transmissão de conhecimento inter-religioso e que percebam este trabalho de esclarecimento como uma prática de educação para a paz;

- c) Diversas religiões: precisamos de religiões, que após todas as guerras quentes e frias, após esta coexistência antes arranjada do que pacífica, treinem numa *pro-existência construtiva* e em *cooperação promotora da paz* em todos os conflitos locais e regionais.

Comumente com a especificação destes três grupos onde o diálogo inter-religioso se faz primordial, Hans Küng (2003, p. 208-210) também lista os níveis em que o diálogo inter-religioso precisa estar presente:

- a) Diálogos oficiais e inoficiais: precisamos não somente de conferências, mas também de intensos contatos institucionais e de relações bilaterais (Conselho Mundial de Igrejas, Conselho do Vaticano para o Diálogo Inter-Religioso), organizações eclesiais nacionais, organizações internacionais judaicas, muçulmanas e budistas), mais ainda: precisamos de comunidades de base e grupos de trabalho em nível local e regional que encontrem possibilidade de cooperação prática;
- b) Diálogo científico e espiritual: precisamos de um intenso diálogo filosófico e teológico, tanto entre teólogos quanto entre cientistas da religião, um diálogo que leve a sério a pluralidade religiosa, que aceite o desafio das outras religiões e que pesquise a sua significação para a própria religião; mas também de um diálogo espiritual das comunidades de ordens, monges, das irmãs, dos leigos que saibam rezar em conjunto e que promovam um engajamento pelo aprofundamento da vida espiritual e pela espiritualidade do nosso tempo;

- c) O diálogo do dia-a-dia: precisamos enfaticamente de um diálogo do dia-a-dia, de todas as pessoas das diversas religiões que cotidianamente se encontram e que discutem em conjunto: casamentos mistos, projetos sociais comuns, por ocasião de feriados religiosos, iniciativas políticas... Em todos os lugares. Este diálogo que pode ser externo (pessoas que moram na mesma rua, na mesma aldeia, trabalham na mesma empresa ou estudam na mesma universidade) e interno (discussão que se desenvolve em nós mesmos, em nossas cabeças e corações, sempre que encontramos algo estranho.

A multifacetariedade do diálogo religioso em todos os níveis convoca-nos a perceber que não basta boa vontade e uma postura aberta, mas de acordo com o nível também são exigidos sólidos conhecimentos. No nível científico teológico, as pesquisas não se encontram muito adiantadas, porém é necessário sermos persistentes nesta busca, pois “não haverá paz no mundo sem um diálogo entre as religiões” (KÜNG, 2003, p. 210).

1.2 PRELIMINARES DO PROJETO DE ÉTICA MUNDIAL

1.2.1 O I PARLAMENTO MUNDIAL DAS RELIGIÕES EM 1893

Na busca de reconstituição da gênese do diálogo inter-religioso, podemos destacar muitos acontecimentos relevantes, porém destacaremos nestas preliminares os eventos descritos na obra de Hans Küng, como marco referencial elucidado não só por Küng, mas pela maioria dos autores que pesquisam sobre diálogo entre as religiões. Iniciaremos descrevendo o parlamento mundial das religiões de 1983, que “pela primeira vez na história, reuniu responsáveis de tradições religiosas distintas para mútuo conhecimento e sinalização do lugar das religiões no desenvolvimento social” (TEIXEIRA, 2015, p. 130).

O Primeiro Parlamento das Religiões Universais, acontecido de 11 a 27 de setembro no ano de 1893, na cidade de Chicago, nos Estados Unidos, foi considerado “o primeiro encontro formal dos representantes das religiões universais na história do mundo” (HASSELMANN, 2003, p. 27). O encontro teve a

duração de 18 dias, entrando na história das religiões universais como um importante acontecimento – a “alvorada do pluralismo religioso”. Ao mesmo tempo, representou a “introdução das religiões asiáticas no ocidente” e expressa o começo do diálogo inter-religioso e de um novo século. Um dos contemporâneos da época o descreveu como “talvez a mais importante assembleia religiosa jamais ocorrida” (HASSELMANN, 2003, p. 28). O Parlamento avaliou a ocorrência como “uma nova era na evolução da vida religiosa para o mundo” (HASSELMANN, 2003, p. 28), e Friedrich Max Müller (1823-1900), considerou-o como “um dos mais memoráveis acontecimentos da história do mundo” (BRAYBROOKE *apud* HASSELMAM, 2003, p. 27).

Este Primeiro Parlamento marcou a história do diálogo entre as religiões e continua sendo mencionado por muitos estudiosos na contemporaneidade. Wagner Sanchez assim o descreve:

Foi no final do século XIX que se deram as primeiras tentativas de promover o diálogo oficial entre as religiões. Assim, 1983 é considerado por muitos, como o ano que marcou oficialmente o início do diálogo inter-religioso [...] Nesse encontro surgiu o Parlamento Mundial das religiões, e posteriormente outros encontros do parlamento foram realizados (SANCHEZ, 2015, p. 86).

Percebemos, através do relato de Sanchez⁸, a importância deste Parlamento impulsionando um novo paradigma na história das religiões universais, e ressaltando o evento como propulsor de novos processos que fomentaram mais aproximação e diálogo entre as religiões. Porém, é perceptível a discrepância de anos entre a realização do primeiro e do segundo parlamento (1983 -1993), fundamentada pelos desafios emergidos no início do século XX, com as duas guerras mundiais e as mudanças profundas ocorridas no campo político, tecnológico, científico e religioso.

Entre os principais organizadores do evento, ressaltamos o famoso precursor budista, Anagarika Dharmapala (representante do budismo Teravada) e o guru indiano Swami Vivekananda. Hans Küng, ao relatar em uma de suas obras este evento, ressalta:

Gostaria de lembrar que aquele primeiro Parlamento das Religiões Mundiais foi principalmente a obra de Swami Vivekananda, um monge hindu muito carismático. Foi ele o primeiro a defender o entendimento diante de um parlamento das religiões do oriente e do ocidente. Um evento desses nunca se dera antes. O máximo que houvera foram reuniões entre os cristãos, nesse sentido, Chicago 1983 foi à estréia.

⁸ Teólogo, missiólogo e cientista social, pesquisador do diálogo inter-religioso no âmbito cristão.

Mas Swami Vivekananda era um representante solitário, a grande maioria dos representantes vinha do ocidente (KÜNG, 2005, p. 125).

Apesar de importantes comunidades religiosas (como por exemplo, o Islã) e continentes inteiros não terem sido representados, como o próprio Hans Küng descreve neste relato, evidenciando a presença significativa do monge hindu, o congresso produziu seus frutos. A mudança de consciência pode ser comprovada concretamente pelas organizações inter-religiosas que foram surgindo nos anos posteriores ao Parlamento.

1.2.2 REPERCUSSÃO HISTÓRICA DO I PARLAMENTO MUNDIAL DAS RELIGIÕES

Chistel Hasselmann (2003, p. 28) elaborou um resgate histórico sobre o surgimento destas organizações que, a partir do primeiro Parlamento das Religiões Universais de 1983 em Chicago, começaram a despontar no cenário internacional. Sete anos mais tarde, em 1900, em Boston, através, entre outros, de alguns participantes do primeiro parlamento, foi fundada a mais antiga organização inter-religiosa, a “Associação Internacional para a Liberdade Religiosa” (International Association for Religious Freedom – IARF). Outras surgiram, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Em consequência das migrações e viagens, o diálogo inter-religioso transformou-se em um movimento que se estabeleceu em muitos países, fazendo-se realidade em muitas religiões, especialmente as cristãs.

Criaram-se organizações nacionais e internacionais como o “Congresso Mundial da Fé”⁹ em 1936 (World Congresso of Faith – WCF), o “Templo da Compreensão”¹⁰ em 1960 (Temple of Understanding – ToU), a

⁹ A organização tem suas raízes no Parlamento das Religiões do Mundo, realizada pela primeira vez em Chicago – 1893 e na Conferência das Religiões do Império, realizada em Londres – 1924. Inspirado por esses movimentos e suas próprias experiências espirituais, o explorador Sir Francis Younghusband, uma vez descrito como “último grande aventureiro imperial” organizou duas conferências internacionais em Londres, e depois da segunda delas, à sombra de uma guerra iminente, o WCF se estabeleceu como órgão independente. (CONGRESSO MUNDIAL DE FÉ. Diálogo para a vida espiritual. Disponível em: <<http://www.wordfaiths.org/our-history/>>. Acesso em: 09 set. 2017).

¹⁰ Em 1960, Juliet Hollister (1916-2000) criou o Templo da Compreensão (TOU) depois de perceber que o mundo estava em grave perigo, a menos que os dons, a sabedoria e os conhecimentos das tradições religiosas pudessem ser reconhecidos e cultivados para promover mudanças sociais positivas. Ela foi a primeira mulher a fundar uma organização inter-religiosa.

“Conferência Mundial sobre Religião e Paz”¹¹ em 1970 (World Conference on Religion and Peace – WCRP) e outras, que assumiram a tarefa de superar as tradicionais relações de distanciamento, marcadas pelo espírito do exclusivismo e da irreconciliação entre as religiões. Estas organizações surgiram com o objetivo de colaboração mútua, para que as religiões deixassem o isolamento e sua incomunicabilidade e pudessem colaborar umas com as outras para o bem de toda a humanidade.

Ressaltamos ainda o contexto histórico e social em que aconteceu este parlamento no final do século XIX, marcado pela sobreposição da razão e do cientificismo em relação à religião. Onde a sociedade começou a ser fortemente influenciada pelos ideais do positivismo e principalmente inicia-se o processo de secularização, no qual as grandes religiões começam a perder espaços de poder e a se distanciar do espaço público. Muitos cientistas políticos começam a anunciar o “fim da religião”, previsão esta que não se confirmará no decorrer da história. Hans Küng refuta esta visão pessimista compartilhada por muitos filósofos e sociólogos no início do século XX ao afirmar:

Há cientistas políticos que preveem para o século XX e XXI um “choque de civilizações”. A eles opomos a nossa visão de futuro, que não se resume simplesmente em um ideal otimista, mas numa visão de esperança realista, as religiões e as culturas do mundo, podem em colaboração com todos os homens de boa vontade, ajudar a evitar a colisão anunciada (KÜNG, 2005, p. 9).

Muitos acontecimentos ao longo dos anos sucederam-se ao primeiro parlamento, esses se caracterizaram como entrave para a continuação do diálogo entre as religiões desestabilizando o mundo: o desmoronamento da sociedade burguesa e do mundo eurocentrista por ocasião da primeira Guerra Mundial em

(THE TEMPLE OF UNDERSTANDING. Disponível em: <<http://templeofunderstanding.org/who-we-are/history/written-history/>>. Acesso em: 09 set. 2017).

¹¹ É a maior e mais representativa coalizão multirreligiosa do mundo que promove a ação comum pela paz, desde 1970, trabalhando para promover o consenso multirreligioso sobre aspectos positivos da paz, bem como ações concretas para parar a guerra, ajudar a eliminar a pobreza extrema e proteger a terra. As origens das “Religiões para a Paz” datam de 1961, quando vários líderes seniores das principais tradições de fé do mundo, começou a explorar a possibilidade de organizar uma “cimeira religiosa”. Eles sentiram a necessidade urgente de os crentes em todo o mundo tomarem medidas para alcançar a paz mundial. Reuniram-se pela primeira vez em Kyoto, Japão, de 16 a 21 de outubro de 1970. Por mais de quarenta anos, continuou reunindo pessoas de fé para cooperar pela paz. A rede de *Religiões pela Paz* é constituída por um Conselho Mundial de líderes religiosos seniores de todas as regiões do mundo, seis conselhos regionais inter-religiosos e noventa conselhos nacionais, a Rede Global de Mulheres da Fé e a Rede Global de Intervenção Juvenil (RELIGIONS FOR PEACE. Disponível em: <<http://www.religionsforpeace.org/>>. Acesso em: 09 set. 2017).

1918, provocando o esfacelamento do milenar império alemão, do reino czares; o fim dos 400 anos de cristandade protestante e da moderna teologia liberal; o fascismo na Itália, na Espanha e em Portugal, e o nacional-socialismo na Alemanha, que provocou a segunda Guerra Mundial em 1945 e a perseguição aos judeus. Após estes fatos que abalaram a paz e a ordenação mundial, começaram a surgir muitas organizações que percebem no diálogo o caminho para a reconstrução da paz.

1.2.3 A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS E A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS EM 1948

Não foi mera coincidência o fato do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) ter sido criado em 1948, mesmo ano da promulgação por parte das nações unidas da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O desastre civilizatório experimentado pela Europa, na primeira metade do século XX, e que levou o restante do mundo, culminando com a segunda Guerra Mundial, com seus 55 milhões de mortos, não apenas motivou sérias tentativas de reorganização da sociedade global no “pós-guerra”, com seus avanços e não poucos retrocessos, como também “contribuíram para reorganização de um espaço ecumênico capaz de congregar a maioria das igrejas cristãs do mundo” (TEIXEIRA, 2008, p. 85). Konrad Raiser em seu artigo “Ordem Mundial e Ética Global” descreve este processo:

O movimento ecumênico que se manifestou entre as igrejas cristãs a partir do início deste século visava desde o princípio, não apenas a superar as divisões históricas entre as igrejas cristãs, mas também construir uma ordem internacional que haveria de preservar a paz entre os povos e de tornar realidade o respeito à dignidade humana. As discussões ecumênicas dos anos vinte e trinta para o estabelecimento do direito internacional, bem como as contribuições ecumênicas para formular a carta das nações unidas eram sustentadas pela convicção de que uma ordem jurídica internacional teria de ter como raiz uma ética internacional, uma base comum de princípios morais (RAISER, 2003, p. 19).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pelas Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, começa por este preâmbulo: “O reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade e da paz no mundo” e o artigo primeiro afirma: “Todos os seres humanos nascem livres e

iguais em dignidade e em direitos. Eles são dotados de razão e de consciência devem agir uns com os outros num espírito de fraternidade”. Essas afirmações, reconhecidas e ratificadas pela imensa maioria dos estados, constituem o horizonte ético da humanidade moderna.

A dignidade de todo ser humano é proposta como um ideal comum para todos os povos e todas as nações, não somente por conveniência moral ou religiosa, mas em vista de um desenvolvimento pacífico e justo da comunidade humana. Os Direitos Humanos se configura para Hans Küng como o fator primordial para a paz entre os povos e a cooperação internacional na dimensão política, econômica e cultural, bem como para organizações internacionais, como a ONU e a UNESCO. Ainda defende que os indivíduos religiosos, sejam eles Judeus, Cristãos ou Muçulmanos, Hinduístas, Confucionistas, Taoístas, Budistas, ou seja o que forem, e também os não religiosos que se denominam *marxistas* ou *humanistas*, que todos eles a seu modo, “podem defender e representar a dignidade e os direitos humanos, ou seja, um *ethos* humano” (KÜNG, 1990, p. 77).

O artigo 1º da Declaração dos Direitos Humanos é “advogado por crentes e não crentes” (MIRANDA, 1989, p. 12). A partir daí, “decorre igualmente o direito à liberdade de religião, que evidentemente, tem como contrapartida, também o direito a ausência de religião” (KÜNG; MOLTMANN, 1990, p. 121). O direito a liberdade religiosa é expressamente formulado no artigo 18º que diz: “toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião, este direito implica a liberdade de mudar de religião ou convicção, assim, como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos” (MIRANDA, 1989, p. 14).

O direito à liberdade religiosa foi tematizado e defendido pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI), que sempre “dedicou muita atenção às questões relativas aos direitos humanos, considerando-o como pedra angular pela emergência e sustentação de uma ordem mundial justa e pacífica” (TEIXEIRA; DIAS, 2008, p. 86). O processo de criação do Conselho Mundial de Igrejas

(CMI)¹², teve seu marco inicial nos campos missionários estabelecidos pelas igrejas protestantes no hemisfério norte, entre os povos colonizados por seus países.

Depois de existirem independentes por várias décadas, alguns movimentos missionários como: a Conferência Mundial do Cristianismo Prático (Movimento de vida e ação), Comissão de Fé e Ordem, Aliança Mundial para a Amizade Internacional através das Igrejas, Associação Cristã de Moços(as) e a Federação Mundial de Estudantes Cristãos, começaram, no início da década de trinta, a expressar seu desejo de se integrarem no único organismo. Várias iniciativas se sucederam neste sentido; contudo, este processo de discussão deslanchou-se com a colaboração de Joseph. H. Oldham¹³ (secretário do conselho missionário internacional) que passou a desempenhar um papel importante na criação do conselho e em 1946 foi fundado o Instituto Ecumênico de Bossey (Genebra, Suíça). Estes movimentos e organizações, reunidos em assembleia em Amsterdam (Holanda), no dia 23 de agosto de 1948, decidiram pela criação definitiva do Conselho Mundial de Igrejas (CMI)¹⁴.

Até a constituição do CMI, a Igreja Católica Romana manteve-se oficialmente distante dos movimentos pró-unidades das igrejas, conduzidos por protestantes e ortodoxos. Mas não deixou de acompanhar o processo. Os primeiros sinais de mudança surgiram em 1949, com a promulgação pelo Santo Ofício do documento intitulado *Ecclesia Sancta*. Nesta declaração, reconhecia-se a legitimidade dos esforços ecumênicos das demais igrejas, afirmando nesse documento que se tratava de um movimento “inspirado pelo Espírito Santo e fonte de alegria no Senhor para os filhos da verdadeira igreja”.

¹² Principal instrumento de articulação dos desejos de unidade entre os cristãos, e que hoje reúne a maioria das igrejas protestantes, ortodoxas e católicas nasceu, dentre outras motivações, como fruto de um esforço de solidariedade entre os cristãos europeus perplexos com a capacidade destrutiva da civilização moderna e belicosa que ajudaram a construir (TEIXEIRA; DIAS, 2008, p. 22).

¹³ Secretário do Conselho Missionário Internacional desde a sua criação em Londres de 1921 a 1938, uma organização que teve suas raízes na Conferência Missionária Mundial de 1910, na qual estava fortemente envolvido, promoveu a fundação em 1926 do Instituto Internacional de Línguas e Culturas Africanas por seus esforços para reunir fundos e desempenhou um papel importante na formação do Conselho Mundial de Igrejas (WIKIPÉDIA. *JH Oldham*. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/J._H._Oldham. Acesso em: 01 dez. 2017).

¹⁴ Em termos de Organização, o CMI tem sua sede em Genebra e se compõe de uma Assembleia-Geral dos delegados de suas igrejas membros que se reúnem a cada sete ou oito anos. Esta assembleia geral tem um comitê central composto de cerca de 150 membros e elege um *presidium* de seis ou sete presidentes, os quais com outros membros do comitê compõem um comitê executivo de 27 pessoas (TEIXEIRA; DIAS, 2008, p. 36-40).

Verificamos que as grandes religiões do mundo tiveram dificuldade em aceitar e fazer cumprir os direitos humanos, tais como foram inicialmente proclamados nas revoluções americana e francesa, depois estabelecidos pelas Nações Unidas na Declaração Universal dos direitos humanos. Hans Küng faz uma descrição crítica deste processo na igreja católica ao escrever em um de seus artigos na revista *Concilium* com Jürgen Moltmann:

Os Papas do século XIX condenaram os direitos humanos, como uma expressão do secularismo, do naturalismo, do indiferentismo e do laicismo. Só o grande Papa Ecumênico de nosso século, João XXIII, na encíclica *Pacem in Terris* (1963) é que tomou decididamente posição em favor dos direitos humanos e elogiou sua proclamação pela ONU como um “ato da mais alta significação” (KÜNG; MOLTMANN, 1990, p. 7).

Porém, comprovamos no decorrer da História que muitas das grandes religiões tinham e infelizmente, ainda perduram, com muitas resistências, particularmente em relação aos direitos da mulher e dos que professam outras crenças. Percebemos que foram necessários muitos eventos e reflexões de conscientização a partir da metade do século XX, para que aos poucos fossem delineados novos rumos à efetivação dos direitos humanos.

A grande mudança veio com a convocação em 1959, pelo papa João XXIII do Concílio Vaticano II que se configurou como um concílio para a renovação da igreja e sua abertura ao ecumenismo e ao mundo. No ano seguinte, foi criado o Secretariado Romano para a unidade dos Cristãos. Em 1961, o CMI realiza a terceira assembleia em Nova Délhi (Índia) e os observadores oficiais da Santa Sé passaram a participar em cada uma de suas assembleias gerais. Em 1964, o Papa Paulo VI promulga o Decreto conciliar sobre ecumenismo *Unitatis Reintegratio*, que amplia o horizonte eclesiológico da igreja. A partir de então, estreitaram-se por meio de diferentes instrumentos, os laços entre Roma e Genebra. Hans Küng relata este processo de mudança da igreja católica ao afirmar:

A mudança crucial só ocorreu no pontificado de João XXIII [...] Foi esse o papa que convocou e recebeu observadores e delegados das igrejas que tinham sido ignorados até então, que lhes franqueou o acesso a todos os debates conciliares e até lhes ofereceu a possibilidade de intervir. Foi um excelente começo, e seria necessário, recomeçar um dia a partir deste ponto, não só fazendo turismo ecumênico, mas passando a medidas concretas (KÜNG, 2005, p. 54).

Outro fator importante para a mudança de consciência sobreveio da Igreja Católica, com a “Declaração sobre as Relações da Igreja com as Religiões Não Cristãs” do Concílio Vaticano II em 1966. Comparando a milenar história do cristianismo, o resultado do concílio pode ser considerado como um enorme progresso no tocante a sua relação com as demais religiões. A Igreja Católica romana começou este processo de abertura e diálogo com as outras tradições religiosas e com o mundo moderno na realização do Concílio Vaticano II, “este grande Concílio, o mais ecumênico de todos, refez a rota fundamental da igreja ao colocá-la de frente com o mundo moderno” (SANCHEZ, 2015, p. 7).

1.2.4 O CONCÍLIO VATICANO II E SUA REPERCUSSÃO NA HISTÓRIA DO CRISTIANISMO (1962-1965)

A história da Igreja Católica até o século XVI evidencia uma igreja que desfrutava de uma condição de religião hegemônica, a afirmação clássica “*extra ecclesiam nulla salus*”¹⁵ (fora da igreja não há salvação) confirma esta posição exclusivista da igreja até antes do Concílio Vaticano II. No magistério pontifício e conciliar, esse princípio foi utilizado diversas vezes: pelo Papa Inocêncio II em 1208, por Bonifácio VIII em 1302 e por último por Eugênio IV no Concílio de Florença em 1442, com a finalidade de reunir as igrejas orientais com a igreja de Roma. Na tradição católica, independentemente de sua trajetória oficial, essa frase foi muito recorrente e utilizada para fundamentar o combate entre as religiões fora das fronteiras com o cristianismo. Este princípio surgiu em um contexto histórico de perseguições desencadeadas contra a igreja, contudo, alguns católicos ou segmentos com divergências doutrinárias se apropriaram desta frase para fundamentar suas mentalidades exclusivistas.

No entanto, após a reforma protestante, a revolução francesa, a modernidade, os processos de secularização e laicização do estado, essa mesma instituição foi perdendo seus espaços de poder e se equiparando a posição de uma entre várias religiões no mundo.

¹⁵ Originalmente essa frase foi atribuída a São Cipriano (+ 258) e na forma, como a conhecemos hoje foi escrita por Fulgêncio (458-533) bispo de Ruspe, na atual Tunísia (cf. DUPUIS, 1999, p. 199, *apud* SANCHEZ, 2015, p. 35).

O Concílio Vaticano II, concluído há mais de cinquenta anos, refez a história da Igreja Católica em muitos aspectos e, em certa medida, refez o próprio cristianismo. A intenção de João XXIII de promover um novo pentecostes na igreja, tarefa conduzida pela força de seu vigor e pelo carisma renovador, com sua ousada inspiração e liderança convicta, pode proporcionar mudanças profundas em uma instituição milenar com doutrinas e regras cristalizadas.

João XXIII pode, segundo Sanchez (2015, p. 18), ser definido como o “papa do *Aggiornamento*”¹⁶, em um papado de apenas 5 anos, conseguiu levar adiante essa intuição e imprimir um novo espírito na igreja católica, o “espírito do *aggiornamento*”. Diferente dos papas que o antecederam, teve a coragem de realizar um diagnóstico da crise vivida pela instituição eclesiástica no final dos anos cinquenta do século XX, assumindo o desafio de convocar um concílio para encontrar respostas para a crise.

Considerado por muitos como o “papa que tinha os olhos voltados para o futuro”, com o coração atento aos clamores do mundo moderno, ele assumiu o papado depois de um longo pontificado de Pio XII (1939-1958), com o desejo de fazer a igreja abandonar o medo para enfrentar os desafios que há séculos desestabilizavam os católicos. Ao contrário de outras lideranças do catolicismo que enxergavam o mundo com pessimismo, João XXIII fala “no urgente dever de conclamar os nossos filhos para dar à igreja a possibilidade de contribuir mais eficazmente na solução dos problemas da idade moderna” (HS 6 *apud* SANCHEZ, 2015, p. 20). Seu pontificado significou um momento de ruptura com um modelo de igreja de crmandade e a construção de uma igreja disposta a dialogar com o diferente. O Concílio Vaticano II, na visão de Küng, um dos consultores teológicos convidados, fez um “esforço tanto para realizar os reclamos da reforma, quanto para analisar e levar a sério os da modernidade” (KÜNG, 2005, p. 14). João XXIII foi o primeiro papa a aceitar como positivo os direitos humanos, enquanto papas anteriores tinham visto neles uma invenção de Satanás (KÜNG, 2005, p. 14).

Esta visão crítica de Küng em relação aos pontífices da igreja católica não levou em consideração importantes passos da doutrina social da igreja,

¹⁶ Expressão registrada pela primeira vez por seu secretário particular, Loris F. Capovilla ao referir-se ao Concílio, na ocasião em que voltava de carro de Castel Gandolfo para Roma, em novembro de 1958 (SANCHEZ, 2015, p. 35).

formulada desde o início do século XX inspirada na carta encíclica *Rerum Novarum*¹⁷ de Leão XIII, escrita em 1891. Segundo Gonçalves (2011, p. 101), a partir destes documentos “criou-se uma tradição de doutrina social que desenvolveu os temas da pessoa solidária, do trabalho como elevação da dignidade humana, da paz, das organizações sociais [...] e de uma economia de Mercado que seja humana e justa”. A partir desta carta encíclica e de outros documentos anteriores ao Vaticano II, constatamos que os princípios dos direitos humanos já estavam presentes em muitos setores da igreja.

Uma das palavras-chave do Concílio foi “diálogo”. De forma metodológica, o diálogo foi à dinâmica adotada pela própria estrutura do Concílio, que foi refeita logo no início para garantir maior participação de todos os padres conciliares (SANCHEZ, 2015, p. 46). Um Concílio com mais de três mil participantes, onde a dinâmica do diálogo – presente na consciência da maioria dos padres conciliares – foi assumida pelo concílio em sintonia com a intenção de João XXIII. Na contramão do discurso oficial Pré-Vaticano II, que sempre via as diversas tradições religiosas fora do cristianismo como um desvalor, a forma como foram elaborados os diversos documentos conciliares demonstram seu caráter dialogal. De maneira geral, estes documentos valorizam as demais religiões e propõem a compreendê-las de forma positiva. Abordaremos a seguir estes documentos por ordem cronológica de relevância.

A *Lumen Gentium* percorreu um longo caminho de elaboração ao longo de três sessões, desde o primeiro projeto, apresentado pela comissão teológica pré-conciliar que foi “violentamente criticado em sua estrutura, método, argumentação, conteúdo e espírito” (KLOPPENBRUG, 1968, p. 38). Este documento passou por mais três projetos, sendo o último aprovado no dia 21 de novembro de 1964. O segundo capítulo do documento teve como título “O Povo de Deus”, onde foram inseridas as demais religiões. Dos números 14 a 16, apresentam em círculos concêntricos os diferentes modos pelos quais os diferentes membros das religiões se ordenam a salvação. Todo o número 16 se direcionou aos “Não Cristãos”.

¹⁷ Esta carta tinha o objetivo de apresentar as grandes diretrizes sociais da igreja em relação à questão operária, em especial as injustiças sofridas pelos operários, relativamente ao caráter social da fé cristã, fruto da realização da caridade, considerada como a “rainha das virtudes”(Carta encíclica *Rerum Novarum*. AAS 23 [1890-91], p. 641-670, *apud* GONÇALVES, P. S. L. *Questões Contemporâneas de Teologia*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2011, p. 101).

O Concílio Vaticano II, com o objetivo de dialogar com as grandes questões da modernidade, assumiu esta temática como desafio e adotou uma atitude positiva diante da liberdade religiosa. A *Dignitatis Humanae* foi um dos documentos mais avançados do concílio, onde “os padres conciliares abrem mão da hegemonia religiosa e colocam-se em atitude de compreensão diante do fenômeno da diversidade religiosa e cultural” (SANCHEZ, 2015, p. 54). O documento promulgado em 7 de setembro de 1965 pelo Papa Paulo VI, embora no próêmio esteja escrita a afirmação que “esta única religião verdadeira se encontra na igreja católica e apostólica” (DH 1b), o documento enfatiza, no número 2, que:

A pessoa humana tem direito à liberdade religiosa. Esta liberdade consiste no seguinte: Todos os homens devem estar livres de coação, quer por parte dos indivíduos, quer dos grupos sociais ou qualquer autoridade humana; e tal modo que em matéria religiosa, ninguém seja forçado a agir contra a própria consciência, nem impedido de proceder segundo a mesma, em privado e em público, só ou associado com outros, dentro dos devidos limites. Declara, além disso, que o direito à liberdade religiosa se funda realmente na própria dignidade da pessoa humana, como a palavra revelada de Deus e a própria razão a dão conhecer. Este direito da pessoa humana à liberdade religiosa na ordem jurídica da sociedade deve ser de tal modo reconhecido que se torne um direito civil (COMPÊNDIO, 1969, p. 600).

Este número ratifica a importância da dignidade da pessoa humana e a garantia da liberdade religiosa inclusive pela sociedade civil. A *Dignitatis Humanae* ao tratar do tema da liberdade religiosa, reconhece implicitamente um fato que emergiu no mundo moderno, a diversidade religiosa. Embora não seja a finalidade do documento elaborar uma avaliação da religião, ele reconhece que a diversidade religiosa é um valor importante.

Com a Declaração *Nostra Aetate* sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs, o concílio lança a instituição um desafio: envidar esforços para estabelecer relações com as religiões visando contribuir com a convivência humana, “a Igreja Católica nada rejeita do que há de verdadeiro e santo nestas religiões”¹⁸. A origem desse documento está numa solicitação de João XXIII que, durante o Concílio, se elaborasse um documento que abordasse as relações com os judeus e sobre o significado deles na história da salvação. O texto foi aprovado em 25 de outubro de 1965. No número 1, a *Nostra Aetate* afirma que “considera

¹⁸ Declaração *Nostra Aetate* sobre as relações da Igreja com as Religiões não cristãs, em *Compêndio do Vaticano II*, Petrópolis, 1969, art. 2/1582.

atentamente a sua relação com as religiões não cristãs como parte de sua missão fomentar a união e caridade entre os povos”. Como explica Dupuis (1999, p. 226) “A intenção do Concílio não é, na *Nostra Aetate* mostrar uma graduação no ordenamento dos membros das outras igrejas em relação à igreja, ele tem a intenção de exortar cada um a superar as divisões e promover relações amigáveis”.

Entre todos os documentos conciliares, a *Nostra Aetate* é o documento que encontramos: uma apresentação das religiões mundiais sem indicar uma ordem de importância entre elas, assim como faz a *Lumen Gentium*; uma descrição dos principais aspectos das chamadas religiões mundiais; uma avaliação positiva sobre essas religiões e uma exortação aos católicos para reconhecerem e valorizarem os diversos aspectos presentes nessas religiões.

Entre os documentos pós-conciliares, ressaltamos o documento *Diálogo e Missão* (DM), intitulado “a atitude da igreja perante os seguidores de outras religiões, reflexões e orientações sobre o diálogo e missão”. Divulgado em 10 de junho de 1984, no Papado de João Paulo II pelo Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso¹⁹. A tônica deste documento está presente logo no início, descrevendo que o diálogo inter-religioso não pode ser resumido ao colóquio, mas se refere ao “conjunto das relações inter-religiosas positivas e construtivas, com pessoas e comunidades de outras confissões religiosas para um mútuo conhecimento e um recíproco enriquecimento” (DM 3). O documento apresenta quatro formas de diálogo²⁰:

a) O *diálogo da vida*, onde as pessoas se esforçam por viver num espírito de abertura e de boa vizinhança, compartilhando as suas alegrias e tristezas, os seus problemas e as suas preocupações;

¹⁹ Para promover o trabalho do diálogo, o Papa Paulo VI criou, em 1964, o Secretariado para os não-cristãos, atualmente denominado Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso. Após a Assembleia Plenária de 1984, o Secretariado publicou um documento com o título *A atitude da Igreja perante os seguidores de outras religiões. Reflexões e orientações sobre diálogo e missão*. O documento declara que a missão evangelizadora da Igreja “é uma realidade unitária, mas complexa e articulada”. Indica os seus elementos principais: presença e testemunho; empenho pela promoção social e pela libertação do ser humano; vida litúrgica, oração e contemplação; diálogo inter-religioso; e, por fim, anúncio e catequese (DM 2).

²⁰ Estas formas de diálogo foram mencionadas no documento de 1984 do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso (cf. DM 28-35). In. PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO. Congregação para a Evangelização dos Povos. *Diálogo e Anúncio*. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19_051991_dialogue-and-proclamatio_po.html>. Acesso em: 01 dez. 2017.

b) O *diálogo das obras*, onde os cristãos e os outros colaboram em vista do desenvolvimento integral e da libertação humana;

c) O *diálogo dos intercâmbios teológicos*, onde os peritos procuram aprofundar a compreensão das suas respectivas heranças religiosas e apreciar os valores espirituais uns dos outros;

d) O *diálogo da experiência religiosa*, onde pessoas radicadas nas próprias tradições religiosas compartilham as suas riquezas espirituais, por exemplo, no que se refere à oração e à contemplação, à fé e aos caminhos da busca de Deus e do Absoluto.

Estas quatro formas de diálogo são “inseparáveis no caminho das religiões que se propõem a dialogar” (SANCHEZ, 2015, p. 73). O documento *Diálogo e Missão* trata das diversas relações possíveis entre os dois termos que são o eixo do documento, diálogo – missão, um dos aspectos desta relação é o tema da conversão, “o retorno do coração contrito e arrependido a Deus com o desejo de submeter mais generosamente a própria vida (DM 37b *apud* SANCHEZ, 2015, p. 73). Essa definição no documento não abrange a conversão como proselitismo, mas como um esforço de todos os crentes que se colocam no caminho da busca de uma verdade dialógica.

Diálogo e Anúncio foi um documento conjunto do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso e da Congregação para a Evangelização dos Povos, publicado em 19 de maio de 1991²¹. O documento faz referência logo no início, às razões que tornaram possíveis sua publicação: o surgimento de uma nova consciência do pluralismo religioso, a compreensão gradual do diálogo inter-religioso e o fato de que a prática do diálogo suscita muitos questionamentos na consciência das pessoas. *Diálogo e Anúncio* está dividido em três partes: Diálogo inter-religioso, Anúncio de Jesus Cristo e Diálogo Inter-religioso e Anúncio.

Este documento reitera a avaliação positiva que o Vaticano II fez sobre as demais religiões ao reconhecer a presença de valores positivos tanto na vida dos seguidores como das próprias religiões vistas como “preparação para o evangelho” (DA 17b). No número 29 está uma novidade do documento, ao afirmar

²¹ Este documento resultou de um longo processo que teve início na assembleia plenária do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso de 1987, e foi aprovado na assembleia plenária de 1990. Neste percurso, houve uma estreita colaboração entre estes dois organismos que publicaram o documento.

que “aqueles que não conhecem Jesus Cristo são atingidos por caminhos conhecidos por Deus, graças à ação invisível do espírito de Cristo”.

Com o documento *Diálogo e Anúncio* temos um grande passo para além do reconhecimento dos valores positivos das religiões, esse documento afirma que as religiões são caminhos suficientes para a salvação de seus membros. Dupuis (1999, p. 249) considerou o documento *Diálogo e Anúncio* como “uma primícia entre os documentos da igreja dedicados aos membros das outras religiões e suas tradições”.

Estes cinco documentos da igreja publicados após o Concílio Vaticano II, explicitam a moção motivadora deste concílio ecumênico, embora muitos documentos conciliares e pós-conciliares tenham sido publicados, os documentos aqui mencionados, foram antepostos, devido sua estreita ligação com o diálogo inter-religioso.

No sentido de colocar em prática o espírito do Concílio Vaticano II com relação às religiões, o Papa João Paulo II teve sua primeira ação concreta e audaciosa ao convidar líderes das mais diferentes religiões para participarem de um Encontro de Oração pela Paz²². Este evento foi anunciado na festa da conversão de São Paulo em 1986, em que ele esclareceu que o formato do encontro seria estabelecido com a participação de todas as lideranças envolvidas²³.

O encontro aconteceu na cidade de Assis, no dia 27 de outubro de 1986 e foi organizado em três momentos (cf. SANCHEZ, 2006, p. 65). No primeiro momento, as lideranças religiosas foram acolhidas pelo Papa na Basílica Santa Maria dos Anjos em Assis. Estavam presentes representantes das igrejas cristãs (Ortodoxa, Anglicana, Velhos católicos, Igreja Metodista, Federação Luterana Mundial, Aliança Mundial das Igrejas reformadas, Aliança Baptista, Menonitas, Quakers) do Budismo, Hinduísmo, Islã, Jainismo, Judaísmo, das religiões tradicionais africanas e ameríndias, Siquismo, Xintoísmo e do Zoroastrismo.

²² Aconteceram duas outras Jornadas de Oração pela Paz: a segunda, também por iniciativa de João Paulo II, aconteceu em Assis, em 24 de janeiro de 2002; a terceira por iniciativa do papa Bento XVI em comemoração ao 25º aniversário da Jornada de Assis, em 27 e 28 de outubro de 2011.

²³ Conclusione Dell'Ottavario di Preghiera per l'Unità dei Cristiani – 25/01/1986. In SANCHEZ (2015, p. 64).

Para o papa João Paulo II o Encontro de Assis era um sinal do compromisso de todos os presentes com a paz. No segundo momento, as diversas lideranças dirigiram-se a diversos locais da cidade de Assis para rezarem de acordo com as suas tradições. O encontro concluiu-se com o terceiro momento, o ápice do evento, na basílica de São Francisco onde o papa explanou aos presentes que apesar de todas as diferenças das religiões, a dimensão da oração é comum a todas elas. A partir de então, o Encontro de Assis se tornou uma “referência para pensar a relação com as outras religiões e instituiu um paradigma para o diálogo inter-religioso” (SANCHEZ, 2015, p. 66).

Alguns autores, ao se referirem a Jornada de Oração pela Paz em Assis, categorizam-na como um “Marco fundamental no campo do diálogo inter-religioso” (TEIXEIRA, 2008, p. 135), na visão de Dalai Lama, presente no evento, a reunião de Assis foi “extremamente benéfica para os fiéis de muitas religiões, pois simbolizava a solidariedade e um compromisso com a paz demonstrado por todos que participaram” (DALAI LAMA, 2000, p. 240). No discurso natalício dirigido aos membros da cúria Romana, em 22 de dezembro de 1986 o Papa João Paulo II expressou o significado do encontro de Assis:

O fato de nos reunirmos em Assis para rezar, jejuar e caminhar em silêncio – e isso pela paz, hoje, talvez sempre mais frágil e ameaçada do que nunca – foi um claro sinal da unidade profunda daqueles que procuram na religião e nos valores espirituais e transcendentais resposta às grandes inquietações do coração humano, apesar das divisões concretas (JOÃO PAULO II *apud* TEIXEIRA; DIAS, 2015, p. 136).

Assis, portanto, se configurou como palco de esperanças e possibilidades para os movimentos e organizações inter-religiosas, evidenciando que ações concretas em favor da Paz e do diálogo são possíveis.

1.2.5 O SIMPÓSIO “NÃO HAVERÁ PAZ NO MUNDO SEM PAZ ENTRE AS RELIGIÕES” (1989)

Este simpósio teve grande impacto na aproximação das “grandes religiões”, no concernente ao seu objetivo de unir as religiões em favor da construção da paz. Foi antecedido pela *Conferência Mundial das Religiões pela Paz*, em Kioto, Japão em 1970²⁴. Neste momento as religiões se encontraram em

²⁴ Hans Küng menciona este importante simpósio na sua obra (*Teologia a caminho: Fundamentação para o diálogo ecumênico*. São Paulo: Paulinas, 1999, p. 278) e no artigo que escreveu junto com Jürgen Moltmann na revista *Concilium* em 1990, p. 7 e p. 133.

um novo processo de reflexão sobre o humano. Küng relembra a frase que mais impactou as reflexões: “Quando estivemos juntos para tratarmos do importantíssimo tema da paz, descobrimos que as coisas que nos unem são mais importantes do que as coisas que nos separam” (KÜNG, 1999, p. 278). Ainda ressaltou as descobertas do que possuímos em comum (KÜNG, 1999, p. 278):

- a) Uma profunda convicção da unidade fundamental da família humana e da igualdade e da dignidade de todos os seres humanos;
- b) Um sentimento da inviolabilidade do indivíduo e da sua consciência;
- c) A consciência de que o poder não se identifica com a justiça, de que o poder humano não é auto-suficiente, nem pode ser absoluto;
- d) A crença de que o amor, a misericórdia, o altruísmo e a força do espírito e da sinceridade tem mais poder a longo prazo do que o ódio, a inimizade e o egoísmo.
- e) Um sentimento de compromisso a favor dos pobres e oprimidos, e contra os ricos e opressores;
- f) Uma profunda esperança de que finalmente triunfará a boa vontade.

Esta conferência serviu de base para as reflexões de Hans Küng no simpósio que descreveremos a seguir: *o Simpósio “Não haverá Paz no mundo sem paz entre as religiões”*, realizado em fevereiro de 1989, nas instalações da UNESCO em Paris, sobre a co-responsabilidade da delegação permanente da Alemanha junto da UNESCO e do instituto Goethe. Küng relata sua participação como orador principal em algumas de suas obras:

Fui convidado a participar neste evento na qualidade de orador principal e a comunicação que então apresentei foi integrada nesta obra. Representantes de todas as grandes religiões mundiais foram igualmente convidados a tomar parte neste simpósio e a exprimir as suas posições tendo como base a minha alocução, pelo que foi possível estabelecer um diálogo frutuoso entre os presentes (KÜNG, 1990, p. 12).

Num colóquio da UNESCO em Paris (1989), com o título “Não há paz para o mundo sem paz das religiões” defendi a tese de que somente aquela religião seria uma religião verdadeira e boa que fomentasse e promovesse o verdadeiro humanitarismo, a verdadeira humanidade [...] Verdadeiro humanitarismo é, neste sentido, pressuposto de uma verdadeira religião. Humanidade é a exigência mínima para todas as religiões. Religiões que não concretizam em si mesmas os direitos humanos, não são hoje mais dignas de fé (KÜNG, 1990, p. 132).

Faustino Teixeira também relata a importância desta conferência no livro *Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso* (2008) como um evento significativo no processo de preparação do II Parlamento das Religiões:

Ocorreu um colóquio na sede da UNESCO, no de 1989, cujo grande tema era “Não há paz para o mundo sem paz entre as religiões”. Entre os presentes estavam importantes peritos de algumas tradições religiosas, entre os quais Masao Abe (budismo), Mohammed Arkoum (islamismo), Eugene Borowitz (judaísmo), Claude Geffré (Cristianismo), Liu Shuh sien (Religião chinesa) e Bithika Mukerji (Hinduísmo). Durante o colóquio o Teólogo católico Hans Küng apresentou como desafio a proposta de um *ethos* mundial das religiões universais. A busca de um consenso de base mínimo, em sua visão, a paz constitui um grande desafio para as religiões “sem a paz entre as religiões, não haverá também a paz para as nações” (TEIXEIRA, 2008, p. 139).

Entre os representantes das religiões presentes no Simpósio de Paris, Küng (1990, p. 165-166) nomeia alguns passos de um *consenso* que começara a se delinear:

- a) Nenhum dos participantes afirmou aceitar um *humanum* autônomo, enquanto superestrutura reinante sobre cada uma das religiões concretas. Cada um desses disse concordar, no âmbito de sua religião, com o fato da noção de *humanum* ter de estar enraizada na ideia de *absoluto*;
- b) Todos os participantes afirmaram aceitar a *autocrítica* como condição prévia essencial para um diálogo inter-religioso.
- c) Todos declaram estar de acordo com o fato de se fazer sentir a necessidade de uma ação, precisamente por parte das religiões, no domínio da *educação e formação dos indivíduos no sentido humanitário e pacifista* – nenhum dos participantes era contrário ao lema do simpósio;
- d) Todos os representantes das religiões mundiais ali presentes afirmaram concordar, em princípio, com a possibilidade de *fundamentar os valores humanos a partir de sua própria tradição*.

Neste Simpósio, Küng teve oportunidade de expor suas reflexões e seu projeto de um “*Ethos*”²⁵ Mundial, bem como de perceber os questionamentos, críticas e viabilidades do mesmo.

²⁵ Do grego, significa caráter, propósito moral, distinguido por Aristóteles do pensamento ou inteligência. Optamos por manter o termo grego, sempre que o autor o escolhe, uma vez que tem um significado diferente do termo “Ética” (ramo do saber ou disciplina que se ocupa da conduta

1.2.6 O FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL²⁶ (1990)

Em plena transformação do Leste da Europa no ano de 1990, aconteceu mais um Fórum Econômico Mundial (*World Economic Forum*), em Davos (Suíça). Este fórum realizou uma reunião de cúpula com todos os chefes de estados europeus, num primeiro movimento para integrar os países do Leste Europeu e da antiga União Soviética na economia mundial. KÜNG menciona sua primeira participação neste Fórum debatendo o tema: “Por que motivos temos necessidade de padrões éticos para sobreviver?”, sete anos depois seria convidado para uma nova participação:

Estou grato ao seu fundador e presidente, o professor Klaus Schwab, por me ter solicitado na qualidade de teólogo, que falasse a esse grêmio internacional de *caráter* tão representativo. É minha profunda convicção que, se não conseguirmos a adesão dos representantes do mundo político, financeiro e econômico a um programa ético de *ação*, qualquer iniciativa desta natureza, mais bem intencionada que seja, cairá no vazio. O tema da conferência proferida em Davos era o seguinte, “Por que motivos temos necessidade de padrões éticos para sobreviver?”, o respectivo manuscrito, cujo conteúdo seria posto à prova, num contexto muito diverso através de um debate realizado em Tübingen, com os professores doutores Hans Jonas e Karl-Otto Apel (KÜNG, 1990, p. 12-13).

Em toda a década de 90, foram realizados, além da reunião anual em Davos, encontros regionais em várias partes do mundo, onde esta temática

humana, dos seus valores e motivações, bem como de seu fim) e se aproxima mais do termo “moral” (que designa frequentemente códigos, costumes, ou condutas de indivíduos ou grupos, bem como um aspecto da natureza humana. O autor utiliza-o neste texto com um significado idêntico, ao que lhe atribui Max Weber, figura fundamental da sociologia alemã e que dedicou grande parte de seu trabalho à Sociologia da Religião, a saber: o de uma ordem normativa interiorizada, um conjunto de princípios morais mais ou menos sistematizados, que regulam a conduta de vida. Este conceito é empregado pelo sociólogo alemão para explicar a relação entre Religião e Economia (KÜNG, 1990, p. 9).

²⁶ Fórum Econômico Mundial ou FE é uma organização sem fins lucrativos, baseada em Genebra, é mais conhecido por suas reuniões anuais em Davos, Suíça, nas quais reúne os principais líderes empresariais e políticos, assim como intelectuais e jornalistas selecionados para discutir as questões mais urgentes enfrentadas mundialmente, incluindo saúde e meio-ambiente. O Fórum também organiza a “Reunião Mundial dos Novos Campeões” na China e vários encontros regionais durante todo o ano. Em 2008, essas reuniões regionais incluíram eventos na Europa e Ásia Central, Ásia Ocidental, a Mesa Redonda de CEOs na Rússia, África, Oriente Médio e o Fórum Econômico Mundial na América Latina. Em 2008, lançou a “Cúpula Inaugural da Agenda Global”, em Dubai, formada por 700 especialistas de todo o mundo em setores relacionados aos 68 desafios globais identificados pelo Fórum. O Fórum Econômico Mundial foi fundado em 1971 por Klaus M. Schwab, um professor de administração na Suíça. Além das reuniões, o Fórum produz vários relatórios de pesquisa e engaja seus membros em iniciativas setoriais específicas (WIKIPÉDIA. *Fórum Econômico Mundial*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/F%C3%B3rum_Econ%C3%B4mico_Mundial. Acesso: 15 nov. 2017).

proferida por Küng gerou novas discussões, sendo pauta principal de muitos eventos mundiais e o projeto de uma Ética Mundial que começara a desenvolver em suas obras ganhará espaços em grandes acontecimentos mundiais.

1.3 O II PARLAMENTO MUNDIAL DAS RELIGIÕES (1993)

Os acontecimentos descritos anteriormente, intitulado “preliminares do projeto de Ética Mundial”, foram descritos no intuito de apresentar a influência direta e indireta destes eventos no projeto que Hans Küng começa a pesquisar na década de 1980, conhecido inicialmente como projeto de “*Ethos*” mundial e que se consagrará como “Projeto de Ética Mundial” a partir da declaração para uma Ética Global, esboçada durante um percurso de quatro anos e apresentada no II Parlamento Mundial das Religiões como veremos a seguir.

1.3.1 CAMINHOS DE PREPARAÇÃO PARA O II PARLAMENTO MUNDIAL DAS RELIGIÕES

O caminho para a organização do mais importante Parlamento Mundial das Religiões que, além de celebrar o centenário da realização do primeiro (1983-1993), apresentou ao mundo o projeto de uma ética mundial trabalhado por Küng desde os primórdios de 1980. Este processo foi na concepção da doutora Christel Hasselmann (2003, p. 30), a “gênese da Declaração sobre Ética Global”. Na América, havia-se constituído um grupo de interessados nas questões inter-religiosas, com o objetivo de organizar o segundo Parlamento das Religiões Universais, ao mesmo tempo em que na Alemanha, Hans Küng vinha trabalhando em uma ideia por ele denominada de “Projeto *Ethos* Mundial”.

Os organizadores do Parlamento e Küng se reuniram em 1989 na Universidade de Chicago, quando Hans Küng teve oportunidade de expressar seus anseios. A seguir, o Conselho do Parlamento conferiu a Küng o encargo de esboçar uma “Declaração das Religiões em favor de uma Ética Global”. Com isto, Küng assumiu um empreendimento carregado de problemas. “Pela primeira vez na história das religiões seria elaborada uma declaração ética que poderia ser aceita pelos membros de todas as religiões do mundo, modelos para isto eram

inexistentes” (HASSELMANN, 2003, p. 30). Este esboço acarretava uma série de questionamentos como aponta Hasselmann:

Como haveria de ser esta Declaração? Que condições deveriam ela satisfazer, que linguagem haveria de usar? E, sobretudo, que valores, padrões indispensáveis e que atitudes internas fundamentais, capazes de obter consenso, deveria ela conter? Que aspecto tinha as considerações iniciais de Küng sobre um primeiro consenso ético? (HASSELMANN, 2003, p. 30).

Os princípios que embasaram este esboço se fundamentaram em escritos e projetos que Küng viera desenvolvendo como: o trabalho apresentado em 1989 para um evento na UNESCO²⁷ e as reações por ele provocadas, provenientes de várias religiões universais; a palestra proferida em Davos para o *World Economic Forum* em 1990; seu best-seller “*Projekt Weltethos*”; e os resultados de um programa de ensino de verão de 1992 em Tübingen (HASSELMANN, 2003, p. 31). De acordo com sua intenção, a declaração deveria ser uma declaração das religiões, antes de tudo ela deseja obter o consenso, e por respeito aos budistas renunciar falar “em nome de Deus”.

O lugar central é ocupado pelo plano ético dos valores vinculantes, dos padrões e das atitudes, por razões de tradução a declaração deve ser ao mesmo tempo universalmente compreensível, tendo como ponto de convergência a íntima ligação entre ética global, direitos humanos e paz mundial (HASSELMANN, 2003, p. 31).

Hasselmann (2003, p. 27), descreve o caminho para a elaboração da declaração sobre ética mundial como correndo sobre dois trilhos: por um lado, a base do diálogo inter-religioso sobre a qual a declaração se fundamenta, e cujo início pode ser comprovadamente atribuído ao primeiro parlamento de 1983 em Chicago e, por outro, a fase propriamente dita da declaração sobre Ética Mundial que perdurou quatro anos. Estes dois planos (trilhos) estão estreitamente relacionados entre si, pode-se verificar que desde o primeiro Parlamento das Religiões Universais foi posto em andamento uma mudança de consciência no tocante a aceitação do pluralismo das religiões universais. Com o desenvolvimento de um consenso ético mínimo, a partir da Declaração sobre Ética Mundial.

²⁷ Colóquio realizado na sede da UNESCO em Paris, no ano de 1989, com o tema apresentado por KÜNG “Não haverá paz no mundo sem paz entre as religiões” (TEIXEIRA, 2015, p. 139).

1.3.2 II PARLAMENTO MUNDIAL DAS RELIGIÕES: PONTO CULMINANTE DE UM PROCESSO

Considerando o primeiro Parlamento Mundial das Religiões de 1893, como marco inicial do processo de diálogo entre as religiões, e as iniciativas que se sucederam após sua realização, em favor da paz e de um mundo mais humano, sem desconsiderar as devastadoras guerras ao longo deste percurso histórico, elencamos o II Parlamento Mundial das Religiões, realizado na mesma cidade, Chicago (EUA), nos dias 28 de agosto a 04 de setembro de 1993, como ponto culminante neste processo de aproximação entre as religiões universais. Neste Parlamento, foi apresentada pela primeira vez a “Declaração sobre Ética Global” chegando ao conhecimento de várias nações e religiões a existência de um “*Ethos* Mundial”.

Hasselmann enfatiza que o segundo Parlamento das Religiões Universais foi convocado por duas razões: por um lado, desejava-se celebrar o centenário do primeiro parlamento; por outro, pretendia-se promover um encontro dos representantes das religiões universais com o intuito de discutir os problemas mundiais. “Foi, até aquele momento o maior encontro de representantes das religiões universais da história da humanidade” (HASSELMANN, 2003, p. 25).

O parlamento em sua edição de 1993 reuniu cerca de 6.500 pessoas de inúmeras tradições religiosas, entre os quais importantes lideranças como o Dalai Lama e o arcebispo de Chicago (TEIXEIRA, 2015, p. 139). Hans Küng no prefácio do livro *Pra que um Ethos Mundial? Religião e ética em tempos de globalização* relata:

No parlamento das Religiões Mundiais, realizado em Chicago em 1993, mais de 200 representantes de todas as religiões mundiais, definiram pela primeira vez na história, o seu consenso acerca de determinados valores, padrões e posicionamentos éticos comuns como base de *Ethos* mundial que, depois foram incluídos no relatório do nosso grupo de especialistas, destinado ao secretário geral e ao plenário das Nações Unidas (KÜNG, 2005, p. 8).

O conselho do segundo Parlamento das Religiões Universais foi o primeiro a ter coragem de proclamar uma declaração sobre uma Ética Mundial, solenemente proclamada no dia 04 de setembro de 1993 (TEIXEIRA; DIAS, 2008, p. 139). A Declaração sobre Ética Mundial, em alemão “*Erklärung zum*

Weltethos”, foi o primeiro documento deste gênero na história milenar das religiões, resultado de um esboço de Hans Küng e de uma consulta a cerca de 200 peritos, representantes das comunidades de fé do mundo.

Küng desenvolveu uma visão onde os representantes das religiões universais se comprometem a desenvolver a obedecer a um fundamento comum de todas as religiões. Após a aprovação do Parlamento, “cerca de 40 milhões de pessoas leram a declaração” (HASSELMANN, 2003, p. 25).

O núcleo da Ética Mundial é formado pelos quatro “grandes mandamentos do gênero humano”, um código de conduta prático que possui validade em todas as religiões universais: não matarás, não furtarás, não mentirás, não fornicarás (HASSELMANN, 2003, p. 26). A estes, destacamos os pontos principais que nortearam a organização do documento segundo Hans Küng (2005, p. 8):

- a) Em primeiro lugar o princípio da humanidade – Todo o ser humano seja homem ou mulher, branco ou negro, jovem ou velho – deve receber tratamento humano;
- b) Em segundo lugar, o princípio da reciprocidade na expressão da “regra de ouro” – O que você não quer que façam a Ti, também não deve fazê-los aos outros;
- c) Estes princípios se desdobram em quatro âmbitos conclamando todos os homens, todas as instituições e todas as nações a assumirem a sua responsabilidade: Por uma cultura da não violência e do respeito a toda vida; Por uma cultura da solidariedade e uma ordem econômica justa; Por uma cultura da tolerância e uma vida de veracidade; e Por uma cultura de igualdade de direitos e de companheirismo entre homem e mulher.

A discussão sobre a Declaração progrediu, provocou uma ampla repercussão em várias áreas, principalmente no campo da economia e da política. Hasselmann (2003, p. 37) afirma que “a ideia da Ética Global de Küng é desde longo tempo, objeto de discussão política internacional” e ainda “a pedra lançada à água está agora produzindo seus círculos”. Em numerosas comissões e conferências internacionais a Ética Mundial se tornou pauta principal de grandes

eventos mundiais. Raiser (2003, p. 22), elenca o principal limite da declaração ao afirmar:

A Declaração sobre Ética Global se ocupa mais em formular as regras que possam ajudar no processo do conhecimento comum da ciência da vida bem-sucedida. Estas regras podem estimular e trazer a lembrança de o conhecimento esquecido, e assim impelir a mudança de consciência. Elas podem tornar as diferentes tradições transparentes umas para as outras e libertá-las da mútua separação. Mas a validade e a obrigatoriedade das diretrizes só podem se basear nos contextos concretos de cada tradição. Este continua sendo o limite de toda Ética Global (RAISER, 2003, p. 22).

O diálogo Inter-religioso intensificou-se fortemente, sobretudo após a publicação da declaração pelo Parlamento Mundial das Religiões de 1993. O Conselho do Parlamento, a partir de então, “elaborou o plano de a cada cinco anos, realizarem um novo Parlamento das Religiões Universais em diferentes lugares do mundo, assim como três anos antes de cada parlamento, uma nova assembleia de líderes religiosos e espirituais” (HASSELMANN, 2003, p. 38). A Declaração sobre Ética Mundial começou a ser difundida como base para a compreensão mútua. Uma versão última da declaração não poderá e deverá ser produzida, de forma que “o processo continuará a movimentar-se rumo a uma Ética Global” (HASSELMANN, 2003, p. 38).

Os parlamentos foram encontros internacionais de religiosos que representam uma multiplicidade de tradições religiosas e sistemas de crenças. Veremos na tabela a baixo os dados ilustrados de forma cronológica com os respectivos locais de realização.

Parlamento Mundial das Religiões	
De 11 a 27 de setembro de 1893	Chicago, nos Estados Unidos
De 28 de agosto a 04 de Setembro de 1993	Chicago, nos Estados Unidos
De 01 a 08 de dezembro de 1999	Cidade do Cabo, na África do Sul
De 07 a 13 de julho de 2004	Barcelona, na Espanha
De 03 a 09 de dezembro de 2009	Melbourne, na Austrália
De 15 a 19 de outubro de 2015	Salt Lake City, nos Estados Unidos

Fonte: WIKIPÉDIA; Parlamento Mundial de Religiões. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Parlamento_Mundial_de_Religi%C3%B5es>. Acesso em 13 jun. 2017.

O projeto de Ética Global de Hans Küng ultrapassou os limites de publicações intelectuais e o levou a criar uma fundação para concretamente, de forma empírica e práxis, levar adiante o seu projeto. A “*Stiftung Weltethos*” (Fundação Ética Mundial) nasceu em 1995, a partir da obra *Projeto de Ética Mundial*, de Hans Küng. No livro, Küng aprofunda o debate ético propondo, em seu projeto de Ética Mundial, três grandes pilares: não há paz entre as nações sem paz entre as religiões; não há paz entre as religiões sem diálogo entre as religiões; e não há diálogo entre as religiões sem pesquisa sobre os fundamentos das religiões.

À época, Karl Konrad, conde de Groeben, na Alemanha, tomou contato com a obra e decidiu apoiar a difusão da ideia de uma “Ética Mundial”. Com sua ajuda, foi possível garantir o trabalho de uma equipe de pesquisa, dirigida por Hans Küng, a serviço de uma Ética Mundial. Esta fundação continuou o trabalho nas bases, fomentando novas discussões e esclarecimentos em diversas partes do mundo. Desde sua criação, a fundação estendeu suas atividades aos mais diversos âmbitos da sociedade, como a academia, a economia e a política, e despertou grande interesse, inclusive na ONU. A base programática do trabalho da Fundação é a “Declaração sobre Ética Mundial”²⁸. Hans Küng (2001, p. 114) descreve os principais documentos que posteriormente buscaram concretizar o projeto de Ética Global:

- a) O grande relatório da Comissão as Nações Unidas para a ordem Política Mundial (Global Governance) de 1995 que exige em todas as esferas uma “ética da vizinhança” em que os valores globais têm que ser o núcleo de uma ordem política mundial;

²⁸ Assinada pelos membros do Parlamento das Religiões do Mundo, em 1993, em Chicago, Estados Unidos. A assinatura do documento por delegados e delegadas de todas as religiões e de todos os continentes do mundo foi uma das grandes conquistas da Fundação. Por meio da declaração, pela primeira vez na história, representantes de todas as religiões alcançaram um acordo sobre princípios para uma ética global e se comprometeram com quatro diretrizes irrevogáveis, que se concretizam no compromisso com uma cultura: da não-violência e do respeito à vida; da solidariedade e de uma ordem econômica justa; da tolerância e de uma vida de autenticidade; e da igualdade de direitos e do companheirismo entre homens e mulheres.

A redação da carta, elaborada por Hans Küng e pela equipe do Instituto de Pesquisa Ecumênica da Universidade de Tübingen, na Alemanha, deu-se com base em um processo inter-religioso de pesquisa e consulta (SBARDELOTTO, Moisés. IHU e Fundação Ética Mundial: *O desafio conjunto de responder à busca pela paz*. Nº 279. 2008. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2269-ihu-e-fundacao-etica-mundial>>. Acesso em: 11 de Nov. de 2017).

b) O igualmente importante relatório da Comissão Mundial para a Cultura e Desenvolvimento, também de 1995, exige no primeiro capítulo “uma nova Ética Global” (a New Global Ethics), portanto, um *ethos* da humanidade, uma Ética Global para superar os mencionados problemas globais;

c) Esta exigência recebeu apoio também por parte do projeto Ética Universal da UNESCO (Ethics Project) de 1997, do Fórum Econômico Mundial em Davos 1997 e da Conferência Indira Gandhi em Délhi em 1997.

Estas conferências e comissões internacionais sublinharam não somente a necessidade de uma Ética Mundial, mas em parte elas exigem claramente a formulação de deveres humanos ou responsabilidades humanas.

1.4 REPERCUSSÕES DO PROJETO DE ÉTICA MUNDIAL NOS EVENTOS DE 1997

1.4.1 O INTERACTION CONCIL DE 1997

Com a colaboração de Hans Küng, o InterAction Concil²⁹ de 1997 apresentou uma “Declaração Geral sobre os Deveres Humanos” em que “a ideia da ética mundial é aplicada à ação nos contextos econômicos e políticos internacionais (RAISER, 2003, p. 23). O InterAction Concil trabalhava para elaborar um conjunto de padrões éticos humanos desde 1997, e seu trabalho se apoia, segundo Küng:

No conhecimento de líderes religiosos e sábios de épocas remotas que advertiram que liberdade sem aceitação de responsabilidades pode destruir a própria liberdade, ao passo que com o equilíbrio de direitos e responsabilidades ela é promovida e um mundo melhor pode ser criado (KÜNG, 2001, p. 12).

²⁹ O InterAction Concil foi estabelecido em 1983 como uma organização internacional independente para mobilizar a experiência, a energia e os contatos internacionais de um grupo de estadistas que ocuparam o cargo mais alto em seus próprios países. Os membros do Conselho desenvolvem em conjunto recomendações e soluções práticas para os problemas políticos, econômicos e sociais que enfrentam a humanidade. O Conselho é único em reunir em uma base regular, e em um ambiente informal, mais de trinta ex-chefes de estado ou de governo. Atendendo às suas capacidades individuais, o Conselho visa promover a cooperação e a ação internacionais em três áreas prioritárias: Paz e segurança, Revitalização econômica mundial, Padrões éticos universais. O Conselho seleciona questões específicas e desenvolve propostas de ação dessas áreas e comunica essas propostas diretamente aos líderes governamentais, chefes de organizações internacionais e indivíduos influentes em todo o mundo (INTERACTION CONCIL. Disponível em: <<http://www.interactioncouncil.org/about-us>>. Acesso em 18. Nov. 2017).

Hans Küng, a convite de Helmut Schmidt para elaborar um esboço da Declaração das Responsabilidades Humanas, sugeriu a realização de dois encontros com representantes do InterAction Concil, os quais lhe dariam subsídios para um primeiro esboço da declaração. Nos dias 22 a 24 de março de 1996, realizou em Viena um encontro entre membros da InterAction Concil, o qual também contou com a participação de “estudiosos e dignitários peritos do mundo inteiro” (KÜNG; SCHIMIDT, 2001, p. 85). Estiveram presentes representantes do Judaísmo, do Cristianismo, do Islamismo, do Budismo e do Confucionismo. A partir deste encontro elaborou-se um relatório como um primeiro esboço.

Nos dias 19 a 22 de maio de 1996, realizou-se em Vancouver o encontro anual do InterAction Concil onde confirmou-se a convicção básica de que “A ética deve preceder a política e até mesmo o direito, por que a ação política se desenvolve com valores e escolhas” (KÜNG; SCHIMIDT, 2001, p. 85).

De 20 a 22 de abril de 1997 ocorreu um segundo encontro em Viena para tratar da Declaração das Responsabilidades Humanas e após intensas discussões elaborou-se uma versão melhorada do anteprojeto (KÜNG; SCHIMIDT, 2001, p. 89).

A Declaração Geral sobre os Deveres Humanos foi avaliada no dia 03 de junho de 1997 em Noordwijk (Países Baixos), a redação então delegada a Thomas Axworthy, Andreis van e Hans Küng. No começo de agosto de 1997, o documento definitivo foi apresentado a todos os membros do InteractionConcil para assinatura com aceitação plena. Foi publicado pelo novo presidente Malcom Fraser, Datado de 1º de setembro de 1997 e enviado ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan e aos governos nacionais por todo o mundo. Küng comenta como vivenciou esta experiência:

Como um dos três conselheiros acadêmicos do InterActionConcil, formado por ex-chefes de estado e governos, eu era responsável não só pelo primeiro esboço dessa declaração como também pela incorporação de várias correções sugeridas pelos estadistas e por muitos peritos de diferentes continentes, religiões e disciplinas. Por conseguinte, identifiquei-me inteiramente com a declaração, mas se não tivesse me ocupado durante anos e finalmente escrito uma *Ética Mundial* para a política e economia mundiais, que trata de todos os problemas levantados aqui, eu simplesmente não teria ousado formar um primeiro projeto – em íntima conexão com os Direitos Humanos de 1948 e declaração para uma *Ética Mundial* de 1993 (KÜNG, 2001, 105).

Percebemos neste relato a relevância dos projetos anteriores desenvolvidos por Küng, que subsidiaram a elaboração da “Declaração Geral sobre os Deveres Humanos”. As duas declarações repousam sobre duas exigências básicas da condição humana, cuja aplicação concreta modifica a atmosfera em todo o instituto, escritório, fábrica ou empresa como afirma Hans Küng:

- a) Toda a pessoa seja qual for o seu sexo, sua origem étnica, sua língua, idade, nacionalidade ou religião, tem o dever de tratar todas as pessoas humanamente;
- b) A Regra de Ouro de todas as tradições religiosas e Éticas, que precisa valer também entre as nações: “O que não quiseses que te façam, não o façam também aos outros”.

A declaração foi publicada originalmente em inglês, alemão e japonês, atualmente encontra-se disponível em mais de dezesseis línguas (KÜNG; SCHIMIDT, 2001, p. 105).

1.4.2 O PROJETO DE ÉTICA UNIVERSAL DA UNESCO

Praticamente com a mesma nomenclatura, mas apenas com a mudança de sinônimo, o Projeto de Ética Mundial ou Ética Global se intitulou “Projeto de Ética Universal da UNESCO”, lançado em 2007, em Paris, em suas recomendações finais assinala:

Valores morais e princípios éticos que formariam o cerne de uma ética universal devem ser determinados, refletida empiricamente, ou seja, identificando-se com, e refletindo sobre, os valores e princípios amplamente reconhecidos ou racionalmente necessários (KÜNG, 2001, p. 102).

Participaram da Conferência da UNESCO especialistas oriundos de vários lugares do mundo: Karl-Otto-Apel e Hans Küng da Alemanha, Aziz AL-Azmeh da Síria, Sissela Bok, Mickael Walzer e Leonard Swidler dos Estados Unidos, Osvaldo Guariglia da Argentina, Paulin Hountondji de Benin, Yonanna Kuçuradi da Turquia, Linsshuh sien de Hong Kong, Jacques Poulain da França, Karan Singh da Índia e Kim Yersu da Coréia do Sul na presidência (KÜNG; SCHIMIDT, 2001, p. 102). A representatividade de várias regiões do mundo

evidencia o caráter multicultural do Projeto, bem como sua possível viabilidade em diversas nações.

1.4.3 O FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL EM DAVOS

O Fórum Econômico Mundial³⁰, realizado em Davos em sua edição de 1997, no texto do pré-release do dia 04 de fevereiro, declara:

O Fórum Econômico Mundial pretende delinear e alcançar um consenso internacional sobre uma Declaração das Responsabilidades Humanas, a noção de Direitos Humanos fundamentais está conosco há algum tempo, mas não há nenhuma compreensão similarmente ampla de obrigações ou responsabilidades humanas fundamentais (SHUWAB, *apud* KÜNG, 2001, p. 101).

Esta declaração de Klaus Shuwab – fundador e presidente do Fórum está em consonância com o pensamento de Küng que, ao esboçar o projeto de Ética Mundial, relata sua dificuldade em encontrar documentos de organizações mundiais que fizessem referência a uma Ética Mundial. Relembra da Declaração dos direitos humanos de 1948, mas enfatiza “quase não existia declaração alguma sobre os deveres humanos” (KÜNG, 2001, p. 114).

A declaração regida sobre os princípios da humanidade e da regra de ouro organizou-se da seguinte forma: Preâmbulo, parte I “Não há uma nova Ordem mundial sem uma Ética Mundial”, parte II “O desafio básico: Todo ser humano deve ser tratado de forma humana”, parte III “Quatro preceitos inamovíveis (KÜNG; SCHIMIDT, 2001, p. 23.) e parte VI “mudança de consciência”. Ressaltaremos a terceira parte da declaração por sua intrínseca ligação com o projeto de Ética Mundial, relacionando quatro preceitos decorrentes:

- a) Não matarás; compromisso com uma cultura da não violência e do respeito perante toda a vida;

³⁰ Em contraposição ao pragmatismo puramente econômico do FEM, organismo e entidades diversas criaram o Fórum Social Mundial (FMS). O FMS é um encontro anual internacional articulado por movimentos sociais, ONGs e pela comunidade civil para discutir e lutar contra o neoliberalismo, o imperialismo e, sobretudo, contra desigualdades sociais provocadas pela Globalização. É caracterizado por ser não governamental e apartidário, apesar de alguns partidos e correntes partidárias participarem ativamente dos debates e discussões. O primeiro encontro do Fórum Social Mundial aconteceu em 2001, na cidade de Porto Alegre (RS). Nesse encontro, quatro grandes temas foram debatidos: a) a produção de riquezas e a reprodução social; b) o acesso às riquezas e à sustentabilidade; c) a afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos e d) poder político e ética na nova sociedade. O Fórum Social Mundial é o principal meio de combate ao Neoliberalismo e de promoção dos ideais antiglobalização em todo o mundo.

- b) Não furtarás: compromisso com uma cultura de solidariedade e a uma justa ordem econômica
- c) Não mentirás: compromisso com uma cultura da tolerância e a uma vida de veracidade
- d) Respeitai e amai uns aos outros: Compromisso com uma cultura da igualdade de direitos e da parceria entre homens e mulheres.

No entanto, “à medida que a globalização avança, um diálogo internacional construtivo a respeito de valores comuns e obrigações humanas será um próximo passo natural” (KÜNG; SCHIMIDT, 2001, p. 101).

1.4.4 A CONFERÊNCIA INDIRA GANDHI

A sexta Conferência Indira Gandhi, realizada de 20 a 22 de novembro em Délhi no ano de 1997, abordou a temática sobre “Interdependências e identidades num mundo pós-colonial”, formulou sua conclusão sob o nº 17:

Num mundo globalizante que passa por uma profunda mudança de paradigma nas crenças, atitudes e nos comportamentos individuais e coletivos, talvez seja à hora de trabalhar em busca de princípios éticos comuns, universais, com que todas as religiões e culturas concordem. Isso pode servir de base para a formulação de um conjunto mais abrangente de responsabilidades, obrigações e padrões humanos que seja complementar e correspondente à Declaração Universal dos Direitos Humanos (KÜNG, 2001, p. 102).

Esta formulação conclusiva da Conferência Indira Gandhi ressalta uma relação de concordância e envolvimento comprometido com a Declaração Universal dos Direitos humanos, bem como, com o intuito de contribuir no processo de sua efetivação.

1.4.5 A VIII ASSEMBLEIA GERAL DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS – CMI (1998)

O compromisso ecumênico de defesa e promoção dos direitos humanos do Conselho Mundial de Igrejas – CMI, também se concretizou na promulgação dos anos 90 como a “década da solidariedade com as mulheres” e, presentemente com a instituição na primeira década do século XXI como a “década para superar a violência”.

A oitava assembleia do Conselho Mundial de Igrejas foi precedida pela consulta Internacional sobre “direitos humanos e as igrejas: os novos desafios”, convocada pelo CMI, em Monges, Suíça, em junho de 1998 (TEIXEIRA, 2008, p. 91). As recomendações finais desta consulta foram acolhidas pela VIII Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas, realizada em Hararé – Zimbábue, em dezembro de 1998. Esta assembleia “representava a nova política do conselho em relação aos direitos humanos” (TEIXEIRA; DIAS, 2008, p. 91). Este processo decorreu da seguinte forma:

Recolhendo os resultados de consultas regionais previamente realizadas, analisando as novas condições do mundo geradas pelo fim da guerra fria e levando em conta as consequências produzidas pela globalização da economia, como a redução do poder e do estado, a quase completa hegemonia das companhias transnacionais e do capital financeiro internacional, a concentração da riqueza no hemisfério norte com o resultante processo de empobrecimento acelerado dos Países do Sul e outras tão graves distorções, a consulta de Morgues identificou 15 temas que deveriam ser incluídos na agenda de direitos humanos do movimento ecumênico (TEIXEIRA; DIAS, 2008, p. 92).

Muitos desses temas já estavam presentes nas discussões das assembleias anteriores, mas não tinham sido levados em conta na proporção de sua importância, outros são novos, pois emergem das novas situações enfrentadas pela população do planeta depois do triunfo do neoliberalismo econômico. Segundo Teixeira (2008, p. 92), são eles:

- a) Os direitos das mulheres;
- b) Os direitos dos povos desenraizados;
- c) Os direitos dos povos indígenas;
- d) Colonialismo e autodeterminação;
- e) Eliminação de todas as formas de discriminação;
- f) Justiça econômica e social;
- g) Tortura, desaparecimento forçado, execuções extrajudiciais e pena de morte;
- h) Os direitos das Crianças;
- i) Impunidade;
- j) Direitos ecológicos;
- k) Liberdade Religiosa;
- l) Universalidade versus relatividade cultural
- m) Enfraquecimento do poder e da autoridade do estado;

- n) Tecnologia de informação e de acesso à informação
- o) Direitos humanos, resolução de conflitos, construção da paz e a promoção de uma cultura da paz.

Estas temáticas são decorrentes das profundas mudanças que ocorreram na história no final do século XX, no qual o mundo continua dilacerado, dividido e ameaçado. As mudanças radicais e rápidas, o aparecimento de realidades novas e complexas teve consequências diretas sobre a vida e o testemunho das igrejas, sobre o movimento ecumênico e sobre o trabalho do CMI.

O número 70 da redação final da VIII Assembleia Geral do Conselho Mundial das Igrejas ressalta a importância do Projeto de Ética Mundial “a cultura global precisa estar alicerçada numa Ética Global que sustente o relacionamento entre as nações e com a criação e que as ajude a trabalharem juntas para uma verdadeira comunidade mundial”. Esta Ética Global, cuja ideia foi lançada em 1993 pelo Parlamento das Religiões Mundiais, não influenciou apenas a ética cristã ocidental, como vimos nos acontecimentos e eventos anteriormente descritos, mas alcançou muitas culturas, religiões e nações. O texto ainda menciona que “a igreja, juntamente com outras religiões, deveria buscar uma Ética Global baseada em valores éticos comuns, que ultrapassassem credos religiosos e estreitas definições de interesses nacionais”³¹.

Esta VIII Assembleia do CMI se debruçou sobre as reais problemáticas mundiais e retomou as implicações do Projeto de Ética Mundial, cinco anos após sua promulgação no segundo parlamento mundial das religiões.

Percebemos, no decorrer da história ao longo do século XX, uma mudança de posição entre as religiões cristãs “protestantes” e “católica”. No início do século, as igrejas protestantes foram pioneiras e grandes promotoras do diálogo entre as religiões, criando e participando de várias organizações ecumênicas, enquanto a Igreja Católica mantinha-se mais distante. Depois da metade do século, a situação se configura ao contrário: a Igreja Católica, com o Concílio Ecumênico do Vaticano II, começa a integrar-se em várias organizações ecumênicas e inter-religiosas com a elaboração de documentos e ações

³¹ A necessidade de uma ética Global: Oitava Assembleia Geral em Hararé 1998. *Concilium*. Petrópolis: Vozes, n. 302, 2003, p. 14.

concretas em favor do diálogo e percebemos as igrejas protestantes no final do século XX com pouca expressão nas ações ecumênicas.

Os respectivos acontecimentos históricos tiveram como principal critério de eleição a relevância da participação do referencial teórico desta pesquisa, o teólogo ecumênico Hans Küng. Por isto, foram descritos os eventos que o mesmo participou diretamente ou estão presente em suas obras. Ainda ressaltamos que esses acontecimentos e eventos históricos foram aportes que fomentaram ou efetivaram o diálogo inter-religioso. O ideal persistido por Küng no Projeto de Ética Mundial, ou Projeto de Ética Universal ou Global, mesmo sendo alvo de inúmeras críticas e discordâncias, continua como um grande propulsor de diálogo, na esperança de “o que nos une seja mais forte do que aquilo que nos separa”.

A ética mundial abordada nesta pesquisa não é significante de uma ideologia global e muito menos de uma única religião que transcenda todas as religiões existentes. A humanidade está cansada de ideologias unificadas. Uma ética mundial não reduz as religiões a um minimalismo ético, mas representa “um mínimo do que as religiões do mundo já têm em comum agora na esfera ética”. Aprofundaremos a constituição, estrutura e organização do projeto de ética mundial no capítulo seguinte.

2º CAPÍTULO

PROJETO DE ÉTICA MUNDIAL EM HANS KÜNG

A partir do itinerário construído com a descrição dos aspectos históricos que contribuíram para a construção do projeto de ética mundial de Hans Küng, analisaremos neste segundo capítulo os conceitos discutidos na elaboração deste projeto, iniciando com a conceituação de pós-modernidade³² – época da nossa contemporaneidade, segundo o autor. Sobre este conceito trabalhado por Hans Küng em suas obras sobre o projeto de Ética Mundial, será primeiramente apresentada uma descrição a partir de seus escritos. Seguiremos abordando a conceituação de globalização, dialogando com alguns autores que compartilham das visões de Hans Küng, como Karl-Josef Kuschel e Dietmar Mieth (2001), o papa João Paulo II (2001) e Francis Schüssler Fiorenza (2001), discorrendo sobre diferentes aspectos da globalização, bem como sua característica universalizante, a partir das propostas de particularismo e universalismo suscitadas pelo processo de globalização.

Culminaremos apresentando uma análise do documento *Declaração de Ética Mundial do Parlamento das Religiões Mundiais*³³, esboçado e apresentado por Hans Küng no segundo Parlamento Mundial das Religiões em 1993, momento em que torna conhecido mundialmente sua pesquisa sobre o projeto de ética mundial. Utilizaremos como aporte bibliográfico as obras: *Uma Ética Mundial e Responsabilidades Globais: duas declarações* (2001)³⁴ e *La ética Mundial entendida desde El cristianismo* (2008)³⁵.

2.1 DA MODERNIDADE À PÓS-MODERNIDADE

As várias crises enfrentadas pelos países do mundo inteiro na atualidade não são resultados de um desenvolvimento recente, mas segundo Hans Küng (2003, p. 17), está “relacionada com as crises de desenvolvimento

³² Conceito altamente complexo, com problemas terminológicos e históricos, descrito pelo autor em duas obras: *Teologia a caminho* e *Projeto de uma Ética Mundial*.

³³ Esta declaração será analisada a partir do livro: KÜNG, Hans; SCHIMIDT, Helmut. *Uma Ética Mundial e Responsabilidades Globais: Duas Declarações*. São Paulo: Loyola, 2001.

³⁴ Livro escrito por Hans Küng juntamente com Helmut Schimit (presidente honorário do InterAction Concil) e ex-chanceler da República Federativa da Alemanha.

³⁵ Obra escrita em conjunto com a doutora e teóloga protestante Angela Rinn-Maurer.

que vêm de logo tempo”. Portanto, quem acredita em uma ética global “deve estar consciente de que a situação atual é expressão da irrupção de uma nova época, que teve início com a Primeira Guerra Mundial. O impacto desta primeira grande guerra em 1918 foi tão expressivo, que Hans Küng o descreve como “o divisor de águas” (KÜNG, 2003, p. 17).

Muitos historiadores estão em consenso no fato que o século XIX terminou na verdade com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e o século XX teve seu início em 1918. Na visão de Küng, aqui começa a mudança para uma nova época mundial após a modernidade: “a *pós-modernidade*”. Ele o descreve como um conceito problemático e afirma:

Para mim o termo “pós-modernidade” não é nem uma palavra mágica que tudo abarca nem um termo-chave polêmico que tudo expressa. Trata-se antes de um termo heurístico inevitável, mas que pode ser mal-entendido. É um termo que busca analisar aquilo que diferencia a nossa época da época da modernidade. Em si, pode equacionar alguns problemas, mas deve ser mais bem determinado (KÜNG, 2003, p. 18).

Este conceito heurístico³⁶, “busca característica de uma época, que já começou há décadas, mas que só agora está se fixando na consciência geral das massas, apesar de todas as reações de direita como de esquerda” (KÜNG, 1999, p. 16). Esta palavra pode ser utilizada como objeto de abuso em todas as direções: “tanto neoconservadores desejando que tudo volte ao que era antes, como críticos sociais querendo que finalmente se torne realidade aquilo que não é” (KÜNG, 1999, p. 16).

A terminologia “moderno” é um conceito antigo, que provém da antiguidade tardia, Hans Küng elabora sua contextualização histórica, surgimento e desenvolvimento até ser superada pela nova terminologia do “pós-moderno”:

Somente no iluminismo francês primitivo do século XVII passou a ser utilizada em sentido positivo para designar o novo espírito da época: era uma expressão de protesto contra uma visão cíclica da história, própria do Renascimento e herdada da antiguidade. O Renascimento de fato não utilizava o termo “moderno” como conceito característico de sua época, pois tinha uma forte orientação retrospectiva, voltada para a antiguidade. Apenas no século XVII surgiu um novo sentimento de superioridade baseado no sucesso das ciências e das filosofias “modernas”, desde Copérnico e Descartes. Este sentimento condensou-se numa polêmica sobre a “fonte do antigo e do moderno” que durou quase vinte anos e teve seu início numa sessão da academia francesa

³⁶ Relacionado com a ciência que se dedica à descoberta dos fatos. Usado para descobrir ou investigar algo (Dicionário Online de Português).

em 1687. Hoje utiliza-se frequentemente o mesmo vocábulo “moderno” para designar uma época em princípio já superada e o termo “pós-moderno” como cifra para determinar uma época iniciada recentemente, nestas décadas, e reconhecida em seu valor próprio, embora não possa ser delimitada com clareza (KÜNG, 1999, p. 17).

O autor não se interessa em fazer uma apologia da palavra “pós-moderno”, nem tampouco elaborar uma crítica literária e artística. Enfatiza que o pertinente é a nossa época e que “pessoalmente preferiria designar esta época nascente como ecumênica, no sentido de um consenso global entre as diversas confissões, religiões e regiões” (KÜNG, 1999, p. 18). Como o termo tem uma conotação teológico-religiosa por demais evidente, seria alvo de muitas críticas e não aceitação nos espaços não-religiosos.

Hans Küng (1999, p. 18), ao citar a coletânea “Pós-modernidade: sinal de uma transformação cultural”³⁷, de Huyssen e Scherpe, destaca tanto a confusa pluralidade do termo “pós-modernidade” como também as discrepâncias terminológicas conforme as áreas de experiência:

Em arte e literatura designa-se normalmente “modernismo” o período ao redor da virada do século. Porém, do ponto de vista global da cultura e após a cisão da Primeira Guerra Mundial, já se anuncia a irrupção da pós-modernidade. A pós-modernidade, por sua vez, foi relacionada aos decênios de 1960 e 1970; contudo, os fenômenos sociais e culturais que emergem nesses anos de fato são muitos mais profundos e já estavam sendo preparadas há décadas (KÜNG, 1999, p. 18).

Também para Lyotard (1986, p. 13), pós-moderno se refere “à situação da cultura após as transformações que atingiram as regras do jogo da ciência, da literatura e das artes desde o fim do século XIX”. Ainda sobre a necessidade da referência ao termo, Hans Küng esclarece “aqui nesta obra, pós-moderno refere-se a uma crítica interna da modernidade, uma crítica racional do iluminismo. E em vez de uma orientação tipicamente curial do caranguejo [...] um passo claro e decidido para frente (KÜNG, 1999, p. 21).

A religião na época da modernidade foi vista como algo a ser eliminada. Diante da crença no progresso técnico-científico-industrial, muitos mentores do pensamento contemporâneo profetizaram sobre sua eliminação. A certeza quase religiosa no progresso começou a entrar em crise, a partir do pós-

³⁷ Tradução do original “*Postmoderne. Zeicheneines Kulturellen Wandels*”. Hamburg, 1986.

guerra de 1918. A função da religião na pós-modernidade é defendida por Hans Küng partindo de dois pressupostos:

Em primeiro lugar a crise intelectual de nosso tempo, visível de certo modo desde a Primeira Guerra Mundial [...] está marcada de modo decisivo pela crise religiosa; e em segundo lugar que sem um diagnóstico e compreensão da situação religiosa não é possível diagnosticar e compreender a situação espiritual da época, nem adquirir a visão de novos horizontes (KÜNG, 1999, p. 21).

As crises religiosas e intelectuais se encontraram com várias outras crises nesta época que intitulamos pós-moderna: crise econômica, crise de valores, crise de identidades e tantas outras que se entrelaçam na atualidade. A religião reprimida, tolerada, ignorada e até perseguida pela modernidade, deverá “desempenhar novamente um papel importante no paradigma pós-moderno, embora este seja um papel mais difuso” (KÜNG, 1999, p. 26). A nova sensibilidade religiosa surgiu em grande parte fora das religiões e igrejas institucionalizadas ou, ao menos, em movimentos contrários as suas linhas oficiais. Além disso, verificamos que “a cada mudança histórica de paradigma, uma religião não pode continuar sendo a mesma” (KÜNG, 1999, p. 26).

O escopo das análises de Hans Küng sobre a conceituação da terminologia “pós-modernidade” é explicitado nas suas três teses onde expõe a própria posição, fundamentando que esta palavra “não pode ser simplesmente reduzida a um *anti-iluminismo* e menos ainda identificada como *neoconservadorismo*” (KÜNG, 1999, p. 24). A modernidade, na visão do autor, não é um programa acabado como para os *neoconservadores* (a casa da modernidade nunca foi terminada); ela também não é como para Habermas um “projeto inacabado” (Com as duas guerras mundiais, e especialmente com o fascismo e o estalinismo, a casa da modernidade foi arrasada até os seus fundamentos); ao contrário, ela é um paradigma envelhecido, em processo de transformação, que precisa ser reconstruído e “superado”.

Positivamente, o sentido de pós-modernidade apresentado por Hans Küng (2003, p. 50) busca “uma nova constelação mundial, um novo consenso fundamental sobre as convicções humanas integradoras”. Afirma também, que para a sobrevivência de uma sociedade democrática e pluralista, esta sociedade precisa estar baseada neste consenso fundamental: pós-modernidade não significa “*antimodernidade*” e tampouco “*ultramodernidade*”, mas “*superação da modernidade*”.

Pós-modernidade não significa antimodernidade:

Um antimodernismo religioso genérico, relacionado com passado, não constitui uma contribuição para a superação da crise hodierna, não pode haver uma preferência preconceituosa pelo antigo. Qualquer forma de anti-iluminismo e de restauração eclesiástica deve ser rejeitada. Uma “Europa Cristã Renovada” que em sentido pré-moderno excluísse os que crêem de forma diferente ou que não são crentes, seria uma autoilusão clerical [...] tal programa está acompanhado de uma postura de uma denúncia constante da democracia ocidental como comunismo, hedonismo e materialismo. E infelizmente não está afirmando os modernos valores da liberdade, do pluralismo e da tolerância. [...] Nenhuma religião regressiva ou repressiva, seja de proveniência cristã, islâmica, judaica ou qualquer outra, tem futuro (KÜNG, 2003, p. 50-51).

Pós-modernidade não significa ultramodernidade:

Um modernismo apologético, fixado no presente, também não constitui uma contribuição para a solução da crise atual. Nenhum preconceito progressivo para o novo. Qualquer simples elevação, potencialização e modernização da modernidade – no sentido de pós-modernidade como continuação filosófica da modernidade – não leva a sério a mudança de época. [...] As deficiências básicas da ciência e, os grandes estragos da técnica não podem ser superados com mais ciência e técnica [...] A ciência e a técnica podem dissolver uma ética estabelecida, mas não podem nem produzir, nem fundamentar uma nova ética (KÜNG, 2003, p. 52).

Buscando comprimir a mudança atual de paradigma podemos afirmar que o paradigma moderno deve ser superado no paradigma pós-moderno num triplo sentido hegeliano:

A modernidade deve ser afirmada na sua forma humana; a modernidade deve ser negada nos seus limites desumanos; deve-se transcender a modernidade para uma nova síntese, diferenciada, pluralista e holística (KÜNG, 2003, p. 53).

Esta síntese delineada por Hans Küng, em várias dimensões, auxiliou a concretização de suas convicções e exigências básicas em direção a uma nova ética mundial.

2.2 GLOBALIZAÇÃO E ÉTICA GLOBAL

O século XX se deparou com a eclosão de várias terminologias para tentar explicar as novas demandas que começaram a se configurar no mundo. Um fenômeno mundial que surge no final deste século foi a globalização, em consonância com as transformações científicas, tecnológicas e culturais vivenciadas por todos os países do mundo ao longo da modernidade e pós-

modernidade. Segundo Hans Küng (2001, p. 97), a globalização da economia, da tecnologia e da comunicação deu “um novo impulso ao discurso de uma ética global”. Impelindo assim a uma globalização, neste sentido, “a ética global não se baseia na globalização, mas através da globalização ela passa a ser uma tarefa urgentíssima” (KÜNG, 2001, p. 97).

Friedhelm Hengsbach (2001, p. 123), ao desmistificar a globalização, conceitua a palavra *globalização* historicamente, relatando que “está na moda desde os anos noventa”. Geralmente “globalização” tem que funcionar como rubrica para indicar as mudanças econômicas ocorridas no mundo desde 1989. “Em consequência disso, o uso do termo tornou-se extremamente inflacionário e difuso” (HENGSBACH, 2001, p. 123). Cronologicamente, a marcação do início da globalização não é consensual:

Alguns apontam uma cesura nos anos 1971 a 1973, quando os câmbios fixos, porém adaptáveis, foram substituídos por câmbios flutuantes. Outros constataam um corte depois dos dois choques do preço do petróleo, em 1973 e 1980. Uma reviravolta secular é para muitos o ano de 1989, ao passo que nos países europeus e especialmente na Alemanha a mais dura recessão do pós-guerra, em 1993/1994, é estilizada como início de uma incomparável eclosão, conquistando o mercado mundial e a vida social mundial. Já que a datação cronológica acaba sendo tão difusa, o “surto dramático da globalização” evapora, tornando-se uma ilusão, e a globalização se apresenta como um processo lento, persistente (HENGSBACH, 2001, p. 124).

Contudo, a palavra “globalização” também indica o efeito retroativo da “pressão globalizante” dos países industrializados sobre os países colonizados. Um dos aspectos negativos da “globalização dos mercados” é uma “fragmentação da sociedade”, com uma evolução polarizada, já constatada nos países recém-industrializados do terceiro mundo que atinge também os industrializados maduros. Uma “cisão social” torna-se concomitante, global, ao crescimento econômico.

Ao formular as quatro características da globalização³⁸, que podem servir de base para um razoável consenso entre os que são favoráveis e os que são contrários à globalização, Hans Küng (2001, p. 98) define estas características como: *inevitável e irreversível* (ela tornou-se com o fim da divisão do mundo em oriente e ocidente, e, sobretudo com as inovações tecnológicas,

³⁸ Apresentadas no livro *Uma ética global para a política e a economia mundiais (Weltethos für Wrltpolitik und Weltwirtschaft)* (1997).

como fluxo global de dados e bolsa mundial eletrônica); *ambivalente* (existem os que ganham e os que perdem, existem as pessoas, firmas, posições, nações e regiões que sobem e as que descem); *imprevisível* (possui efeitos primários propositados e efeitos secundários não desejados, ocasionando milagres e desastres econômicos); *controlável* (não é um fenômeno da natureza, como um terremoto ou um tufão, mas pode dentro de certos limites, ser influenciada e controlada por governos, bancos centrais, instituições internacionais. “O mercado global exige uma estrutura global da ordem política, uma ordem básica de mercado que não pode dar a si próprio, o que por sua vez exige uma Ética Global” (KÜNG, 2001, p. 98). “O fenômeno da globalização econômica torna claro que deve haver uma globalização também no tocante a ética” (KÜNG, 2001, p. 111). Este pensamento de Küng também encontrou apoio consensual pelo diretor geral do FMI, Horst Köhler, na reunião anual em Praga no ano 2000, em que enfatiza: “compartilho integralmente deste apelo de que precisamos de padrões morais universalmente reconhecidos”. Hans Küng (2001, p. 111) acrescenta que “uma economia global não pode prescindir de uma ética global”. Esta ética global não diz respeito apenas aos mercados financeiros e à política comercial, mas também a problemas e às esferas tecnológicas, social, cultural e ecológica.

O papa João Paulo II (2001, p. 10), em uma alocução na Pontifícia Academia das Ciências sociais no dia 27 de abril de 2001, realizou um pronunciamento profícuo sobre a globalização e a reflexão ética afirmando que “a priori, a globalização não é positiva e nem negativa, ela será aquilo que dela se fizer” e que primordialmente precisa estar “a serviço da pessoa humana, da solidariedade e do bem comum. O papa ainda elucida que as mudanças na tecnologia e nas relações de trabalho se transformam com demasiada rapidez para que a cultura seja capaz de lhes responder. Ao relatar a “afirmação da prioridade da ética” (João Paulo II, 2011, p. 11) como uma exigência essencial da pessoa e da comunidade humana, realiza um discurso convergente ao pensamento de Hans Küng. Constatamos esta proximidade e convergência quando afirma em seu pronunciamento aos estudantes:

[...] Os valores éticos não podem ser determinados pelas inovações tecnológicas, pela técnica ou pela eficácia. Eles estão radicados na própria natureza da pessoa humana. A ética não pode ser a justificação ou a legitimação de um sistema, mas deve constituir, sobretudo, a tutela de tudo aquilo que há de humano em qualquer sistema. A ética exige

que os sistemas se adaptem às exigências do homem, e não que o homem seja sacrificado em nome do sistema. Uma consequência evidente disto é o fato de que as comissões éticas, hoje habituais em quase todos os setores, deveriam ser completamente independentes dos interesses financeiros, das ideologias e das concepções políticas partidárias (JOÃO PAULO II, 2011, p. 11).

Estas afirmações explicitam a defesa da ética e dos direitos humanos pelo papa João Paulo II, o que nos mostra a estreita relação de sua fala com o projeto de uma ética comum. O papa ainda ressalta os dois princípios inseparáveis que fundamentam o discernimento ético no contexto de globalização: o valor inalienável da pessoa humana e o valor da cultura humana. Conclui defendendo que, ao empreendermos o processo de globalização, a humanidade não pode renunciar a um código ético comum e que “em todas as diversas formas culturais existem valores humanos universais que devem ser expressos e evidenciados como força-motriz de todo o desenvolvimento e progresso” (JOÃO PAULO II, 2001, p. 11). Ao ser questionado sobre este discurso do papa, Hans Küng (2005, p. 40) declara “nem eu poderia dizê-lo melhor”.

A globalização, portanto, refere-se mais que um simples conceito econômico. Para garantir que “as realizações econômicas permaneçam subordinadas aos objetivos humanos e sociais, a globalização necessita de uma base política e de uma moldura ética” (KÜNG, 2001, p. 112). Diante dos complicados problemas da globalização não existem soluções simples e rápidas, em face da desregulamentação do mercado, e do princípio da concorrência que sempre mais dominam as relações econômicas internacionais, é preciso na visão de Küng (2001, p. 113), “deixar em segundo plano os interesses nacionais e considerar as dimensões globais de uma economia de mercado social e ecológica, ainda a ser criada”.

Diante destas formulações de Hans Küng, percebemos uma visão universalista perpassando seu pensamento no concernente à construção de uma ética global. A globalização acarreta paradoxalmente a universalidade e unidade, ao mesmo tempo em que a particularidade e a contingência. Ela, portanto, levanta a questão ético-religiosa de universalidade e particularidade. O desafio da globalização, à luz da reflexão ética, é discutido por três grupos com visões diferenciadas: os universalistas (em favor de uma ética universal), os

particularistas (defendem uma ética multinacional) e um terceiro grupo que defende uma ética que combine elementos válidos de cada uma das abordagens, denominada racionalidade prática.

O impacto cultural do processo de globalização é ambíguo e paradoxal. O termo “aldeia global” associada a este processo apropriados em alguns discursos é no mínimo equívoco, como enfatiza Fiorenza (2001, p. 80), “uma aldeia possui muitas vezes um *ethos* comum que consiste em tradições aceitas, valores comuns, experiências coletivas e ritos comuns”. Francis Fiorenza acredita que em vez de afirmar-se que a globalização produz uma “aldeia global” poder-se-ia igualmente dizer que “os avanços tecnológicos no campo das comunicações aumentaram nossa consciência da diversidade e que os avanços econômicos aumentaram a pobreza e as relações de dependência” (FIORENZA, 2001, p. 80).

O paradoxo da globalização é que tendências globalizantes são ao mesmo tempo universalizantes e também particularizantes. Fiorenza (2001, p. 81) apresenta outra dialética da globalização formulada por Roland Robertson quando ressalta que a globalização é “um duplo processo de particularização do universal e universalização do particular”.

Ao refletir sobre o desafio da globalização, Fiorenza (2001, p. 83-84) menciona Richard Rorty que “realça o efeito que a mesma exerce sobre o raciocínio moral filosófico”. As experiências contemporâneas de globalização trouxeram a consciência da grande disparidade entre ricos e pobres, com uma consciência mais aguda dos mecanismos de direção que escapam do controle das nações e dos estados individuais; com isso, perde-se a esperança de conseguir eliminar em âmbito mundial a desigualdade e perde-se a fé na capacidade dos avanços tecnológicos e científicos superarem as desigualdades globais. Rorty e outros que defendem a tendência particularista sustentam que a consequência da globalização é a perda da fé em noções cosmopolitas e universalistas. Fiorenza destaca esta visão particularista ao relatar:

Já que o discurso ético está radicado numa comunidade ou tradição específica, as tentativas de aplicá-lo para além dos limites das comunidades, sociedade e Estados separam e desligam este discurso ético das formas de vida e pensamento de que ele defende. Ideias de justiça econômica transnacional são ilusórias e tem em comum o falso pressuposto de que pessoas em comunidades diferentes, com todo um ambiente e formação diferente, compartilhem categorias e princípios básicos (FIORENZA, 2001, p. 86).

A ênfase no particular e local opõe-se a uma aplicação simplória que cobre universalmente todos os casos concretos. Fiorenza (2001, p. 86-87) cita Michael Walzer que introduz a noção de “universalismo reiterativo” em contraposição a um “universalismo encobridor” e defende as concepções minimalistas e tênues de bem para as situações internacionais.

Uma forte e paradigmática oposição tanto ao pragmatismo historicista de Richard Rorty como à ética interpretativa de Michael Walzer foi articulada por Karl-Otto Apel em sua tentativa de elaborar uma ética universal como resposta à globalização. Fiorenza (2001, p. 87), ao citar a afirmação de Apel que “a globalização requer uma ética universal e somente tal ética evitaria os perigos de culturocentrismo e impediria a capitulação da razão reflexiva diante do historicismo e do relativismo”, nos mostra sua forte posição universalista e a pretensão de universalidade implícita nos juízos éticos. Francis Fiorenza compara esta posição de Apel a outras posições deontológicas diferentes apresentando outros universalistas: Ronald Dworkin, Alan Gewirth e John Rawls, que representam nos países de língua inglesa esta abordagem mais universal, embora estes autores sejam mais radicados no contexto e na tradição; Otfried Höffe, Reiner Wimmer e Jürgen Habermas, nos países de língua alemã, que procuram desenvolver um conceito mais universalista de ética. Ao falar dos teólogos destaca “a luta de Hans Küng por uma ética mundial encaixa-se aqui, embora Apel considere a proposta de Küng semelhante a tentativas posteriores de Walzer” (FIORENZA, 2001, p. 88).

A globalização para Apel e outros universalistas exige uma ética planetária universal. As tradições éticas tradicionais (microéticas e misoéticas) baseiam-se em pequenos grupos, tribos e nações. Ao contrário delas, uma ética planetária deve ser uma macroética e precisa levar em consideração as mudanças em âmbito mundial decorrentes da ciência, da tecnologia e da economia internacional de mercado. Tendo em vista que a racionalidade da ciência é universal, esta racionalidade desafia qualquer ética local ou particular.

Fiorenza elabora a seguinte conclusão sobre a abordagem universalista:

Os universalistas, especialmente os kantianos, gostam de criticar os particularistas por causa das insuficiências de sua abordagem dos

valores éticos. Eles sustentam que o apelo a práticas locais e tradições religiosas ou éticas particulares, tende a refletir e corroborar práticas que podem ser injustas e tradições que expressem não tanto justiça quanto opressão e dominação. Além disso, argumentam os universalistas que os particularistas não apresentam um conceito de justiça que seja adequado à globalização do mundo moderno. Afirmam eles que a globalização acarreta complexas estruturas econômicas e normas sociais que ultrapassam as fronteiras particulares de estados e nações (FIORENZA, 2001, p. 89).

Contudo, o universalismo permanece sujeito à crítica dos particularistas de que a ética mundial minimalista ou ética formalista do discurso, embora pretenda ser global apresenta disfarçadamente como universal uma perspectiva ética ocidental e europeia moderna. Fiorenza (2001, p. 90) ressalta que “tanto um particularismo moral etnocêntrico ou comunitário quanto uma ética universal singular são incapazes de enfrentar a complexidade da reflexão e dos juízos morais”.

Diante das ambiguidades da globalização e mercadorização, a tarefa ética torna-se tão grande que, segundo Fiorenza (2001, p. 90), “evita-se fazer com que uma única posição reflita a capacidade do mercado, de forma que os valores éticos são considerados primeiramente como opções etnocêntricas”.

A análise do raciocínio prático mostra como o raciocínio moral prático difere da universalização de Apel e do instrumentalismo de Rorty. A racionalidade prática defendida por Fiorenza (2001, p. 92) mostra uma “interconexão entre o que é mais universal e o que é mais particular”. Uma moralidade como racionalidade prática leva a sério a irredutibilidade do pluralismo ao mesmo tempo em que procura mostrar como juízos morais que se entrecruzam, começam a enfrentar os problemas da globalização.

A grande complexidade da situação mundial, causada pela globalização dos mercados, provocou entre as diversas culturas uma intensa troca de ideias sobre a possibilidade e a urgência de valores éticos e de normas e regras universalmente válidas e reconhecidas por todos os estados, povos, culturas e religiões. Esta visão mais global e universalizante, embora com valorização das experiências humanas locais estão inter-relacionadas no projeto de ética mundial de Hans Küng. A Declaração de Ética Mundial condensa este projeto esboçado, pesquisado e trabalhado por Hans Küng em vários eventos e publicados em diversos artigos e livros.

2.3 A DECLARAÇÃO DE ÉTICA MUNDIAL DO PARLAMENTO DAS RELIGIÕES MUNDIAIS

2.3.1 Declaração para uma Ética Global: método e história

A política mundial tem moldado a tecnologia, a economia e a civilização no âmbito mundial. Estes fatores têm suscitado cada vez mais a necessidade de um consenso fundamental sobre valores impositivo, padrões irrevogáveis e posturas pessoais. Sem a existência de um consenso básico sobre ética, qualquer sociedade poderá ser ameaçada pela ditadura. Uma melhor ordem mundial requer uma ética mundial.

Hans Küng na introdução na Declaração para uma Ética Global afirma que “uma ética Mundial não significa nem uma ideologia global, nem uma única religião global unificada que transcenda todas as religiões existentes, nem uma mistura de todas as religiões” (KÜNG, 2001, p. 47). Constatamos com os acontecimentos mundiais que a humanidade está saturada de ideologias unificadas, as religiões em todo o mundo têm dogmas, visões de fé, visões de fé, símbolos e ritos muitos distintos, uma unificação delas seria absurda, um sincretismo sem sentido. Uma Ética Mundial tampouco “procura substituir a elevada ética das religiões individuais por um minimalismo ético”³⁹.

Uma Ética Mundial procura, antes, elaborar “o que já é comum as religiões atuais do mundo a despeito de todas as suas diferenças relativas ao comportamento humano, aos valores morais e as convicções morais básicas” (KÜNG, 2001, p. 47). Representa, por conseguinte, o mínimo que as religiões do mundo já têm em comum na esfera ética. Ressaltamos o fato salutar de que numa época em que tantas religiões estão imersas em conflitos políticos e guerras sangrentas, representantes de religiões bem diferentes, de maior expressão e menor expressão, se reuniram e subscreveram uma Declaração em prol dos incontáveis crentes do mundo. A exemplo da primeira Declaração dos direitos humanos de 1776, na época da revolução americana, a Declaração não foi um fim, mas um começo, o que expressou Hans Küng no término do Parlamento, denominando “Declaração Inicial para uma Ética Mundial”.

³⁹ Esta ética das religiões individuais está presente em seus livros sagrados: a Torá dos judeus, o Sermão da Montanha para os cristãos, o *Alcorão* dos muçulmanos, o *Bhagavad Gita* dos hindus, os discursos de Buda, os *Analectos* de Confúcio e tantos outros, continuam sendo alicerces para a fé e a vida, a reflexão e a ação de seus seguidores (KÜNG, 2001, p. 47).

A semana Histórica de 28 de agosto a 4 de setembro de 1993, em que os delegados do Parlamento das Religiões do Mundo discutiram a Declaração para uma Ética Mundial, foi precedida de muitos acontecimentos importantes⁴⁰. Foram quatro anos de preparação intensa para elaboração deste documento, Hans Küng descreve esta pré-história enfatizando eventos e pessoas que colaboraram neste desafiante processo:

Em 9 e 10 de março de 1989 dei palestras nas universidades de Toronto e Chicago: “não haverá paz entre as nações sem paz entre as religiões”. Na palestra na capela Rockefeller da Universidade de Chicago, exortei os responsáveis pelo planejamento do centenário do Parlamento Mundial das Religiões de 1893 a proclamar, um século depois, um “novo consenso ético” das religiões. No entanto, tudo era pouco claro nessa época, com exceção de duas coisas: primeiro, o segundo parlamento não deveria ser deixado a cargo de nenhuma seita religiosa com recursos financeiros consideráveis que já mostrara interesse nele. Segundo, a escola de Teologia da Universidade de Chicago – onde eu fora professor visitante no semestre de inverno de 1981 e tivera ricas experiências inter-religiosas acadêmicas – não queria se envolver na questão. Contudo, ao retornar a Tübingen, recebi um convite datado de 28 de abril de 1989 do então administrador do concílio do parlamento, Ron Kidd, com quem eu falara para traçar o primeiro esboço da declaração. No princípio concordei, mas os planos para a necessária viagem a Chicago e uma reunião planejada para Washington por ocasião de uma palestra posterior não vingaram. Meu livro *Projekt Weltethos* foi publicado em 1990 [...] eu mesmo tive a oportunidade de apresentar a Declaração, em conexão com outra palestra, as autoridades da UNESCO em Paris e de discuti-la com representantes do judaísmo e do islamismo, o rabi René Samuel Sirat, presidente do Conselho Permanente da Conferência de Rabinos Europeus e Tadjini Haddam, reitor do Instituto Muçulmano da grande Mesquita de Paris. Neste meio tempo o livro tinha sido lido em Chicago, e em 27 de fevereiro de 1992 o conselho para a preparação do Parlamento finalmente mandou seu diretor executivo, o Dr. Daniel Gómez-Ibañez, para Tübingen. Sua tarefa era persuadir-me para a definitivamente elaborar o projeto de uma Declaração para o Parlamento sobre uma Ética Mundial que eu deveria escrever em Tübingen [...] eu o fiz cômico do fato de que o Parlamento das Religiões do Mundo propiciava uma oportunidade única para a preocupação com uma ética mundial. Era importante não a deixar escapar (KÜNG, 2001, p. 53-55).

Esta declaração esboçada por Hans Küng, em um primeiro estágio foi formulada um preâmbulo, e destinada a vários estudiosos competentes de diversas religiões do mundo. Concomitantemente debatida em muitas palestras proferidas em diversos lugares⁴¹. Aos 14 de julho de 1992, o primeiro projeto da

⁴⁰ A maioria destes acontecimentos estão relatados no primeiro capítulo desta pesquisa, de forma mais breve, com um caráter mais informativo para conhecimento do processo do projeto de Ética Mundial esboçado por Hans Küng.

⁴¹ Conferência Mundial das Religiões para a Paz em Mainz, no congresso Mundial de Credos em Londres, na Associação Internacional para a liberdade Religiosa em Hamburgo, no Instituto

Declaração foi enviado aos peritos para correções e comentários, sendo melhorado com as inúmeras sugestões de detalhes, porém, a estrutura básica permaneceu inalterada. O segundo projeto aperfeiçoado foi concluído em 12 de outubro de 1992 e remetido a Chicago para discussão no conselho do segundo Parlamento das Religiões Universais. Küng (2001, p. 58) relata que “vários cardeais e bispos estudaram atentamente o projeto, como também eruditos e monges de religiões não cristãs”. Somente em 13 de junho de 1993 o Dr. Daniel Gómez-Ibañez envia uma resposta positiva. Após breves correções, com a colaboração do colega Dr. Karl-Josef Kuschel e tradução do professor Swidler para o inglês definitivo, Hans Küng envia em 17 de julho de 1993 o documento concluído para o corpo de diretores do Parlamento, seguidamente veio à aprovação. Mais de cem pessoas das grandes religiões foram envolvidas no processo de consulta.

O documento metodologicamente dividido em três partes contemplou uma distinção entre o nível ético e o puramente legal ou político, com uma definição precisa do termo “Ética Mundial” na primeira parte. O princípio básico encontrado em todas as tradições religiosas “todo ser humano deve ser tratado humanamente” e a regra de ouro “não façais aos outros o que não queres que faça a ti” na segunda parte e as exigências éticas fundamentais que Hans Küng intitulou “mandamentos humanos” (não mateis, não roubeis, não mintais, não cometais imoralidade sexual) explicitadas na terceira parte da Declaração.

As discussões e sugestões recebidas suscitaram os conteúdos necessários e os dispensáveis na Declaração. Inicialmente Küng (2001, p. 61-62) esboça o que não deveria ser esta Declaração: *uma reduplicação dos Direitos Humanos* – pois uma ética é mais do que direitos, e certamente, não escaparia da acusação, feita especialmente pelas religiões indianas, que se tratava de um documento “ocidental”; *uma declaração política* – se as religiões fizessem enunciados concretos sobre questões ligadas diretamente à política ou à economia mundiais, a declaração seria arrastada para as discussões e confrontações da política mundial, agravando o abismo político em vez de construir uma ponte sobre ele. Desse modo, nenhuma teoria ocidental moderna específica de estado ou da sociedade poderia constituir a base de tal declaração;

Shalom Hartman em Jerusalém, no Fórum de economia Mundial em Davos, no Templo do entendimento e na ONU em Nova York (KÜNG, 2001, p. 57).

um sermão moral casuístico – se o documento se perdesse na descrição de comandos e preceitos, cânones e parágrafos, e com enunciados impositivos, seriam rejeitadas *a priori* por muitas pessoas e não poderiam produzir consenso. Adentrar em questões morais como o divórcio e a eutanásia, que possui controversas em todas as religiões e nações, significaria minar a declaração desde o início; *um tratado filosófico* – se as religiões se apoiassem numa ética filosófica moderna, não importa se inspirada pela filosofia linguística, pela teoria crítica de Frankfurt ou teoria da história, elas dificilmente iriam além dos modelos pragmáticos. Uma Ética mundial não poderia se dirigir apenas a intelectuais e pessoas instruídas, porém, necessariamente, uma declaração sobre uma Ética Mundial deveria ser formulada de modo que os filósofos, agnósticos e ateístas, pudessem aceitá-la mesmo que não compartilhassem com o fundamento transcendente de tal declaração; *uma proclamação religiosa entusiástica* – se as religiões simplesmente invocam a consciência cósmica, a harmonia global, a criatividade espiritual, a unidade universal, o amor abrangente... Deixando de explicitar com seriedade a realidade econômica, política e social da atual sociedade tecnológica e capitalista, elas estariam se alienando da realidade.

Uma Declaração das Religiões sobre uma Ética Mundial deve na concepção de Hans Küng (2001, p. 63) “indicar claramente que é uma declaração de homens e mulheres com motivação religiosa, e convencidos de que o mundo empírico presente não são a realidade e a verdade espirituais últimas, supremas e absolutas”.

Positivamente, uma ética está primariamente voltada “à esfera íntima de uma pessoa, o âmbito da consciência do coração” (KÜNG, 2001, p. 63), e uma Declaração de ética Mundial penetra o nível ético mais profundo, o nível dos valores impositivos, critérios irrevogáveis e posturas íntimas básicas. Precisando, especificamente: *ser capaz de garantir consenso* – devendo contemplar a unanimidade moral e não apenas unanimidade numérica; *ser autocrítica* – endereçada não apenas ao mundo, mas a si mesma. Não encobrimo o seu frequente fracasso em estabelecer a paz e afirmando inequivocamente, tendo o caráter não apenas de gentil confirmação, mas de construtiva comparação; *estar vinculada à realidade* – o mundo deve ser visto como realmente é, não como deveria ser. Nem sempre é fácil descobrir o que é verdadeiramente humano, mas qualquer um pode exemplificar o que é realmente desumano; *ser compreensível*

para todos – argumentos técnicos e jargão científico devem ser evitados. Tudo deve ser expresso numa linguagem que pelo menos o leitor comum de jornais compreenda e possa ser traduzida para outras línguas; *ter um fundamento religioso* – ainda que os destinatários sejam todas as pessoas, incluindo as que não são religiosas, deve estar claro que para as religiões uma ética tem um fundamento religioso. Para os que possuem uma motivação religiosa, uma ética tem a ver com confiança numa realidade suprema última, seja qual for o nome que esta receba e sem importar a natureza entre as diferentes religiões.

Este critério do fundamento religioso da Declaração se deparou com a complexa discussão se teria ou não o nome de Deus, a este questionamento Hans Küng (2001, p. 66) afirma categoricamente “estava claro para mim desde o início que os representantes do budismo não teriam aceitado o nome de Deus em tal declaração”. A reação dos budistas durante o Parlamento confirmou esta intuição de Küng. No início da primeira sessão da assembleia dos líderes religiosos, o venerável Samu Sunim do templo Zen-budista leu uma declaração que reclamava a falta de conhecimento e sensibilidade por parte de certos líderes religiosos “com grande perplexidade vimos líderes de diferentes tradições definirem todas as religiões como religiões de Deus e inadvertidamente alinhar Buda com Deus”. Em virtude disso os budistas quiseram então declarar:

Gostaria de tornar sabido para todos que Shakiamuni (Gautama) Buda, o fundador do budismo, não foi Deus ou um deus. Ele foi um ser humano que alcançou plena iluminação por meio da meditação e mostrou-nos o caminho do despertar espiritual e da liberdade. Por conseguinte, o budismo não é uma religião de Deus. O budismo é uma religião de sabedoria, iluminação e compaixão. Como os adoradores de Deus que acreditam que a salvação é acessível mediante a confissão dos pecados e uma vida de oração, nós budistas acreditamos que a salvação e a iluminação são acessíveis a todos mediante a remoção da impureza e da ilusão, e uma vida de meditação. No entanto, diferentemente dos que creem em Deus separado de nós, os budistas acreditam que Buda, que significa ‘o que está desperto e iluminado, é inerente a todos nós como Buda – natureza ou Buda – mente (KÜNG, 2001, p. 68).

Essa declaração dos budistas, segundo Küng, não se limitava de modo nenhum à crítica, mas um convite a respeitar com seriedade as diferentes abordagens religiosas da espiritualidade e da salvação. Esta discussão em relação o *nome de Deus* amenizou-se quando os budistas afirmaram que o exercício da sensibilidade uns para com os outros e o aprendizado de uma linguagem inclusiva e abrangente era necessário. Concluíram dizendo “sugerimos o uso *Grande Ser ou poder transcendente ou Autoridade Superior* em vez de

Deus [...] estamos abertos a outras sugestões e discussões nesta matéria” (KÜNG, 2001, p. 69). As ponderações foram ouvidas em “respeitoso silêncio” pelos delegados, houve outras discussões dentro da estrutura da assembleia, mas elas se referiram principalmente ao futuro do Parlamento das Religiões e a questões sobre colaboração. A proposta de um muçulmano de rebaixá-la para documento de trabalho não obteve maioria.

Na seção sobre “a cultura da não violência” algumas pessoas (particularmente em vista da desesperadora situação dos muçulmanos na Bósnia) acharam que “o direito à autodefesa” não foi ressaltado com clareza suficiente. Também se afirmou que o texto da declaração falava pouco sobre a família e um lado particular expressou a objeção de que toda a declaração era demasiado ocidental. Ao mesmo tempo em que a Declaração suscitou estes questionamentos, Hans Küng (2001, p. 74) ressaltou que:

- a) Nenhum dos lados pôs em questão a necessidade e utilidade de uma Declaração para uma Ética Global;
- b) A exigência ética básica que “todo ser humano deve ser tratado humanamente” foi aceita como algo natural (além disso, ela também foi reconhecida no projeto feito pela UNESCO, em Istambul, em abril de 1993);
- c) A segunda exigência básica complementar, a “regra de ouro” foi igualmente aceita como ponto pacífico. Esta regra tão fundamental mostrou que a ética comum das religiões não é uma nova invenção, mas apenas uma nova descoberta.

A Declaração em seus mais de 6.000 participantes contou com uma significativa representação de inúmeras expressões religiosas, vale ressaltar a notoriedade das assinaturas⁴² que comprovam o compromisso ético dos

⁴² A Declaração foi assinada pelas seguintes religiões e representantes: Bahai (Juana Conrad, Jacquelindehant, Dr. Wilma Ellis, Charles Noelle, R. Leilani Smith, Yael Wrmfeld); Brahma Kumaris (B. K. Jagdish Chander Hassija, B. K. Dadi Prakashmani); Budismo (Rev. Koshin Ogui, Sensei. Mahayana: Rev. Chung Ok. Lee. Theverada: Dr. A. T. Ariyaratne, Preah Maha Ghosananda, Ajahn Phra Maha Surasak Jivanando, Dr. Chatsumarn Kabilsing, Luang Poh Panyananda, Ven. Dr. Mapalagama W. M. Thero. Vajrayana: Sua Alteza o décimo quarto Dalai Lama. Zen: Prof. masao Abe, Zen M. S. Sahn, Ver. Samu Sunim); Cristianismo (Blouke Carus, Dr. Yvonne Delk. Anglicano: Rev. Marcus Braybrook, James parks Morton. Protestante: Dr. Thelma Adair, Martti Ahtisaari, Rev. Wesley Ariarajah, Dr. Gerald O. Barney, Dr. Nelvia M. Brady, Dr. David Breed, Rev. John Buchanan, Bispo R. Shelson Duecker, Prof. Diana L. Eck, Dr. Leon D. Finney Jr, Dr. James A. Forbes, Jr, Bispo Frederick C. James, Arcebispo Mikko Juva, Prof. James Nelson,

delegados que estiveram presentes no II Parlamento das Religiões Universais. A presença das religiões monoteístas, orientais e nativas, oriundas do ocidente e do oriente, bem como, de intelectuais e pastores destas religiões constataam a amplitude do diálogo com esta grande variedade de cosmovisões.

2.3.2 Os Princípios de uma Ética Mundial: Não há ordem mundial sem uma ética mundial

A humanidade atravessa uma *crise fundamental*, que se encontra em vários setores da sociedade e atinge direta e indiretamente todos os países do mundo, são as conhecidas: crise da economia mundial, da ecologia mundial e da política mundial. A pouca sensibilidade para o bem-comum, o acúmulo de problemas irresolvidos, a fome que continua fazendo vítimas em vários locais do globo, as centenas de milhões de desempregados, tensões entre raças e gerações com dimensões assustadoras, o crescente número de estados abalados

Dr. David Ramage, Robert Reneker, Rev. Dr. Synginan Rhee, Rev. Margaret Orr Thornas, Prof Carl Friedrich Von Weizsäcker, Prof. Henry Wilson, Rev. Addie Wyatt. Católico Romano: Rev. Thomas A. Baima, Cardel Joseph Bernardin, Fr Pierre-François de Béthune, Irmã Joan M. Chatfield MM, Rev. Theodore M. Hesburgh CSC, Abade Timothy Kelly OSB, Jim Kenney, Prof. Hans Küng, Dolores Leakey, irmã Joan Monica Mc Guire OP, Rev. Maximilian Mizzi, Dr. Robert Muller, Rev, Albert Nambiaparambil, Bispo Placido Rodriguez, Bispo Willy Romélius, Dorothy Savage, Irmão David Steindi-Rast OSB, Irmão Wayne Teasdale) Religiões Nativas (Sua Glória Imortal Bambi Baaba. Akuapi: Nana Apeadu. Yoruba: Sua Alteza Real Osejeman Adefunmi I, Baba Metahochi Kofi Zannu. Americana Nativa: Archie Mosay, Burton Pretty on Top, Peter V. Catches). Hinduísmo (Dr. M. Aram, Jayaschree Athavale-Taiwarkar, Sua alteza Swani Chidananda Saraswafi, Swami Chidananda Saraswafi Muniji, Swami Dayaananda Saraswafi, Sadguru Sant Keshavadas, P. V Krishnayya, Dr. Lakshmi Kumari, Amrish Mahajan, Dr. Krishna Reddy, Prof. V. Madhusudan Reddy, Swami Satchidananda, sua Alteza Satguru Sivaya Subramuniyaswami, Sua Alteza Dr. Bala Siva Yoginda Maharaj. Vedanta: Pravrajika Amalaprana, Irravrajika Prabuddhaprana, Pravrajika Vivekaprana. Jainismo: Dr. Raslnnikant-Gardi. Digamabar: Sua Alteza Shri Atmanandji, Dr. Pchand S. Gardi, Sua Excelência Dr. L. M. Singhvi, Sua Alteza Acharya Sushil Kumarji Maharaj. Judaísmo (Helen Spector, Sir Sigmund Sternberg. Conservador: Prof. Susannah Heschel. Reformado: Rabino Herbert Brosntein, Norma U. Levitt, Rabino A. James Rudin, Rabino Herman Schaalman, Dr. Howard A. Sulkin. Ortodoxo: Prof. Ephraim Isaac. Islamismo (Tan Sri Dato'Seri Ahmad Sarji Bin Abdul-Hamid, Dr. Qazi Ashfaq Ahmed, Hamid Ahmed, Mazar Ahmed, Hon. Lois Farrakhan, Dr. Hamid Abdul Hai, Mohammed A. Hai, Dr. Mohammad Hamidullah, Dr. Aziza Al-Hibri, Dr. Asad Husain, Dato Dr. Haji Ismail Bin Ibrahim, Dr. Irfan Ahinat Kilan, Qadir H. Khan, Dr. Abdel Rahman Osman. Xiita: Prof. Seyyed Hossein Nasr. Sunita: Imam Dawud Assad, Imam Warith Deen Mohammed, Hon. Syed Shahabudin). Neopaganismo (Ver. Baroness Cara-Marguerite-Drusilla, Ver. Deborah Ann Light, Lady Olivia Robertson). Sikhs (Sin Singh Sahbi B. S. H. S. S. K. Yogiji, Bhai Mohinder Singh, Dr. Mehervan Singh, Hardial Singh, Indarjit Singh, Singh Sahib Jathedar Manjit Singh, Dr. Baiwant sing Hansra. Taoísta: Chungliang Al Huang). Tosofistas (RadhaBurnier). Zoroatristas (Dastoor Dr. Kersey Antia, Dr. Kaikhusroo Minocher Jamasp Asa, Dastoor Mehraban Zarhosty. Organizações Inter-religiosas (Karl Berzolheimer, Dr. Daniel Gómez-Ibáñez, Ma Jaya Bhagavati, Peter Laurence, Dr. Karan Singh, John B. Taylor, Rev. Robert Traer, Dr. William F. Vendley) (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p. 39-41).

por casos de corrupção na política e na economia, os conflitos que geram casos violentos e sangrentos, o abuso de drogas, o crime cada vez mais organizado... Esses fatores noticiados a todo instante nos meios de comunicação social têm causado medos e inseguranças, e infelizmente verificamos a crescente ameaça de um colapso dos ecossistemas.

A Declaração do Parlamento das Religiões Mundiais elucida nos princípios que “reiteradas vezes, em diversos lugares do mundo, observamos que líderes e adeptos de *religiões* instigam à agressão, ao fanatismo, ao ódio e à xenofobia; inspiram e legitimam até mesmo confrontos sangrentos e marcados pela violência” (KÜNG, 2001, p. 15), com isto, usurpa-se a religião para fins meramente voltados à conquista do poder político, até o extremo da guerra. Diante dessas constatações afirma-se nos seus princípios de uma ética mundial:

Condenamos todos esses desenvolvimentos e declaramos que isso não tem que ser assim. Já existe uma *ética* nos ensinamentos religiosos à desses desdobramentos globais funestos. Embora essa ética não ofereça soluções diretas para todos os imensos problemas mundiais, oferece a base moral para uma ordem individual e global melhor: uma visão capaz de afastar homens e mulheres do desespero, e as sociedades, do caos (KÜNG, 2001, p. 15).

Somos homens e mulheres que professam os mandamentos e práticas das religiões mundiais. Afirmamos já haver um consenso entre as religiões capaz de constituir a base para uma ética mundial (KÜNG, 2001, p. 16-17).

Estas alegações da Declaração formalizam o *consenso* fundamental mínimo que diz respeito a *valores* obrigatórios, *parâmetros* inamovíveis e *atitudes* morais básicas, que detalharemos nos tópicos posteriores.

Os delegados provenientes de diversas religiões e regiões, ao se dirigir a todos os seres humanos, religiosos e não-religiosos, expressaram as seguintes convicções⁴³:

- a) Todos nós somos responsáveis por uma ordem mundial melhor;
- b) Nosso posicionamento em favor dos direitos humanos, da liberdade, justiça, paz e preservação da Terra dão-se de forma incondicional;

⁴³ Estas convicções estão descritas no livro de Hans Küng e Helmut Schmidt (2001, p. 17) e no documento em anexo.

- c) Nossas tradições religiosas e culturais diversas não nos devem impedir de assumir um posicionamento ativo e comum contra todas as formas de desumanidade e em favor de mais humanidade;
- d) Os princípios manifestados nesta Declaração podem ser assumidos por todos os seres humanos que sustentam convicções éticas, sejam elas de fundamento religioso ou não;
- e) Nós, no entanto, como *peças religiosas ou de orientação espiritual* – que fundamentam suas vidas numa realidade última, da qual retiram força e esperança espiritual, em uma atitude de confiança, de oração ou meditação, em palavras ou pelo silêncio – estamos especialmente comprometidos com o bem da humanidade como um todo, e preocupados com o planeta terra. Não nos consideramos melhores que outras pessoas, mas temos confiança que a sabedoria milenar de nossas religiões seja capaz de apontar caminhos, também para o futuro.

Estas convicções partilhadas e assumidas em conjunto pelos representantes do Segundo Parlamento confirmam a presença de um consenso coletivo expresso nas terminologias “nós”, “nosso/nossa” empregada na declaração. Também percebemos, nas palavras que permeiam estas convicções, uma esperança realista, pautada no anseio que “a humanidade, hoje em dia, disporia de recursos econômicos, culturais e espirituais suficientes para dar início a uma ordem mundial melhor” (KÜNG, 2001, p. 17).

A situação dramática mundial nos leva a acreditar que a humanidade não precisa “apenas de programas e ações políticas. Ela precisa também de uma *visão de convivência pacífica dos povos*” (KÜNG, 2001, p. 19). Contudo, cabem as religiões (apesar de todo o mau uso que se faz delas, e de seus frequentes fracassos históricos) a responsabilidade de manter vivas essas esperanças, objetivos, ideais e parâmetros.

2.3.3 O desafio básico: Todo ser humano tem de ser tratado de forma humana
Princípios fundamentais de uma ética mundial: a humanidade e a reciprocidade
“regra de ouro”

O ser humano é falível e incompleto, limitado e com defeitos, acreditamos que cientes da realidade do mal que o circunda. Porém, em virtude do bem da humanidade, a declaração expressa como desafio os elementos básicos de uma ética comum à humanidade, tanto para os indivíduos como para as comunidades, organizações, estados e religiões. A forma desumana em que as pessoas são tratadas em toda a parte do mundo: privadas de suas chances de vida e de sua liberdade, os direitos humanos pisoteados e a desconsideração de sua dignidade humana são de conhecimento de todos. Diante das desumanidades descritas, a Declaração reafirma “nossas convicções religiosas e éticas exigem: todo ser humano tem de ser tratado de forma humana!” (KÜNG, 2001, p. 21), descrevendo de forma mais veemente:

Todo ser humano – sem distinção de idade, sexo, raça, cor, capacidade física ou intelectual, língua, religião, convicção política, origem nacional ou social é dotado de uma dignidade intocável e inalienável. Todos, portanto, tanto para o estado como o indivíduo, estão obrigados a respeitar essa dignidade e garantir-lhe defesa efetiva. Também na economia, na política e nos meios de comunicação, em institutos de pesquisa e em empreendimentos industriais, o ser humano deve ser sempre sujeito de direito, deve ser enfim, jamais, um mero objeto de comercialização e industrialização. Ninguém está “além do bem e do mal”: nenhuma pessoa e nenhuma classe social, nenhum grupo de interesses, por mais influente que seja, e nenhum cartel de poder, nenhum aparato policial, nenhum exército e muito menos estado algum. Ao contrário: todo ser humano como ser dotado de razão e consciência moral, está obrigado a comportar-se de forma verdadeiramente humana, e a não se comportar de forma desumana; está obrigado a fazer o bem e não fazer o mal (KÜNG, 2001, p. 23).

Destacamos neste tópico da declaração a importância da *dignidade humana* para os presentes, bem como a constante afirmação da palavra “*obrigação*” de forma impositiva, ressaltando a o compromisso responsável de todos em respeito à pessoa humana.

Outro desafio básico formulado é a necessidade do princípio da reciprocidade “regra de ouro”, tão conhecida e preservada há milênios em muitas tradições religiosas e éticas da humanidade. Na Declaração ela é descrita de forma positiva “faze aos outros, o que queres que façam também a ti”⁴⁴, essa deveria ser, segundo o documento, “a norma inamovível e incondicional para todos os campos da vida, para a família e as comunidades, para as raças, nações e religiões (KÜNG, 2001, p. 23).

⁴⁴ Esta regra também aparece no artigo 4º da Declaração das Responsabilidades Humanas.

A “regra de ouro” conhecida mundialmente na bíblia cristã foi formulada muito antes do cristianismo, sendo proferida pelos seguintes mestres e expressões religiosas:

- a) Confúcio (c. 551-489 a.C.): “o que tu mesmo não queres, não faça a outra pessoa” (Ditos 15.23);
- b) Rabi Hillel (60 a.C. a 10 d.C.): “não faças aos outros o que não querem que eles façam a ti” (Shabbat 31^a);
- c) Jesus de Nazaré: “tudo aquilo que quereis que os homens façam a vós, fazei-o vós mesmos a eles” (Mateus 7, 12 e Lucas 6,31);
- d) Islã: “ninguém é crente enquanto não desejar ao seu irmão o que deseja para si mesmo” (Quarenta Hadith de Nawawi, 13);
- e) Jainismo: “os seres humanos deveriam ser indiferentes às coisas mundanas e tratar todas as criaturas do mundo como eles mesmos deveriam ser tratados” (Sutrakritanga I, II, 33);
- f) Budismo: “um estado que não é agradável ou aprazível para mim, também não será para ele, e como posso impor ao outro um estado que não é agradável ou aprazível para mim? (SamyuttaNikaya V, 353.3-342.2);
- g) Hinduísmo: “não se deve agir em relação ao outro de modo desagradável para si mesmo: é esta a essência da moralidade” (Mahabharata XIII 114, 8);

Percebemos nesta perspectiva histórico-religiosa que muitos líderes e mestres das religiões, expressaram em diferentes contextos este anseio de reciprocidade, esta frase da “regra de ouro” apenas apresenta uma diferença de palavras, porém, com o mesmo significado.

A formulação positiva na declaração, na concepção de Hans Küng (2008, p. 55, tradução nossa) permite ir além do interesse próprio, requerendo uma bilateralidade equilibrada, “quando as pessoas por amor e entrega, deixam seus interesses próprios, quando chegam a amar seus inimigos, inclusive sacrificar sua vida por eles”. A regra de ouro continua sendo o princípio racional que fala precisamente a causa da razão dos homens e seu egoísmo, apropriada para a redução da violência, “segue cumprindo uma importante função, inclusive nos contextos hostis a Deus [...] uma vez proclama esta grandiosa ideia, não pode

desaparecer, e assim se transforma o mundo” (KÜNG, 2008, p. 57, tradução nossa). A regra de ouro se configura como alternativa diante de uma sociedade com indivíduos egoístas, a declaração afirma:

Egoísmos de toda natureza são condenáveis – individuais ou coletivos, sob a forma de noções de classe, racismo, nacionalismo ou sexismo. Nós os condenamos por que eles impedem a pessoa de ser verdadeiramente humana. Autodeterminação e auto-realização são inteiramente legítimas – desde que não se desvincule da responsabilidade do ser humano por si mesmo e pelo mundo, da responsabilidade pelas demais pessoas e pelo planeta terra (KÜNG, 2001, p. 23).

O princípio da reciprocidade da “regra de ouro” inclui parâmetros muito concretos, refuta o egoísmo humano utilizando a formulação “condenamos” para verbalizar repúdio as atitudes egocêntricas. Deste princípio decorrem quatro linhas mestras muito antigas, presentes na maioria das grandes religiões do mundo, Hans Küng as define como “mandamentos humanos” que se desdobram na declaração como os “quatro preceitos inamovíveis”.

2.4 QUATRO PRECEITOS INAMOVÍVEIS

2.4.1 Não matar – compromisso com uma cultura da não violência e do temor diante de toda a vida

Em todas as regiões e religiões existem pessoas que se esforçam em viver atitudes não-egoístas, mas engajadas na defesa do semelhante. Mesmo assim, existem no mundo de hoje muito ódio, ciúme e violência, não apenas entre pessoas enquanto indivíduos, mas entre grupos sociais e étnicos, entre classes sociais e raças, nações e religiões. Lamentavelmente, em vários lugares ainda se governa com terror, ditadores violentam sua própria nação e a violência institucional se difunde com alarde, mesmo em países onde existem leis de defesa das liberdades individuais, presos são torturados, pessoas mutiladas e inocentes assassinados.

Como legado das grandes tradições éticas e religiosas antigas se conserva o preceito: *Não matarás!* Ou descrito de forma positiva: *Sente temor diante da vida!* As consequências deste antigo preceito são formuladas na declaração da seguinte forma:

Toda pessoa tem direito à vida, integridade física e livre desenvolvimento da personalidade, desde que não fira os direitos de outras pessoas. Pessoa alguma tem direito de torturar outra, seja física ou

psiquicamente, nem de ferir, nem muito menos de matar a outrem. E nenhum povo, nenhum estado, raça ou religião têm o direito de discriminar uma minoria, de natureza ou credos diversos, nem proceder a qualquer “purificação”, exilá-la, nem muito menos aniquilá-la (KÜNG, 2001, p. 25).

Este preceito da soberania do respeito à vida é primordial na declaração, por isto, é descrito como primeiro preceito inamovível. Onde existem seres humanos, há a inerência de conflitos, situações conflituosas devem ser resolvidas sem uso de violência, no âmbito de uma ordem legal. Quanto aos detentores do poder político e judiciário, são responsáveis em manter a ordem legal vigente e a lutar por em favor de uma ordem internacional pacífica. Pois, “munir-se de armas é um descaminho, desarmar-se uma exigência premente. Que ninguém se engane: sem paz mundial a humanidade não sobrevive” (KÜNG, 2001, p. 25). Os jovens necessitam ser educados para a paz desde a família, precisando aprender em casa e na escola que “a violência não pode ser instrumento para a confrontação com outras pessoas” (KÜNG, 2001, p. 25), assim, a humanidade vai construindo o processo da criação de uma *cultura da não violência*.

Neste preceito também se assegura a valorização da vida de animais e plantas que precisam de proteção, cuidado e conservação. Com a afirmação de que “a exploração desenfreada das reservas vitais da natureza, a destruição desrespeitosa da biosfera e a militarização do Cosmo são um ultraje” (KÜNG, 2001, p. 25) se faz um apelo em vista das gerações futuras à co-responsabilidade pela vida do planeta terra, afirmando que “todos estamos ligados uns aos outros e somos mutuamente dependentes, cada um de nós depende do bem do todo” (KÜNG, 2001, p. 25). Portanto, não se deve propagar a dominação do ser humano sobre a natureza, mas sim cultivar a vida em comunidade com a natureza e o cosmo. A declaração conclui este preceito ressaltando:

Ser verdadeiramente humano, no espírito de nossas grandes tradições religiosas e éticas, significa ser cuidadoso e solícito, tanto na vida privada como na vida pública. Jamais devemos ser desrespeitosos ou brutais. Cada povo, cada raça, cada região, deve manter tolerância, respeito e grande estima aos demais povos, raças e religiões. Minorias – sejam raciais, étnicas ou religiosas – necessitam de nossa proteção e apoio (KÜNG, 2001, p. 27).

Na conclusão do preceito “compromisso com uma cultura da não-violência e do temor diante de toda a vida”, destaca-se as verdadeiras atitudes humanas como o cuidado, a solicitude, a tolerância e o respeito às minorias.

2.4.2 Não roubar – Compromisso com uma cultura da solidariedade e uma ordem econômica justa

O esforço em praticar a solidariedade e por viver uma vida digna, pelo cumprimento leal de uma profissão, também é vivido por milhões de pessoas em diversas partes do mundo. A sociedade atual produz muita fome, pobreza e miséria, contudo, o indivíduo não é o único responsável, corroboram para esta situação deplorável as estruturas sociais injustas: milhões de desempregados, trabalhadores explorados através de um trabalho mal remunerado e diferenças assustadoras entre ricos e pobres. O mundo neste último século, com o capitalismo desenfreado e o socialismo estatal totalitário, se esvaziou dos valores espirituais. A ânsia desmedida por lucro, a avidez sem limites, a mentalidade reivindicatória materialista que sempre exige mais e mais do estado, sem assumir maior compromisso recíproco – tanto nos países desenvolvidos e industrializados, como nos países em desenvolvimento – têm levado a constantes casos de corrupção em todos os níveis da sociedade.

O preceito “*não roubarás*” foi afirmado na declaração do segundo parlamento das religiões universais como legado das grandes tradições éticas e religiosas. A formulação positiva “*age de maneira justa e honesta*” possui como consequência: “pessoa alguma tem o direito de roubar a outra, nem tampouco de violar sua propriedade ou bens comunitários. Ao inverso, no entanto, pessoa alguma tem o direito de fazer uso de suas posses sem respeitar as carências da sociedade e da terra” (KÜNG, 2001, p. 7).

Diante da predominância da pobreza extrema, o desamparo e o desespero ganham espaço, levando as pessoas a roubar por sobrevivência. Isto é decorrência do acúmulo de poder e riquezas indiscriminadas, que muitas vezes, desperta nos pobres e marginalizados ressentimentos e até mesmo rebeliões, conduzindo a um círculo vicioso de violência e reações sangrentas. “Que ninguém se engane: Não há paz mundial sem justiça mundial” (KÜNG, 2001, p. 27). Ressalta-se ainda na declaração a necessidade de os jovens aprenderem na família e na escola que “a propriedade por menor que seja, cria obrigações. Seu uso deve, por menor que seja, servir ao bem comum. Sé assim é possível construir uma *ordem econômica justa*” (KÜNG, 2001, p. 27).

A declaração ainda ressalta que “a beneficência individual e projetos isolados de ajuda, por mais imprescindível que sejam não são suficientes” (KÜNG, 2001, p. 29), é necessário haver participação de todos os estados e a autoridade das organizações internacionais para que se chegue a um equilíbrio justo. A crise de endividamento dos países pobres precisa ser conduzida a uma solução sustentável para todas as partes. Nos países desenvolvidos deve-se distinguir entre consumo necessário e desenfreado e entre um uso justificado e injustificado dos recursos naturais, os países em desenvolvimento carecem de consciência em âmbito nacional. Para todas as partes do mundo, sempre que existirem situação de dominação e opressão, onde instituições oprimirem o povo e o poder oprimir o direito, se faz adequado haver “*resistência* – pacífica, sempre que possível” (KÜNG, 2001, p. 29).

Conclui-se este segundo preceito afirmando que “ser verdadeiramente humano, no espírito de nossas grandes tradições religiosas e éticas” (KÜNG, 2001, p. 27) significa:

- a) Ao invés de usurpar o poder econômico e político, em meio a uma luta irrespeitosa pelo domínio, deve-se utilizá-lo para o serviço ao ser humano. Precisamos desenvolver um espírito de compaixão com os que sofrem e ter uma preocupação especial com os pobres, deficientes, idosos, fugitivos e solitários;
- b) Ao invés de um pensamento unicamente voltado ao poder, e ao invés de uma política de poder desenfreada, é preciso fazer prevalecer o respeito mútuo em meio à inevitável concorrência que surge na disputa pelo poder, um equilíbrio razoável dos interesses, e uma predisposição para o respeito e a conciliação;
- c) Ao invés de um desejo insaciável por dinheiro, prestígio e consumo, é preciso reencontrar um novo senso de comedimento e humildade. Pois, o ser humano entregue ao desejo perde sua “alma”, sua liberdade, seu desprendimento, sua paz interior e perde, com isso, o que o torna humano.

O compromisso assumido pelos delegados do parlamento, nestas palavras conclusivas do segundo preceito inamovível, nos leva a perceber o

quanto é desafiante construir uma ordem econômica justa, e mais ainda a preservação da humanidade em meio à luta pelo poder.

2.4.3 Não mentir – compromisso com uma cultura da tolerância e uma vida de veracidade

O empenho de inúmeras pessoas, em viver em nossos tempos, uma vida de honestidade e veracidade, está presente em várias regiões e religiões. Em contraste a este empenho, também verificamos no mundo de hoje, muitas mentiras e hipocrisia, ideologia e demagogia:

Políticos e homens de negócios que usam a mentira como instrumento de política e de êxito; meios de comunicação de massa que veiculam propaganda ideológica ao invés de informação veraz, que propagam desinformação e não informação, que rendem tributo a um cínico interesse comercial, ao invés de se manterem fiéis a verdade; cientistas e pesquisadores que se entregam a programas ideológicos ou políticos moralmente questionáveis ou a grupos de interesses econômicos, e que justificam pesquisas lesivas a valores éticos fundamentais; representantes de religiões que degradam pessoas de outras religiões a uma condição de inferioridade e propagam fanatismo e intolerância ao invés de respeito, compreensão mútua e tolerância (KÜNG, 2001, p. 31).

Estas situações mencionadas na Declaração de uma Ética Mundial não intencionam suscitar desesperança, mas, clarificar a realidade que enfrenta quase todos os países do mundo em relação à propagação de mentiras. Daí a importância do preceito “*Não mentirás*” ou descrito de forma positiva: *fale e age com veracidade*. Reflete como consequência deste antigo, e ao mesmo tempo, tão novo preceito: “pessoa alguma, nem nenhuma instituição, estado, igreja ou comunidade religiosa têm o direito de dizer inverdades às pessoas” (KÜNG, 2001, p. 31). Direcionado em especial para: os meios de comunicação de massa, a arte a literatura e a ciência, os políticos e partidos políticos e representantes das religiões. Hans Küng (2001, p. 33) elucida que “ninguém se engane: não há paz mundial sem justiça mundial”.

Os jovens, por conseguinte, já deveriam aprender na família e na escola a cultivar a veracidade em seu pensamento, fala e ação. Todo ser humano tem direito a verdade, a informação e formação necessárias para poder tomar decisões fundamentais para sua vida. Sem uma orientação ética básica a não logra distinguir entre o que seja importante ou trivial. Os parâmetros éticos prestam uma imensa ajuda quando fatos estiverem sendo distorcidos, interesses acobertados e opiniões sendo apresentadas como absolutas.

Este terceiro preceito do compromisso com uma cultura da tolerância e uma vida de veracidade conclui-se com a afirmação:

Ser verdadeiramente humano, no espírito de nossas grandes tradições religiosas e éticas significa o seguinte: ao invés de confundir liberdade com arbitrariedade, e pluralismo com falta de critérios, fazer valer a verdade; ao invés de desonestidade, dissimulação e acomodação oportunista, cultivar o espírito de veracidade, também nas relações cotidianas de pessoa para pessoa; ao invés de meias verdades ideológicas ou partidárias, procurar sempre reiteradamente a verdade, em um espírito incorruptível de veracidade; ao invés de render tributo ao oportunismo, e uma vez conhecida a verdade, servi-la com confiança e constância (KÜNG, 2001, p. 33).

O princípio ético da veracidade é um valor inquestionável em todas as tradições e expressões religiosas, sendo fator de credibilidade para qualquer instituição econômica ou social.

2.4.4 Não fornicar – compromisso com uma cultura da igualdade de direitos e do companheirismo entre homem e mulher.

O espírito de companheirismo entre milhares de homens e milhares que desejam uma vida responsável no âmbito do amor, da sexualidade e da família é um fator, felizmente encontrados em muitas regiões e religiões. Ainda assim, em nossa sociedade atual ainda existem formas condenáveis de patriarcalismo, dominação do homem sobre a mulher, exploração e abuso sexual de mulheres e crianças, prostituição forçada e dificuldades financeiras – levam não raramente, a mulheres e mesmo crianças, nos países mais pobres, a fazer uso da prostituição como meio de luta pela sobrevivência.

O preceito transmitido pelas grandes e antigas tradições éticas e religiosas da humanidade “não serás incasto”, ou “não fornicarás”, continua sendo um grande valor para os seres humanos. Sua forma positiva “*respeitai e amai uns aos outros*”, resulta nas seguintes consequências: “pessoa alguma tem o direito de degradar o outro a mero objeto de sua sexualidade, fazê-lo incidir ou mantê-lo em dependência sexual” (KÜNG, 2001, p. 35). A condenação da exploração sexual e a discriminação de gênero são vista na declaração como “umas das piores formas de humilhação dos seres humanos” (KÜNG, 2001, p. 35), e reafirma-se categoricamente que “não há verdadeira humanidade sem um convívio pautado pelo companheirismo” (KÜNG, 2001, p. 35).

A juventude é imprescindível aprender na família e na escola que a sexualidade, não é uma força *negativa-destruidora* ou *exploradora*, mas uma força criadora e formadora. Sua função é afirmar a vida e criar comunidade, e ela só desenvolve quando está sendo vivenciada a responsabilidade pela felicidade do companheiro ou companheira. Algumas tradições religiosas também possuem o ideal da renúncia ao desenvolvimento da sexualidade, esta renúncia voluntária também pode ser expressão de identificação e plenificação de sentido.

A instituição social do matrimônio é caracterizada pelo “amor, fidelidade e duração”, mesmo diante de todas as diferenças culturais e religiosas. Em todos os países e culturas é preciso “empenhar-se por condições econômicas e sociais que possibilitem uma existência humanamente digna do casamento, da família, e em especial das pessoas idosas”. O direito a educação para filhos, bem como o cuidado mútuo deve ser priorizado. Ao concluir o quarto e último preceito inamovível a declaração reitera:

Ser verdadeiramente humano, no espírito de nossas grandes tradições religiosas e éticas, significa o seguinte: ao invés de dominação ou humilhação, que são expressões de violências e frequentemente geram reações violentas, cultivar respeito, compreensão e companheirismo; ao invés de toda forma de desejo sexual possessivo ou de abuso sexual, cultivar respeito mútuo, tolerância, conciliação e amor (KÜNG, 2001, p. 37).

Constata-se que no plano das nações e religiões, só se pode praticar o que já se vive no plano das relações pessoais e familiares.

2.4.5 Mudança de Consciência

Experiências no decorrer da história demonstram que não se realizar transformações no mundo, sem que se chegue a mudanças de consciência no indivíduo e na opinião pública. Assim como questões ligadas a guerra e a paz, economia e ecologia passaram por mudanças fundamentais na última década, tais mudanças precisam ser alcançadas no campo da ética. Hans Küng (2001, p. 37) ressalta ao concluir a Declaração do Parlamento das Religiões Mundiais que “manter viva essa responsabilidade, aprofundá-la e transmiti-la para as gerações futuras – eis uma importante incumbência das religiões”. Ainda declara que é preciso manter-se realista ao que se já alcançou nesse consenso, aludindo que se observe o seguinte: é difícil obter um consenso universal para muitas questões

éticas específicas e polêmicas, contudo, no espírito dos princípios comuns aqui desenvolvidos deveriam ser encontradas soluções objetivas também para muitas questões que permanecem polêmicas; Em muitos campos já se despertou uma nova consciência para responsabilidade ética, sendo louvável que o maior número das classes profissionais como os médicos, cientistas, comerciantes, jornalistas e políticos elaborem *códigos de ética* capazes de oferecer diretrizes concretas para questões provocativas de seu respectivo meio profissional; Instamos, sobretudo, as comunidades de fé em particular para que formulem sua ética específica, o que cada uma das tradições de fé tem a dizer sobre o sentido da vida e da morte. Tudo isso contribuirá para aprofundar, especificar e concretizar a ética mundial que se reconhece nesse momento.

Enfim, as verdadeiras mudanças decorrem da disposição para os riscos e sacrifícios, começando da base para se firmar até chegar à meta. O projeto de Ética Mundial foi um processo percorrido por Hans Küng que se concretizou na elaboração da declaração do segundo parlamento mundial das religiões, que ousou construir um consenso entre todas as religiões presentes em favor de uma ética mundial, repercutindo em muitos projetos e pesquisas em diversos lugares do mundo até os nossos dias. Esta temática da ética mundial, assumida por Küng quando esboça e apresenta a Declaração no segundo parlamento mundial das religiões, gerou muitas tensões e frutos posteriores, com posições convergentes e divergentes tanto de religiosos como de intelectuais, corroborando para um caminho de purificação e novos horizontes para o projeto de ética mundial.

3º CAPÍTULO

ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO DE ÉTICA DE MUNDIAL: O DIÁLOGO COMO PRESSUPOSTO E PERSPECTIVA TEOLÓGICA

A questão fundamental quando analisamos o projeto de ética mundial é sua plausibilidade entre as diferentes culturas e expressões religiosas. O esforço de organizações em promover o diálogo com diferentes religiões nas últimas décadas foi o principal meio de aproximação e viabilidade da declaração de ética mundial do parlamento das religiões mundiais. Iniciamos esta dissertação percorrendo uma análise histórica no primeiro capítulo, contemplando os principais eventos que propiciaram a criação da declaração de ética mundial, mensurados por Hans Küng em suas obras ou com sua participação direta e indireta. Continuamos no segundo capítulo com uma análise descritivo-discursiva sobre as temáticas da pós-modernidade, globalização e universalização que norteiam a discussão da ética mundial de Hans Küng, descrevendo a estrutura, organização e metodologia da Declaração de Ética Mundial do Parlamento das Religiões Mundiais. Objetivamos neste terceiro capítulo apresentar uma análise plausível e crítica do projeto de ética mundial, a partir de uma visão espiritual, crítica e teológica em três momentos.

Analisaremos em um primeiro momento, o diálogo como base plausível espiritual do projeto de ética mundial. Seguiremos no segundo momento, abordando criticamente alguns pontos da declaração e apresentando a visão crítica da cientista da religião, Bruna Milleiro Silva, tendo como referência as críticas do filósofo protestante Paul Ricoeur e do filósofo católico Manfredo de Oliveira. Concluiremos em um terceiro momento com uma reflexão crítica sobre o imperativo dialógico como fundamentação da teologia ecumênica de Hans Küng e da teologia pluralista de José Maria Vigil, caminhos plausíveis para a efetivação dos princípios de humanidade e reciprocidade, como também dos quatro preceitos inamovíveis que defendem a cultura da não violência, a cultura da solidariedade, a cultura da verdade e a cultura da igualdade de gênero, presente projeto de ética mundial.

3.1 O DIÁLOGO COMO BASE ESPIRITUAL DO PROJETO DE ÉTICA MUNDIAL

Através de uma leitura do texto da Declaração do segundo parlamento das religiões universais, descrita e aprofundada no capítulo anterior desta dissertação, Percebe-se uma discussão pautada no diálogo respeitoso, embora tenso em alguns momentos, pelos delegados que estiveram presentes e assinaram o texto da Declaração. Este diálogo foi fruto de um processo de várias consultas por parte de Hans Küng a especialistas e representantes das religiões ocidentais e orientais, durante os quatro anos que perduraram este processo. Contudo, também surge neste percurso, antes, durante e depois da apresentação da declaração, várias críticas que analisaremos com mais ênfase neste terceiro capítulo da dissertação.

Inicialmente abordaremos a espiritualidade dialógica como centro do projeto de ética mundial. Segundo Bruna Milheiro Silva⁴⁵ (2018, p. 209), existe por todo o texto da declaração uma ideia subjacente “a ética como uma resposta ao diálogo entre as religiões, frente a uma nova configuração de mundo que precisa ser organizada na consciência de cada uma das pessoas”. Este diálogo construído a partir das reflexões éticas uniu os delegados do segundo parlamento das religiões universais e continua sendo horizonte para muitas ações entre as religiões.

Apercebe-se através de uma leitura atenta da declaração uma discussão de fundo que se baliza por uma proposta de diálogo inter-religioso, relacionando-a as particularidades do mundo moderno. Tendo em vista, os elementos da globalização e da pós-modernidade apresentados anteriormente, ressaltamos a dimensão da pluralidade religiosa, que na concepção de Bruna Milheiro Silva (2018, p. 210), está associada à globalização e concomitantemente ao esvaziamento de princípios éticos. Isto porque diante de uma comunidade global, que se caracteriza como multiconfessional e ecumênica, as propostas de conversão do outro, o proselitismo e a hipotética criação de uma religião universal

⁴⁵ Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (2009), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e doutorado em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2018). Atualmente atua como professora de História e Ensino Religioso em escolas públicas da rede municipal de ensino da cidade do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de História do Brasil colonial, Diálogo inter-religioso e Ética. Disponível em: < <https://www.escavador.com/sobre/6745949/bruna-milheiro-silva>>. Acesso em: 06 de dez. 2018.

se tornam obsoletas, inoperante e sem fundamentos. Küng defende em seu projeto de ética mundial, que o objetivo final não é chegar a uma síntese religiosa ou a uma religião única, que vença a batalha em relação às outras, mas sim, que cada uma, a partir de seu próprio lugar de fé, seja capaz e dialogar com a outra.

O texto final do projeto de ética mundial sugere as bases para um novo viver espiritual. Hans Küng acredita que a visão da religião sofreu profundas modificações nos últimos anos, colaborando para que a proposta dialógica se tornasse uma forma autêntica de espiritualidade. Esta proposta requer uma abertura ao outro, uma disponibilidade para aprender com o desconhecido e um reconhecimento do valor de cada ser humano. Pois, “nenhuma religião vive hoje isolada do resto do mundo. Todos precisam contar com a possibilidade da chegada de gente de fora” (KÜNG, 2005, p. 126).

Constatamos que mesmo entre adeptos da mesma religião surgem frequentemente conflitos. Na visão de Bruna Milheiro Silva:

As divergências fazem parte das relações humanas e podem proporcionar o crescimento de ambos os lados caso estejam abertos e disponíveis para ouvir o ponto de vista um do outro. Se dentro de uma mesma crença religiosa já se apresentam diferenças no modo de pensar e agir, essas dissemelhanças tendem a acentuar-se quando colocadas frente a frente de universos religiosos distintos (SILVA, 2018, p. 211).

As conflituosidades são inerentes aos relacionamentos humanos e a história das instituições religiosas. A abertura ao diálogo sempre foi um caminho para a superação de situação de conflitos, colaborando para o encontro de novas possibilidades e soluções de problemas. Hans Küng ao ser questionado sobre a máxima “o mais importante é a que a pessoa pelo menos professe uma religião”, ele afirma com contundência: “se for uma religiosidade humana sim. Porque existem também pessoas que são religiosas de maneira desumana, são os fanáticos que pervertem a religião” (KUNG, 2005, p. 127). Esta afirmação ajuda-nos a perceber que religiões com princípios desumanos, tendem tanto ao fechamento em si mesmo, como vão contra o princípio da humanidade presente no projeto de ética mundial como elemento fundamental “a religião deve preocupar-se acima de tudo com o valor humano”. Portanto, se em algum lugar do planeta, as pessoas estão sofrendo por falta de condições de vida digna significa que, nesta região a religião não está cumprindo o seu papel integral de valorização humana.

A relação entre o humano no sentido individual e coletivo possui um caráter conceitual difuso. Para que possamos discutir o papel do sujeito perante uma noção de coletividade, citamos Georg Simmel (2006, p. 90), ao afirmar que “a humanidade não é, então, perante a sociedade um algo mais quantitativo. Ela não é a soma de todas as sociedades, e sim uma síntese totalmente peculiar, dos mesmos elementos que, de outra maneira, resultam na sociedade”. Esta afirmação de Simmel ultrapassa uma visão limitada de soma e simples agregação, pressupondo que a humanidade é uma preocupação que sempre existiu e esteve presente entre as demandas do ser humano: como ele se vê, se interpreta individualmente e como será capaz de lidar consigo mesmo enquanto indivíduo coletivo, pertencente a um determinado grupo.

Nesta percepção, a religião cumpre um papel importante de aproximação do indivíduo com os outros. A discussão da aceitação da diversidade vem acompanhada de outras questões relevantes, uma delas é “a importância de conhecer e interagir com a realidade do outro de forma genuína, sem cobrar que o outro caiba dentro da sua própria ou preencha determinados requisitos para acessar a sua realidade” (SILVA, 2018, p. 212). O diálogo com o outro, a outra, deve ser colocado como pauta primordial das políticas públicas em todos os espaços e lugares, uma vez que poderia evitar conflitos mínimos diários, como por exemplo: o preconceito de cunho religioso, que atualmente está presente na ideia de fundamentalismo. Este se caracteriza na presença de atitudes radicais em nome da religião, esta ideia trabalha a favor de uma rejeição da pessoa através de pré-julgamentos sem qualquer fundamento concreto. Muitas vezes o fundamentalismo religioso é associado às religiões islâmicas e até estereotipadas como religiões terroristas, ao que Kűng refuta afirmando categoricamente:

Como é sabido, nos países ocidentais os termos “fundamentalista” e “fundamentalismo” estão carregadas de conotações islamofóbicas. Contudo, a origem destes conceitos não é islâmica, mas sim cristã, mais concretamente, protestante e norte-americana (KűNG, 2005, p. 34).

Estes relatos de preconceitos de cunho religioso são infelizmente permanentes e fazem parte dos noticiários cotidianos que nos cercam, associados frequentemente a atitudes intolerantes, onde as leis e iniciativas de caráter ecumênico e inter-religioso não conseguem combater de forma eficaz.

Precisamos, diante destas situações de preconceito e intolerância religiosa, refletir esses problemas em sua essência, não apenas através de imposição de regras que são muitas vezes seguidas por medo de punição e não de forma consciente. O projeto de ética mundial ressalta que, é necessário criar uma cultura do respeito às leis e de obrigação aos deveres cívicos, e isso não se consegue através de normas unicamente, mas através do investimento em uma educação que priorize a formação das crianças e jovens para exercer conscientemente seu papel de cidadania. A formação de uma educação inter-religiosa, multicultural e baseada em princípios éticos torna-se um imperativo fundamental a ser discutido e assumido em todos os países.

Religiões isoladas, fechadas em si mesmas e não disponível ao diálogo com as demais, não irá contribuir com o desenvolvimento de uma sociedade multiétnica e multicultural. O movimento de secularização vivenciados nos últimos dois séculos não eliminou as religiões, apenas impulsionou um processo de redefinição de identidades e transformações, completamente pertinentes as novas necessidades do mundo globalizado.

Por estas reflexões apresentadas, defendemos que o diálogo inter-religioso, é nos dias atuais, um novo caminho de espiritualidade para o mundo. Como aponta Bruna Milheiro Silva:

O projeto de ética mundial chama a proposta de diálogo inter-religioso de centro para uma nova espiritualidade, que baseada não em dogmas ou em estruturas religiosas rígidas, mas na ética que existe em cada uma das religiões e no que elas possuem em comum ou pontos a partir dos quais é possível dialogar. Partindo dessa ideia, acredita-se ser possível viver a ética no dia a dia das relações entre pessoas oriundas de uma mesma vertente religiosa ou não, de uma mesma cultura ou não, através de ações que aproximem os seres humanos e não com a exortação a discórdia (SILVA, 2018, p. 213-214).

A citação reforça o aspecto essencial do diálogo entre as religiões como fator central desta nova espiritualidade, que também foi pressuposto para a construção do projeto de ética mundial. Portanto, a ética é vista como elemento fundamental do projeto, e que a mesma não pode ser baseada em princípios teóricos abstratos, mas sim, serem vivenciadas na prática em todas as relações que o indivíduo participa ao longo da vida.

O diálogo inter-religioso, centro desta nova espiritualidade entre as religiões, suscita além de uma responsabilidade ética global, também a reflexão sobre a proposta da paz mundial, tão presente nas obras de Hans Küng como

horizonte do projeto de ética mundial e reforçado na declaração: “as religiões podem estar engajadas neste mundo pela paz, justiça social, não violência e amor ao próximo [...] Todas as religiões do mundo devem hoje reconhecer a sua corresponsabilidade pela paz mundial” (KUNG, 1992, p. 215).

O respeito às diferenças e a pluralidade religiosa se configuram como questões essenciais e necessárias ao diálogo, como também para o alcance da paz. Percebemos que ainda há um longo caminho a percorrer nesta busca, tanto do entendimento entre as lideranças religiosas quanto ao alcance da paz. Porém, o projeto de ética mundial acredita realmente que muitos caminhos estão sendo trilhados para este fim, principalmente no que concerne a consciência religiosa, ao que Hans Küng ressalta:

Nossa época precisa de construtores de pontes, em grande e em pequena escala, construtores de pontes que tenham olhos para ver o que é comum, sobretudo, nos valores éticos, nas atitudes éticas. Que professem esses valores e tentem vivê-los (KÜNG, 2004, p. 280).

“Construir Pontes” eis uma linguagem pertinente ao diálogo inter-religioso e concretização dos princípios de humanidade e reciprocidade presente na fundamentação do projeto de ética mundial. Esse desejo persistente de construir sociedades que vivam em paz de Hans Küng, aparentemente utópico, é um ideal persistido tanto por intelectuais como por religiosos e pessoas sem religião, que ainda acreditam e lutam por uma sociedade mais humana e não violenta. O projeto de ética mundial é um instrumento, embora fragmentário, que pode favorecer a construção de uma espiritualidade dialógica para a humanidade.

3.2 ANÁLISES CRÍTICAS SOBRE O PROJETO DE ÉTICA MUNDIAL

O projeto de ética mundial não se pretende autoconclusivo e muito menos, objetiva fazer o papel de corpo doutrinal imutável. Ao contrário dos livros sagrados de diversas orientações religiosas – como a bíblia, o alcorão, a tora... Escritos revelados que se abrem e fecham em si mesmos, o projeto é de fato, uma proposta aberta a ser experimentada. Não possui obrigatoriedade de cumprimento de normas e preceitos, uma vez que seu horizonte é uma mudança no cerne dos indivíduos e uma compreensão introspectiva das propostas suscitadas. Contudo, a declaração de uma ética mundial apresentada no Segundo Parlamento Mundial das Religiões, de 1993, encontrou no meio

acadêmico, religioso, econômico e social, muitas resistências. Provocando tensões e discussões em torno de sua viabilidade, e principalmente, em relação a algumas expressões, lacunas e afirmações presente no texto da declaração.

Mesmo depois de finalizada e assinada a declaração evidencia alguns pontos controversos, extremamente significativos para o objetivo final da proposta, pois apresentam os próprios desafios inerentes a ela. Alguns destes pontos foram destacados e rebatidos em diferentes momentos no qual o projeto foi apresentado. O próprio Hans Küng, afirmou e reiterou que se trata de uma proposta em construção e não um documento finalizado. Bruna Milheiro Silva (2018, p. 24), afirma que “a proposta do mesmo é de fazer frente às demandas da sociedade que possam surgir e não que as pessoas se adequem a ele de forma estática”. Esperamos que de fato, ele possa ser reformulado de tempos em tempos de acordo com a necessidade.

Os temas considerados mais controversos que foram confrontados diretamente e sofreram críticas acirradas de delegados presentes no Parlamento, foram principalmente, o primeiro preceito relacionado a não violência e o quarto preceito referente à igualdade entre homens e mulheres. O primeiro ponto apresenta a existência de uma dicotomia entre a não violência e o direito à autodefesa, que na visão de Silva:

Não recebeu a devida atenção como ponto de exímia importância no texto final da declaração. Este ponto acabou gerando insatisfação por parte de pessoas que vivem em países onde a violência é cotidiana, inclusive em alguns casos em que ela é baseada, em crenças religiosas ou mesmo em tradições locais. Tendo isto em mente, propor uma cultura da não violência pode gerar em alguns lugares de sentido de determinados aspectos basilares da crença na ordem social e na manutenção de costumes (SILVA, 2018, p. 25).

Essa questão suscitou longas discussões sobre o que deve ser considerado como violência, pois ela não é tema de consenso universal, podendo encontrar variações de grau e relevância em cada tipo de sociedade.

O segundo ponto relata a dificuldade de aplicação de uma cultura de igualdade entre homens e mulheres em países em que predominam hindus, islâmicos e cristãos mais tradicionais. Nestes lugares onde prevalece a cultura paternalista, o papel social da mulher é historicamente secundarizado e ancorado na própria legislação ou hábitos comuns do país. Bruna Milheiro Silva aponta que:

A efetiva concretização deste ideal pressupõe uma modificação de caráter estrutural que interfere não só em tradições ancestrais como também em aspectos econômicos e políticos consideráveis. Tal perspectiva pode gerar um rompimento e um desequilíbrio social imediato cujas consequências não podem ser mensuradas de antemão (SILVA, 2018, p. 25).

Reiteramos que uma mudança desse estilo não pode ser implantada rapidamente, precisaria de um consenso social e uma ressignificação de princípios, pois cada povo deve decidir como gerir suas próprias questões, e isto se configura como um processo desafiante para se tornar real o preceito de igualdade de gênero do projeto.

Diante da crítica relacionada ao estilo da declaração, vista com um caráter extremamente ocidentalizado e cristão, não contemplando as religiões milenares orientais e nem outras de tradições não cristãs, percebemos que este questionamento apesar de pertinente é inevitável. Tendo em vista, que os indivíduos falam a partir de um lugar social específico, influenciado pela tradição a qual faz parte e pelas suas experiências de vida. Küng ressalta a contribuição de outras tradições religiosas como meio de ajuda a tornar o projeto, mais acessível a outras culturas e mais viável na prática cotidiana.

Em relação às questões de caráter técnico, relativas aos conceitos utilizados ou negligenciados, suscitaram desaprovação por parte de alguns leitores, principalmente, a pouca evidência ao termo “família”. Este ponto parece “algo crucial por que a crença num ideal de família é estruturante para diferentes matrizes religiosas e proporciona uma determinada visão cosmológica da sociedade e do mundo ao redor” (SILVA, 2018, p. 26). Uma declaração que se apresenta como de caráter universalizante, não pode deixar de abordar as questões conceituais basilares da estruturação da vida social a partir de critérios religiosos e filosóficos tradicionais.

Outro aspecto da declaração que consideramos melhor apresentado no manual que reorganizou a mesma⁴⁶ foi à relação do ser humano com a natureza, que atualmente se percebe como um aspecto essencial para a sobrevivência das próximas gerações.

⁴⁶ Uma nova versão do projeto e da declaração elaborada pela Fundação Ética Mundial em forma de manual. (KÜNG, Hans; GEBHARD, Günther and SCHLENSOG, Stephan. *Global Ethic, a Handbook: A Vision and its Realisation*. Manuscrito).

A dinamicidade da proposta do projeto de ética mundial é um fator que impulsiona um processo de constante construção e reconstrução através de debates e da prática cotidiana. Esta ideia pretende ampliar o diálogo inter-religioso, permitindo que as religiões reconheçam mais os pontos em comum que os pontos que as diferenciam. Em várias obras Küng (1993, p. 84) afirma: “aqui não se trata de apontar as diferenças e as contradições, as não concordâncias e as exclusividades das grandes religiões [...] trata-se, isso sim, de apontar aquilo que apesar de tudo, une as religiões com vistas ao princípio da responsabilidade”. Consideramos, portanto, que o ato de estar em contato com o diferente é mais um aspecto agregador de sentido e de identidade.

Konrad Raiser ao analisar a frase da declaração de ética mundial (utiliza o termo *Ética Global*) “não existe uma nova ordem no mundo sem uma ética global” traz presente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, afirmando que:

De fato, pela experiência e pelo desenvolvimento no interior da sociedade – nós sabemos que o exercício do direito, seja qual for sua fundamentação, se não houver um consenso moral básico facilmente pode transformar-se e mero instrumento de poder, com isto, perdendo sua legitimidade. Os que compuseram a declaração universal dos Direitos Humanos provavelmente compreenderam-na como a expressão de um consenso moral básico deste tipo (RAISER, 2003, p. 18).

Contudo, por mais que seja evidente o clamor por uma ética mundial como fundamento moral de uma nova ordem no mundo, este ameaça cair no vazio, em face da crise moral que neste tempo de globalização vem se manifestando em todas as sociedades humanas.

Diante dos sinais de uma crise global que atinge não apenas a ordem social mais também os próprios fundamentos éticos morais, os esforços entre as religiões passam a voltar-se cada vez mais para “a reconstrução e a confirmação dos padrões e valores que são decisivos para a preservação da vida humana e da natureza” (RAISER, 2003, p. 20). A experiência de diálogo inter-religioso na vida compartilhada mostra que, quando se preserva a integridade da vida nas diversas tradições, existe um reconhecimento mútuo para uma vida bem-sucedida. Para Conrad Raiser (2003, p. 22), a declaração se ocupa em formular regras que possam ajudar no processo do conhecimento comum da ciência e da vida bem-sucedida, impelindo a mudança de consciência, tornando as diferentes tradições transparentes umas para as outras e libertando-as da mútua separação. Porém é

categorico ao afirmar que “a validade e obrigatoriedade das diretrizes só podem se basear nos contextos concretos de cada tradição, este continua sendo o limite de toda ética global”. O mesmo conclui seu pensamento em relação à declaração alegando que “é um documento de especialistas, esboçado sobre o pano de fundo da autoridade das grandes tradições religiosas” (RAISER, 2003, p. 24).

Convergindo às críticas de Conrad Raiser, Christel Hasselmann também evidenciou em seu artigo escrito na mesma edição da revista *Concilium* (2003) que a declaração de ética global pretendeu constituir a base ética para uma “nova ordem mundial”:

Mas o que deve se entender por uma nova ordem mundial? A nova ordem visa um mundo em que os seres humanos tenham consciência de que a terra pertence a todos e que os seres humanos – também como indivíduos – são os responsáveis por ela. Toma-se consciência de que preciso que haja conversão da economia da ganância para uma economia da comunidade. Toma-se consciência de que toda a nação só poderá prosperar quando respeitar e promover o bem das outras nações. Toma-se consciência de que a palavra “nós” abrange a humanidade e toda a vida existente neste planeta. Para isto torna-se indispensável uma colaboração e um consenso ético comum. (HASSELMANN, 2003, p. 26-27).

Esta definição da teóloga sobre o tema da nova ordem mundial presente na declaração está intrinsecamente ligada ao pensamento de Hans Küng e as reflexões atuais dos movimentos ecumênicos em torno da defesa da vida humana e de todas as espécies do planeta. Christel Hasselmann, ainda analisa criticamente, o alcance dos grandes eventos inter-religiosos, especificamente os parlamentos das religiões universais, que nos últimos cem anos, deram valiosos impulsos para uma mudança de consciência e para um ativo trabalho de pacificação. Porém, destes esforços em favor da cooperação entre as religiões “a maioria das pessoas não tomou conhecimento, os encontros ocorrem ou a nível oficial entre instituições religiosas ou em nível das organizações inter-religiosas ou de outros grêmios equivalentes” (HASSELMANN, 2003, p. 29). Não chegou ao nível do cidadão comum, ou melhor, dos fiéis da maioria das tradições religiosas. Infelizmente ainda nos deparamos com falta de disposição para olhar além das fronteiras de nossas próprias religiões, ainda com medo e insegurança de tudo que é desconhecido, “diferente.

O último tópico da declaração convoca para uma mudança de consciência, este certamente é o ponto mais necessário e exigente da

declaração. Por este motivo, em suas três teses marcantes Hans Küng, exige uma mudança de mentalidade: Não há sobrevivência sem ética global; Não há paz mundial sem paz entre as religiões; Não há paz entre as religiões sem o diálogo entre as religiões. Estas frases estão descritas na maioria de suas obras e ressaltam a importância da ética, da paz e do diálogo, palavras chaves do projeto de ética mundial. Hasselmann (2003, p. 32) relata que fez uma pesquisa onde obteve um resultado importante: a palavra “diálogo” passou a ser um conceito central da nova percepção das outras religiões. Contudo, é preciso distinguir entre o diálogo das instituições religiosas “oficiais” e o diálogo dos representantes “não oficiais” das religiões. A prática do diálogo está mais desenvolvida entre as várias organizações inter-religiosas do que no interior das próprias instituições religiosas.

3.2.1 O Princípio Basilar da Humanidade no Projeto de *Ethos* Mundial

O princípio basilar da “humanidade” que permeia todo o projeto de ética mundial destaca a constante preocupação com a questão humana. Uma vez que todas as religiões estão engajadas em essência, na promoção do bem-estar das pessoas, oferecendo apoio espiritual e social diante dos altos e baixos da vida cotidiana. Com isto, ressaltamos que as religiões apresentam este aspecto primordial em comum: uma preocupação fundamental com a vida das pessoas, especialmente com a promoção da dignidade humana, partindo de uma consciência ética coletiva e de um ideal de igualdade entre os indivíduos e da responsabilidade conjunta pelo bem-viver da criação.

Este princípio está diretamente ligado ao que o teólogo ecumênico nomeia como os cinco mandamentos do gênero humano ou cinco grandes ensinamentos da humanidade: “preservar a vida (não matar), proferir sempre a verdade (não mentir), conformar-se com o que é seu sem desejar com o que é do outro (não roubar), agir moralmente (não fornicar), respeitar os pais e amar os seus rebentos (honrar pai e mãe). Estes mandamentos da humanidade colaboram para que os indivíduos ajam de maneira sensata, sem tender demais nem para o libertismo e nem para o legalismo extremo, o que Küng chamou de caminho do equilíbrio.

Hans Küng em sua obra *Teologia a caminho: Fundamentação para o diálogo ecumênico* (1999), antes de esboçar a Declaração do Segundo Parlamento, apresentava em seus escritos a abordagem do princípio humano,

como critério ético geral para todas as expressões religiosas e pressuposto do diálogo inter-religioso. A partir do questionamento “pode ser aceito como preceito religioso aquilo que é manifestadamente desumano, que claramente prejudica, fere ou até destrói o ser humano?” (KÜNG, 1999, p. 275), o teólogo responde negativamente, apresentando os critérios éticos universais e os critérios específicos de cada religião como meios de análise, defendendo que a referência ao ser humano, ao autenticamente humano, não supõe uma redução do religioso ao puramente humano, por que a moral e a ética é muito mais que uma simples questão de critério ou de gosto pessoal, uma convenção social, mas uma obrigatoriedade incondicional e universal. Küng ainda afirmou que “só a religião consegue fundamentar um *ethos* incondicional, e ao mesmo tempo concretizá-lo, como tem feito no decurso de milênios, às vezes bem, às vezes mal” (KÜNG, 1999, p. 276). A esperança de que os direitos humanos e os critérios éticos fundamentais conseguiriam com o passar dos tempos, e apesar de todas as dificuldades, um consenso elementar entre as religiões, inspirou Küng durante a década de oitenta e encontrou espaço de realização na declaração de ética mundial em 1993.

A abordagem de Hans Küng (1999, p. 278) sobre os critérios éticos se fundamentou na pergunta, “o que é bom para o ser humano?” E na resposta, “aquilo que o ajuda a ser verdadeiramente um ser humano”. Daí nasce à norma ética primordial: o homem não deve viver de forma desumana, mas deve realizar sua existência humana em todas as suas dimensões. O autor prossegue formulando dois critérios em referência as religiões para discutir o princípio da humanidade: *princípio positivo* – onde uma religião é verdadeira e boa à medida que serve a humanidade, em que suas doutrinas de fé e de moral, em seus ritos e instituições fomentam a identidade, a sensibilidade e os valores humanos, permitindo ao ser humano alcançar uma existência rica e plena em todas as dimensões: humana psicofísica e individual social (vida, integridade, liberdade, justiça, paz), podendo invocar em seu favor a autoridade do sagrado e o *princípio negativo* – uma religião é falsa e má na medida em que provoca desumanidade, opondo através de suas doutrinas de fé e de moral, de seus ritos e de suas instituições aos valores humanos. Portanto, o que é desumano, não pode invocar em seu favor a autoridade do sagrado. Uma religião que inferioriza a pessoa humana, ou uma raça, uma classe, uma casta ou um dos sexos, ou tenha

aniquilado ou exposto a aniquilação física, psíquica ou espiritual, a alguns seres humanos ou a grupos inteiros, essa religião, na visão de Küng “é falsa e má”.

O critério ético geral defendido por Küng afirma que a religião é verdadeira e boa na medida em que é humana, não oprimindo e nem destruindo a humanidade, e sim, a protegendo e a promovendo.

3.2.2 Visão Crítica de Paul Ricoeur e Manfredo de Oliveira

O teólogo e filósofo protestante Paul Ricoeur⁴⁷, num diálogo com Hans Küng em Paris, publicado pela revista *SENS*⁴⁸, também fez uma crítica ao projeto de ética mundial ao afirmar no início do colóquio: “é com base numa cumplicidade profunda que sou mais sensível aos obstáculos, direi até que tenho certa resistência interior a este projeto” (SENS, 1998). A questão da violência é o primeiro embate a ser dialogado. Ricoeur fala da necessidade de uma *autocrítica* das religiões, que é preciso “saber por que esta tendência para a violência existe na própria religião e como fazer para purgá-la”. Küng, ao responder, cita o Islã como exemplo, evidenciando que a utilização da violência está presente não apenas no islamismo, mas também entre os cristãos fundamentalistas e conservadores que “desejam lançar guerras contra aqueles que não acreditam [...] é preciso empreender uma reflexão sobre as religiões, pois creio que todas as religiões têm páginas e páginas negras em suas histórias (SENS, 1998).

⁴⁷ Paul Ricoeur nasceu numa família protestante. Órfão de mãe, que morre pouco depois de seu nascimento, perdeu o pai na batalha de Marne, em 1915, e foi criado por sua tia. Em 1936, licenciado em filosofia, criou a revista *Être*, inspirada nos preceitos de Karl Barth, teólogo cristão suíço. Em 1939, servindo como oficial de reserva, Ricoeur foi preso pelos nazistas e enviado ao campo de Gross Born e depois a Arnswalde, na Pomerânia, atualmente Polónia. No pós-guerra foi acadêmico na Universidade da Sorbonne. Passou também pelas universidades de Louvain (Bélgica) e Yale (EUA), onde elaborou uma importante obra de filosofia política. Ricoeur participou em debates sobre linguística, psicanálise, o estruturalismo e a hermenêutica, com um interesse particular pelos textos sagrados do cristianismo. Ricoeur descreve assim, em 1991, suas raízes filosóficas: “Se reflito, dando um passo para trás de meio século [...], sobre as influências que reconheço ter sofrido, sou grato por ter sido desde o início solicitado por forças contrárias e fidelidades opostas: de uma parte, Gabriel Marcel, ao qual acrescento Emmanuel Mounier; de outra, Edmund Husserl”. Portanto, Ricoeur forma-se em contato com as ideias do existencialismo, do personalismo e da fenomenologia (WIKIPÉDIA. Paul Ricoeur. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Paul_Ric%C5%93ur>. Acesso em: 04 dez. 2017).

⁴⁸ Revista da AmitéJudéo-chrétienne de France. *SENS*. N. 5, P. 211-230, 1998. In CHARMET, Bruno. Diálogo entre Hans Küng e Paul Ricoeur em torno do manifesto para uma ética planetária. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/Conversa_Hans_Kung_Paul_Ricoeur_1996.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2017. A entrevista completa está anexada no final da dissertação.

Ricoeur continua suas colocações no diálogo divergindo sobre a questão de colocar os conteúdos dogmáticos entre parênteses e apenas falar do que as religiões possuem em comum, ao que Küng concorda em tese, mas acrescenta sua convicção dando exemplo do mandamento “não matarás” que pode ser um mandamento comum a todas as grandes religiões. Ricoeur enfatiza que o manifesto do Projeto de Ética Planetária “é muito abstrato” e conclui:

Abstrato não no sentido de ser racional, mas de estar separado de um fundo de convicções, que não cairá numa espécie de declaração fácil que consistiria em dizer que decidimos não levar e conta aquilo que nos separa, enquanto o verdadeiro problema é talvez compreender o que nos separa (SENS, 1998).

Küng refuta afirmando que “se tem oito mil pessoas que vão a Chicago, provenientes de todas as religiões, elas já conhecem as suas diferenças [...] a diferença é um fato, sabemos-lo e somos diferentes”. Os dois convergem quando relatam sobre a importância de que estas discussões não fiquem apenas no mundo intelectual, mas chegue a todas as realidades. Contudo, Ricoeur continua divergindo ao dizer que mais que uma declaração comum, se necessita de um “silêncio comum” (fundo místico do fundamental), ao que Küng complementa dizendo que há um “limite último” onde tanto um cristão como um budista sabe que “nunca compreenderá Deus”, esta realidade última que não é possível compreender.

Com a posição parecida a Paul Ricoeur, mas enaltecendo outras visões, o filósofo Manoel de Oliveira⁴⁹ ao ser entrevistado pela revista da Unisinos, descreve algumas críticas ao projeto de ética mundial, inicialmente convergindo ao afirmar que “a intuição básica que Hans Küng defende, em vários livros, de que a solução para os grandes problemas da humanidade implica um consenso ético mínimo é correta” (OLIVEIRA, 2007). Esta intuição, não é unicamente de Küng, mas também de outros autores que defendem a ideia de uma ética mínima para humanidade, como Jürgen Habermas e Karl-Otto Apel.

⁴⁹ Manoel Araújo de Oliveira, doutor em Filosofia, é professor titular da Universidade Federal do Ceará, atuando principalmente no campo da Ética. A referida entrevista que ele concedeu para a IHU On-Line, pessoalmente, durante o Congresso da Sociedade Brasileira de Teologia e Ciências da Religião – SOTER, realizado no mês de julho, em Belo Horizonte no ano de 2007.

Mas, Manfredo de Oliveira (2007), é contundente em sua crítica ao falar da dimensão política do projeto:

Uma coisa importante, no caso de Apel, que não está muito clara em Hans Küng, é que a ética em questão é necessariamente política, no sentido grego de política. Ou seja, não diz respeito apenas e nem em primeiro lugar a ações individuais, mas a princípios normativos para instituições políticas de outra ordem, a nível global. Ele sabe muito bem que os gregos diziam que a questão normativa tem sempre duas dimensões: a dimensão do indivíduo, que eles mesmos chamavam de ética, e a dimensão política, que é aquela que tem princípios normativos para as instituições. Dado que se compreende que a vida humana é fundamental para as instituições e essas fecham ou abrem espaço para a realização de direitos, que envolve a questão da realização da ética. Hans Küng deixa na penumbra este aspecto político, que parece ser importantíssimo (OLIVEIRA, 2007).

Esta questão levantada por Manfredo de Oliveira é apresentada no segundo preceito inamovível “por uma cultura de solidariedade e uma justa ordem econômica”, porém, pouco aprofundada, abordando mais a dimensão econômica. O filósofo continua suas colocações enfatizando a questão da religião, se reporta a Küng afirmando que “ele diz que só a religião é capaz de fundamentar o caráter incondicional das normas éticas, uma vez que elas se referem ao incondicionado, ou seja, Deus” (OLIVEIRA, 2007). Para o autor o problema está inteiramente neste raciocínio, pois Deus não é demonstrável racionalmente, mas fruto de uma opção livre nas diversas comunidades religiosas, sendo “Deus” puro objeto de crença.

3.3 DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO E A TEOLOGIA ECUMÊNICA E PLURALISTA

3.3.1 o *Ethos* e a teologia Ecumênica Crítica – Princípios de uma Teologia Pluralista

O diálogo entre as “grandes religiões” proposto por Hans Küng seria contemplado em uma nova teologia que respondesse aos desafios de um mundo pós-moderno, esta teologia foi inicialmente formulada pelo teólogo como “Teologia Ecumênica Crítica”⁵⁰, utilizando como método de interpretação a análise histórico-crítica. Na tentativa de responder aos novos apelos emergidos após o Concílio Vaticano II, Hans Küng questionou se “precisamos hoje de um novo paradigma ou existe outro modelo fundamental de teologia? para tentar responder

⁵⁰ O fundamento desta teologia foi apresentado por Hans Küng na segunda e terceira parte do livro *Teologia a caminho: Fundamentação para o diálogo ecumênico* (1999).

estas e outras interrogações, colaborou na realização do congresso ecumênico internacional, realizado em 1983 em Tübingen na Alemanha. Objetivando discutir teologia, a partir das mais diversas escolas teológicas, países e continentes com diferentes pontos de vistas possíveis⁵¹. As discussões em torno do conceito de “paradigma” se reduziram ao mínimo, quando este conceito é assumido de forma matizada na teologia. O centro de interesses deste congresso eram as grandes e profundas modificações na história da teologia e da igreja. Portanto, a palavra *mudança* era a melhor expressão para explicar um *novo paradigma*. Este termo para Küng (1999, p. 202) une amplitude e elasticidade numa notável amplitude e concretude, não sendo qualquer teoria, método, hermenêutica ou teologia que podem ser considerados paradigma, que em sua concepção se expressa como “toda uma constelação de convicções, valores técnicos e etc., compartilhados pelos membros de uma comunidade determinada” (Tomás S. Kuhn, *apud* Hans Küng, 1999, p. 202). Ainda ressaltou ao falar sobre o congresso que “o teólogo terá de se perguntar se o seu paradigma de teologia corresponde ao paradigma de seu tempo” (KÜNG, 1999, p. 203).

Os participantes do congresso apontaram que o diálogo entre as ciências e a teologia deve desenvolver-se em pé de igualdade, sendo que, nem a teologia tampouco pode ignorar os resultados das ciências como fizeram os teólogos neo-escolásticos e os fundamentalistas protestantes como os cientistas podem ignorar a importância da teologia para o mundo pós-moderno.

Hans Küng (1999, p. 238) reforçou que este congresso foi uma grande oportunidade de desenvolver o que ele intitulou “teologia ecumênica crítica”, não confessional, que inclui as grandes religiões do mundo e as ideologias modernas, com tolerância diante do extra-eclesial. Esta teologia se concretiza em quatro aspectos: Católica (continuamente preocupada com totalidade, a universalidade da igreja, e ao mesmo tempo, evangélica – em estrita referência à escritura, ao evangelho); Tradicional (sempre responsável pela história, e ao mesmo tempo, de acordo com a época, encarando seriamente os problemas do presente); Cristocêntrica (em todo o momento cristã, e ao mesmo tempo, ecumênica, aberta

⁵¹ Estiveram representantes da Universidade de Chicago (Stephen Toulmin, Martin Mary, Anne carr, David Tracy) Universidade de Tübingen (Jürgen Moltmann, Eberhard Jüngel, Norbert Greinacher, Rüdiger Bubner), J. B. Metz de Münster, Gregory Baum de Toronto, Leonardo Boff de Petrópolis, Jean-Pierre Jossua e Claude Geffré de Paris, Josef Blank de Saarbrücken, Edward Schillebeeckx de Nimega, Jonh Cobb de Claremont, Elisabeth Schüssler Fiorenza de Notre Dame, Mariasuai Dhavamony de Roma.

ao *ecumene*, a todo o mundo habitado, todas as igrejas, religiões e regiões); Teórico-científica (dedicada à doutrina e a verdade, ao mesmo tempo, prático-pastoral, preocupada com a vida, a renovação e a reforma).

Esta nova visão teológica pensada por Hans Küng a partir do congresso ecumênico internacional apresenta algumas lacunas: a primeira que ele dirige esta teologia as “grandes religiões”, e não a “todas as religiões”, embora apresente uma visão bastante ampla da teologia e trabalhe o conceito de paradigma em consonância com os aspectos que a define. A segunda, que ele poderia ter unido suas reflexões muito profundas e coerentes a corrente teológica que começara a se constituir após o Vaticano II, que defendia a teologia do pluralismo religioso ou teologia pluralista, que muito se assemelha e interage a teologia ecumênica crítica, estando conectada com os princípios do projeto de ética mundial, pois a mesma tem como base o diálogo entre as religiões e a preocupação com a defesa da dignidade humana e da vida. O respeito à diversidade e a pluralidade religiosa presente nas entrelinhas da declaração do projeto de ética mundial, se alinha a reflexão da teologia pluralista.

3.3.2 Teologia Pluralista: base e horizonte do projeto de ética mundial⁵²

Os princípios norteadores da *Teologia Ecumênica Crítica* pensada por Hans Küng interagem com os princípios de outra Teologia conhecida como *Teologia Pluralista* ou *Teologia do Pluralismo Religioso*. Estas Possuem o diálogo entre as diversas religiões e as relações ecumênicas como norteadores deste novo paradigma pluralista.

O processo de abertura ao pluralismo é um desafio que vem se tornando cada vez mais inevitável e constante para a teologia cristã. O teólogo Karl Rahner (1965, p. 534), em seu texto inaugural que reproduz uma conferência dada em Eichstätt (Baviera) em 1961, falava da necessidade de um “catolicismo aberto”, que pudesse se confrontar com o “imperativo do pluralismo religioso” (TEIXEIRA, 2007, p. 24). Rahner marca sua distância com respeito a uma “teologia do

⁵² Parte das discussões deste subitem foi publicada em um resumo expandido nos Anais do IX Congresso Nacional de Ensino Religioso I Congresso Latino Americano de Educação e Ciência(s) da(s) Religião (ões), na cidade de Natal, Rio grande do Norte. GT 11, com o tema: Teologia do Pluralismo Religioso: A configuração de um novo paradigma (2018, p. 313-320). Disponível em: <http://www.fonaper.com.br/noticias/510_> Acesso em: 01 de Nov. 2018. vide texto como Apêndice.

acabamento”, reduzindo as outras religiões a crenças naturais e apontava para a essencial percepção de “substanciais traços sobrenaturais da graça” no centro de cada uma delas. Assim, abre caminho para a compreensão da legitimidade das outras tradições religiosas.

Esta nova perspectiva não aconteceu unicamente no campo da teologia católico-romana, mas ocorria também no âmbito do protestantismo, entre teólogos como Wolfhart Pannenberg e Paul Tillich. Um pouco antes de sua morte, em conferência realizada em outubro de 1965 na universidade de Chicago (EUA), Paul Tillich se contrapunha à perspectiva da teologia dialética de Karl Barth e defendia corajosamente a presença reveladora e salvífica de Deus nas outras tradições religiosas. Ainda destacamos o Concílio Vaticano II (1962-1965) como “um primeiro passo de abertura para o reconhecimento do valor das outras tradições” (TEIXEIRA, 2007, p. 25).

O itinerário seguido pela teologia cristã, ao longo dos tempos, no seu esforço de compreender a relação do cristianismo com as outras religiões, segundo o teólogo Faustino Teixeira, pode-se sintetizar em três diferentes perspectivas, conhecidas como paradigmas: exclusivista, inclusivista e pluralista. Paradigmas estes presentes tanto no âmbito das igrejas católicas como no das igrejas protestantes.

A princípio nos deteremos sobre o conceito de “paradigma” provavelmente proveniente do mundo das ciências, acolhido na teologia e nas ciências religiosas. Paradigma seria “o modelo global, a pré-compreensão, ao qual se auto-organiza o conjunto” (VIGIL, 2007, p. 33). De fato, historicamente vivemos muitas mudanças de paradigmas, tanto na dimensão política, social, cultural e também religiosa.

O paradigma exclusivista no campo católico-romano apoiou-se pelo tradicional axioma “*extra ecclesiam nulla salus*” (fora da igreja não há salvação), que tem suas raízes no século III e se firma mais rigidamente a partir de Agostinho (354-430). Foram séculos de rigidez e fechamento que só deixou de ser empregado no Concílio Vaticano II. Porém, no campo protestante esta posição exclusivista acompanhou o movimento de gênese da teologia dialética em oposição à teologia liberal, onde Karl Barth (1886-1968) se configurou como um dos principais responsáveis por esta posição. Para ele, “a dinâmica da religião é ilusória, na medida em que envolve a refutação por parte do ser humano da

dinâmica gratuita da revelação, que não pode a seu ver, ser antecipada em hipótese alguma pelo humano” (BARTH, 1980, p. 45).

O paradigma inclusivista se apresenta diversificado em modelos diferenciados. Nesta perspectiva, aceita-se a atribuição positiva às religiões, sem conferir-lhe uma autonomia salvífica. Destacamos três posições presentes neste paradigma: *teoria do cumprimento* (reconhecidos os valores positivos das religiões, porém, são destinadas a encontrar seu “acabamento” no cristianismo); *operante presença do mistério de Jesus Cristo* (associada ao pensamento de Karl Rahner, as religiões deixam de ser vistas como simples expressões “naturais” de uma busca humana e passam a ser reconhecidas em sua dimensão sobrenatural; mas permanece, para ele, a constitutividade salvífica de Jesus Cristo) e o *pluralismo religioso inclusivo* (defendido por teólogos como Jacques Dupuis e Claude Geffré, reconhece e acolhe o pluralismo religioso de princípio, entendido como realidade que se insere positivamente no mistério de Deus, busca conciliar o “cristocentrismo inclusivo” com o “pluralismo teocêntrico”).

O paradigma pluralista envolve uma variedade de posicionamentos teológicos, defendido por John Hick, Paul Knitter e outros. Este paradigma apresenta como traço característico, segundo Faustino Teixeira, o reconhecimento das outras tradições religiosas como instâncias legítimas e autônomas de salvação, como religiões verdadeiras e não como um cristianismo diminuído. Para Hick, a hipótese pluralista é a que mais respeita a integridade das diferentes tradições religiosas que são percebidas como caminhos diferenciados de resposta ao real⁵³.

No âmbito deste novo paradigma torna-se problemático manter o discurso que o cristianismo é a única religião verdadeira ou mesmo Jesus Cristo como fator constitutivo da salvação universal. “Reconhecer o pluralismo como novo paradigma para as religiões significa recuperar o valor da pluralidade e da riqueza da diversidade, significa reconhecer que a diversidade é uma expressão da riqueza da experiência humana” (TEIXEIRA, 2007, p. 29). Pois, o momento atual exige outra perspectiva e sensibilidade, não temos mais espaço no momento do

⁵³ Este conceito de Real tem certa familiaridade com a concepção de “deidade” (*Gotheit*), de Mestre Eckhart, do “Deus” como ser transbordante, do Deus “para além de Deus”, do Deus em si, que é distinto do Deus nas criaturas, do Deus “livre de todos os nomes e despido de todas as formas” (MESTRE ECKHART, 2006, p. 50, 54 e 289).

pluralismo religioso para narrativas absolutizadoras e linguagens desclassificadoras:

Em nenhuma época as pessoas tiveram tanto senso das diferenças dos outros, do pluralismo das sociedades, das culturas e das religiões, bem como da relatividade que isto implica. Já não é possível postular a centralidade da cultura ocidental, a supremacia de sua perspectiva, o cristianismo como religião superior ou o Cristo como o centro absoluto em relação aos quais todas as demais mediações históricas são relativas (ROGER HAIGHT, apud TEIXEIRA, 2007, p. 26-27)

Percebemos que o pluralismo religioso é um fenômeno incontestável deste século XXI e traduz um dos mais fundamentais desafios para a teologia cristã, como afirma Faustino Teixeira:

Ela se vê provocada por uma radical reviravolta hermenêutica, no sentido de uma criativa reapropriação ou atualização da mensagem cristã, face à pluralidade insuperável dos misteriosos caminhos que levam à realidade última (TEIXEIRA, 2007, p. 27).

Esta reviravolta hermenêutica evidencia uma tarefa exigente e desafiante para o pluralismo religioso, porque quanto mais cresce o conhecimento das doutrinas e práticas das outras tradições religiosas, maior a instrumentação para o exercício da “reinterpretação criadora” das verdades que pontuam a singularidade cristã (GEFFRÉ, 2003, p. 367, *apud* TEIXEIRA, 2007, p. 27). Não há como desconectar dos efeitos que acompanham a tomada de consciência do pluralismo religioso, uma vez que é algo que provoca uma “nova e global hermenêutica da fé cristã”, uma hermenêutica aberta, regida pela arte da empatia. A compreensão da verdade religiosa também se enriquece em uma nova dinâmica processual: “uma verdade plural”.

A partir do Concílio Vaticano II (1962-1965), com a abertura da Igreja romana à liberdade religiosa, surge uma nova reflexão teológica que se configurou como “teologia das religiões”, pois rompeu com a teologia clássica da “salvação dos infiéis” e abriu caminhos inusitados na reflexão sobre o “significado do pluralismo religioso no plano de Deus”.

Para José Maria Vigil (2007, p. 33), a “teologia das religiões” nasceu como muitos costumam associar ao livro de H. R. Schlette, *Le religioni come tema della teologia*. Segundo Vigil, conceitua-se como “um gênero de teologia especificado pelo paradigma pluralista [...] É o novo paradigma a partir do qual se pode reescrever toda a teologia (VIGIL, 2007, p. 34).

A transformação que o novo paradigma pluralista desencadeia é integral, não afeta somente a teologia, mas a espiritualidade, a evangelização, a pastoral, o social e até o político. “Além de uma teologia do pluralismo religioso simplesmente setorial, prevê-se o surgimento da ‘teologia pluralista’ que não se limita a um tema ou setor, mas trata de reler todo o universo teológico, como conjunto e em cada um de seus ramos” (VIGIL, 2007, p. 35). Para isto, necessitará de uma interpretação pluralista da revelação que promova e conduza os processos humanos de maturação e autoconscientização da vivência religiosa dos povos, a renúncia à categoria de eleição. Para o teólogo Vigil: “eis uma tarefa teológica urgente e até civil, porque só religiões que superam sua autoconvicção de serem as eleitas poderão unir-se numa aliança de civilizações para empreender juntas a tarefa prática de salvar a humanidade e salvar o planeta” (VIGIL, 2007, p. 37). Destacamos que o avanço para uma Cristologia Pluralista só se consolidará quando uma epistemologia pluralista se firmar mais profundamente na consciência cultural da sociedade e a partir dela permear as religiões – processo que já está em curso e em muitos ambientes já está consumado.

A teologia pluralista, segundo José Maria Vigil (2007, p. 38), “admite que todas as religiões são fundamentalmente respostas válidas ao mistério divino, e que sua pluralidade não é má, mas corresponde ao desígnio de Deus”. O objetivo da missão pluralista não é converter os membros de outras religiões, uma vez que isto seria “proselitismo”, mas querer vê-los viver com autenticidade a religião na qual Deus os colocou. Esta missão não deseja somente ensinar mais também aprender os valores escondidos no mistério de cada cultura religiosa. Precisamos unir as religiões naquilo que seria sua urgência suprema atual:

Salvar a vida dos pobres e salvar a vida do planeta, e fazê-lo sobre a base ética da “regra de ouro”. Esta seria hoje a melhor expressão da teologia do pluralismo religioso e do diálogo inter-religioso (VIGIL, 2007, p. 39).

Esta expressão concreta baseada na regra de ouro “faze aos outros o que queres que façam a ti” já está unindo muitas lideranças religiosas em diversas partes do mundo, mas diante do surgimento de vários conflitos religiosos causados pela intolerância religiosa e pelo poder econômico necessita ser mais assumida efetivamente entre todas as religiões.

O paradigma pluralista da diversidade religiosa precisa ser visto como uma oportunidade, como afirma Paul F. Knitter (2007, p. 99): “aquilo que à

primeira vista parece um perigo muitas vezes revela-se como oportunidade”. Alguns temores e infelizes equívocos tem-se apresentado no que se refere ao paradigma pluralista das religiões como percebê-lo relativista. Os teólogos pluralistas procuram afirmar a pluralidade e a reciprocidade das religiões:

Ao reconhecer e afirmar a diversidade das tradições, os pluralistas não estão interessados em estabelecer a igualdade de todas as religiões ou a validade das doutrinas de cada religião, ao contrário, os pluralistas admitem e procuram entender a diversidade de religiões de forma a promover a reciprocidade das religiões [...] E de estabelecer relações que fomentem o bem-estar das religiões e do mundo (KNITTER, 2007, p. 100).

O diálogo é, portanto, a intenção primeira da teologia pluralista, para que se possam lançar os fundamentos de uma interação vivificante entre as religiões. O fundamento ou ponto de partida motivacional e criteriológico para uma teologia pluralista das religiões é “a convicção de que o diálogo entre as comunidades religiosas do mundo é necessário e ao mesmo tempo possível” (KNITTER, 2007, p. 100). Mas esta convicção de que o diálogo é necessário e possível, fundamenta-se em nossa experiência humana de um mundo cuja violência, corrupção e injustiças desenfreadas só podem ser resolvidas através de um *diálogo de civilizações* e não um *choque de civilizações*.

Se entendermos que o propósito primeiro do paradigma pluralista para a diversidade religiosa é promover o diálogo, podemos chegar à conclusão de que a missão de todas as tradições religiosas, movimentos e novas espiritualidades é favorecer a cultura do diálogo respeitoso e tolerante para com os outros, especialmente os “diferentes”.

A Teologia Pluralista de José Maria Vigil e a Teologia Ecumênica Crítica de Hans Küng se complementam em um processo de abertura e diálogo a diversidade de espiritualidades e instituições religiosas destes novos tempos. Estes dois teólogos católicos possuem um itinerário acadêmico e pastoral dedicado ao trabalho ecumênico, Vigil na América Latina e Küng na Europa. Ambas são espaços de concretude dos princípios de humanidade e reciprocidade, e dos preceitos inamovíveis da cultura do respeito à vida, da solidariedade, da verdade e da igualdade de gênero na declaração da ética mundial.

Os princípios éticos das religiões inspiraram e subsidiaram Hans Küng para criar e defender uma ética mundial para as religiões. Estes princípios

descritos na declaração de ética mundial também serviram de apoio para se pensar um projeto de espiritualidade para a humanidade, que possui o diálogo inter-religioso como base estruturante deste projeto. Hans Küng sempre enfatizou categoricamente que o projeto de ética mundial não pretende criar uma “religião universal” ou “religião mundial”, mas cada ser em sua experiência religiosa, ou não religiosa, tenha como orientação os princípios éticos como conduta moral e o diálogo como atitude humanitária.

Este terceiro momento da dissertação analisou alguns pontos da declaração que causaram controvérsias tanto entre os delegados do segundo parlamento como os que conheceram posteriormente o conteúdo da declaração. Embora de acordo com algumas críticas, concordo com as posições de Hans Küng que o projeto de ética mundial não é um projeto acabado, mais apresenta caminhos possíveis para a construção de uma sociedade pacífica, fundamentadas na experiência milenar das grandes tradições religiosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da presente pesquisa e a partir da leitura do projeto de ética mundial, esboçado e apresentado na *Declaração de Ética Mundial do Parlamento das Religiões Mundiais*, além de vários artigos, textos, revistas online e livros de Hans Küng e outros autores em relação ao mesmo Projeto, várias ideias foram lançadas no sentido de suscitar um debate acerca do tema do diálogo inter-religioso. Esta temática torna-se urgente e importante para a sociedade atual, que ainda se depara com cenários de perseguição e intolerância religiosa em quase todos os países do mundo.

Esta pesquisa se organizou em três capítulos, que metodologicamente elaborou uma análise histórica, descritiva-discursiva e crítica. Percorremos o itinerário com um método analítico nos três capítulos da dissertação. Iniciando o primeiro capítulo apresentando a trajetória de vida social, intelectual e religiosa de Hans Küng, destacamos os momentos mais significativos de sua vida como: acadêmico na universidade de Tübingen (Alemanha), coordenando a área de pesquisa sobre ecumenismo; convidado em eventos internacionais a fim de apresentar o projeto de ética mundial; teólogo perseguido que teve seus livros proibidos pela Santa Sé; intelectual reconhecido mundialmente pelas inúmeras obras publicadas referentes à crítica dogmática da Igreja, o projeto de ética mundial e temas polêmicos como economia e eutanásia. Seguimos com a conceituação da problemática do diálogo inter-religioso, apresentando a perspectiva do referencial teórico, o teólogo ecumênico Hans Küng sobre o tema. Procuramos agregar a reflexão outros autores com a justificativa da escolha pela terminologia *diálogo “inter-religioso”*. Expressão que segundo Faustino Teixeira significa “o diálogo entre todas as experiências religiosas” enquanto o ecumenismo se relaciona ao diálogo entre as experiências cristãs. Julgamos ser mais apropriada para esta reflexão, mesmo conhecendo outras usadas atualmente como diálogo ecumênico e diálogo inter-fé.

Continuamos o primeiro capítulo apresentando uma análise histórico-cronológica, privilegiando os acontecimentos que propiciaram o diálogo inter-religioso através de um recorte histórico entre os anos de 1983 a 1998. Destacamos o “antes” do Segundo Parlamento das Religiões Mundiais, em 1993, intitulado como preliminares do projeto de ética mundial, o “durante” o Segundo

Parlamento, em que o projeto de ética mundial torna-se conhecido através da Declaração (evento culminante dos eventos históricos destacados) e, finalmente, o “depois” do Parlamento, onde o Projeto foi pauta principal de discussão nos eventos de 1997 e 1998. Mencionamos os eventos com o desejo de demonstrar como o processo dialógico vivenciados pelos participantes contribuiu para aproximar os representantes das religiões e, desta forma, o diálogo foi se configurando e amenizando as distâncias, tornando possível o projeto de uma ética mundial das religiões.

Com o intuito de dar continuidade às propostas suscitadas pelo projeto de ética mundial e proporcionar às outras pessoas – representantes religiosos ou não – o acesso aos textos produtores da Declaração de Ética Mundial, o professor e teólogo ecumênico Hans Küng criou a *Weltethos Stiftung* (em português: *Fundação Ethos Mundial*), no ano de 1995, cujo processo foi descrito no primeiro capítulo. Esta fundação, vinculada à Universidade de Tübingen existe até hoje, com inúmeras iniciativas, fundações parceiras e projetos de cooperação em outros países. Inclusive, no Brasil, tivemos uma tentativa de parceria entre o Instituto Humanitas Unisinos (IHU), da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), o Centro de Cooperação Internacional Brasil-Alemanha (CCIBA-UFPR) e a Fundação Ética Mundial (*Stiftung Weltethos*, no alemão)⁵⁴.

No todo da declaração que apresentamos no segundo capítulo, precedido pela abordagem da pós-modernidade, globalização e universalização, seguida de uma análise crítica das tensões e conflitos que emergiram em relação ao projeto de ética mundial, concluímos que o mesmo não pretende assumir uma visão redentorista, uma vez que a declaração resultante do projeto pretende suscitar no leitor uma inquietação que o leve a questionar-se sobre o seu papel e a influência de suas ações no seu meio social. A ética não deve ser entendida simplesmente como um conceito abstrato. Ela só tem sentido se for incorporada à prática dos indivíduos, e se estes estiverem realmente dispostos a criticarem, questionarem, conhecerem e a se comprometer com as propostas de uma ética mundial. Portanto, o projeto não apresenta receitas prontas e caminhos mapeados, apenas sugere marcos norteadores a serem vivenciados pelos que

⁵⁴ Vide texto em anexo, intitulado Fundação Ética Mundial. Disponível em: <file:///C:/Users/lrmãs%20Calvarianas/Desktop/lili%20mestrado/MESTRADO%20LILI/fundação%20ética%20mundial%20no%20brasil%20parana.pdf>. Acesso em: 01 de Nov. 2018.

acreditam nos princípios do bem da humanidade e no poder na reciprocidade no cotidiano de suas vidas, alicerçados pelos mandamentos defendidos por Hans Küng como mandamentos do gênero humano: não matar, não roubar, não mentir e não fornicar.

Objetivando apresentar uma análise crítica sobre o projeto de ética mundial e alguns meios plausíveis de concretização dos princípios que constituíram a declaração, descrevemos o terceiro capítulo em três momentos. O primeiro analisando a dimensão espiritual do projeto apresentando como o diálogo inter-religioso pode ser o centro de uma nova espiritualidade, que não tem a intencionalidade de criar uma religião universal, mas de indicar um caminho de espiritualidade para o mundo, baseado não em dogmas ou preceitos religiosos rígidos, mas sim, na ética que existe em cada religião e principalmente nos pontos que ela tem em comum e que é possível dialogar. Seguimos no segundo momento com a reflexão de algumas visões críticas sobre o projeto trazendo a discussão questões sobre alguns pontos da declaração com Paul Ricoeur e Manfredo de Oliveira que dirigiram severas críticas a Hans Küng sobre a declaração. Em todas elas concordo com a visão de Küng, sobre a questão do preceito “não matar”, por mais que tenhamos muitos países em situação de guerra e muitos reportarem ao direito de autodefesa, o valor ético e humano da vida, é um direito inviolável, e mesmo na guerra todos lutam para sobreviver. Pode parecer demagógico o fato de se querer encontrar os “pontos comuns” das religiões, mas estou de acordo com Küng quando refuta Paul Ricoeur ao dizer que “todos sabemos que somos diferentes”, a diversidade é uma realidade que não podemos ignorar, estar a nossa volta e precisamos conviver pacificamente com ela. Porém também concordo com a crítica de Manfredo de Oliveira quando relata que “Deus” não é raciocínio lógico mais “puro objeto de crença”, embora a declaração do projeto tenha as religiões mundiais como protagonistas do processo, sabemos que, na realidade a transcendência é atingida pela fé e não pela razão. Concluímos o terceiro momento do capítulo elaborando uma análise crítica da relação existente entre a espiritualidade teologia ecumênica de Hans Küng e a teologia pluralista na visão de José Maria Vigil, percebemos que são teologias que se entrelaçam em suas primícias, pois, ambas se fundamentam no solo do diálogo respeitoso e tolerante das religiões. Hans Küng ao se referir ao *critério especificamente cristão* da teologia ecumênica crítica convida ao “caminho

da transformação criativa” que se baseia em uma motivação cristã em permanente disposição para aprender, sempre e continuamente modificar-nos em nosso caminho, deixando-nos moldar pelo que de novo aprendemos “de modo que a fé original, não seja destruída, mais enriquecida” (KÜNG, 1986, p. 13).

A ética pensada de acordo com o projeto supracitado ou não, e sendo ela subsidiária de pessoas com uma infinidade de limitações humanas, estará sempre cerceada pela incapacidade do ser humano de alcançar a perfeição. A crença na possível existência de uma ética global, tanto idealizada a partir de questões locais ou universais, continua sendo um aspecto de reflexão em processo de construção. A Declaração de Ética Mundial incorpora – como diz o próprio Hans Küng – um sopro de esperança que vem de encontro a uma visão fatalista de que nada pode ser feito em relação ao desenvolvimento de uma visão ética entre os povos e, menos ainda, em nome de um diálogo frutífero entre as religiões. Temos consciência de que a busca por respostas para as incontáveis questões relacionadas a este Projeto, nos dias de hoje, sofrem influências tanto de visões otimistas como pessimistas. Elas podem estar o tempo todo retardando ou acelerando as possibilidades do êxito de ações éticas que visem o entendimento e a colaboração. Conforme afirma Küng, os dois elementos confrontam-se na própria realidade humana, “mas apesar do uso da razão que então se desenvolveu, a besta que existe no ser humano continuou sendo realidade” (KÜNG, 2005, p. 104).

Quando se discrimina uma determinada crença sem conhecê-la, ou quando não há uma preocupação sincera de encarar esta outra religião sem pré-julgamentos, abre-se o caminho para o conflito, para a intolerância e o desrespeito, situações estas que tendem a retardar a criação de uma consciência ética e de diálogo entre as mesmas. Por conseguinte, quando avançamos em outro caminho, considerando aquilo que as religiões têm em comum e, principalmente, considerando que todas atuam conjuntamente a serviço do bem da humanidade, as possibilidades para o futuro ganham novas e positivas perspectivas. O projeto de ética mundial incorpora uma visão esperançosa, não utópica, corroborada por seu criador, que o mundo avança para o entendimento entre as religiões, o que trará consequências profícuas para diferentes povos e nações. Contudo, esta visão esperançosa, é de uma esperança crítica, pois sabemos que dificilmente atingirá todos os fieis das diversas religiões, porque a

conduta ética de muitos religiosos e não-religiosos também se depara com a conduta não-ética, egocêntrica e individualista de muitas pessoas independente da religião ou filosofia de vida que professam.

A perspectiva dialógica e de uma ética mundial se tornará possível quando percorremos um caminho de autocrítica e enquanto seres humanos, estarmos abertos para escutar as narrativas um do outro. Pois, só assim, será possível enxergar as diferenças como elementos a serem somados e não uma demonstração de fragmentação e fraqueza como muitas vezes ocorre. Esta compreensão da interdependência entre as pessoas nos ajuda a perceber que o ser humano é um ser relacional, que precisa dialogar para amadurecer suas convicções éticas e morais e, neste processo dialógico, tão importante como falar o que pensamos, é escutar o que o outro pensa.

Diante da problemática da pesquisa, o diálogo inter-religioso pode ou não ser pressuposto do projeto de ética mundial? Concluimos que sim. A experiência de encontros em eventos quer sejam eles internacionais, nacionais ou regionais sempre colaboram para uma aproximação respeitosa entre as religiões, ou pelo menos com os representantes que participam. Constatamos com a descrição dos acontecimentos citados no primeiro capítulo, que o diálogo entre as religiões, suscitado a partir dos mesmos, colaboraram para aprovação da declaração de ética mundial no segundo parlamento das religiões universais. O diálogo, porém, não só foi base, mas também possibilidade de encontrar meios, para que a ética mundial se tornasse não apenas discussão, mas vivência prática em cada religião que aderiu ou aderirá ao projeto.

Contudo, evidencio algumas lacunas, os princípios e os preceitos que fundamentam a declaração são insuficientes, os vejo como marco inicial possível, porém, que precisa ser mais aprofundado. A construção de uma ética mundial só se torna possível quando chega às bases, em poucos lugares do mundo se conhece o projeto, mesmo tendo sido assinado por duzentos delegados que proviam de vários lugares do mundo e representando muitas experiências religiosas. Questiono-me se realmente estes delegados se comprometeram em tornar o projeto realidade em suas bases ou se encontraram espaço para fazê-lo.

Pretendemos continuar a pesquisa sobre as temáticas do diálogo inter-religioso e ética mundial na dimensão educativa, econômica ou de estudo de casos práticos da vivência dos princípios dialógicos e éticos.

Esta dissertação não pretendeu descrever uma análise impositiva, homogênea ou universalista, que não leva em consideração as culturas e princípios religiosos de cada local ou expressão religiosa, mas ousou apresentar possíveis atitudes éticas, surgidas a partir dos delegados das religiões que participaram do Segundo Parlamento Mundial das Religiões e das próprias pesquisas científicas realizadas por Hans Küng em vários lugares do mundo. Estes preceitos do projeto de ética mundial, se compreendidos numa visão universal e não unilateral, poderão corroborar para um mundo mais pacífico, ético e humano, onde o diálogo inter-religioso não é apenas pressuposto, mas realidade e horizonte de um futuro melhor e promissor.

REFERÊNCIAS

- BARTH, Karl. *Dogmática Ecclesiale*. Bologna: EDB, 1980.
- BAUMAN, Zygmunt. *Ética Pós-Moderna*. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2003.
- BEGUOCI, Leandro. Entrevista da 2ª/Hans Küng – teólogo. FOLHA DE SÃO PAULO. 22 de outubro de 2007. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2210200715.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2018.
- BRAYBOOKE, Marcus. *Pilgrimage of Hope. One Hundred Years of global interfaith dialogue*. Nova Iorque, 1992, p. 7, *apud* HASSELMANN, Christel. *A Declaração sobre Ética Global de Chicago 1993*. *Concilium*, Petrópolis: Vozes, n. 302, p. 25-39, 2003.
- CRUZ, Eduardo R.; MORI, Geraldo de (orgs.). *Teologia e Ciência da Religião*. A caminho da maioria acadêmica no Brasil. São Paulo: Paulinas, Editora PUC Minas, 2011.
- DALAI LAMA. *Uma ética para o novo milênio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DUPUIS, Jacques. *Rumo a uma Teologia Cristã do Pluralismo Religioso*. São Paulo: Paulinas, 1999.
- DUPUIS, Jacques. *O cristianismo e as religiões*. São Paulo: Loyola, 2004.
- FREITAS, Aureo Nogueira de. *Ética Cristã e Diálogo: a criteriologia inter-religiosa de Hans Küng no projeto da ética mundial e suas incidências na vida cristã*. 2010. 244f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- FIORENZA, Francis Schüler. O desafio do pluralismo e da globalização a reflexão Ética. *Concilium*, Petrópolis: Vozes, v. 4, n. 289, p. 79-96, 2001.
- GEFFRÉ, Claude. *De Babel a Pentecostes: Ensaio de teologia inter-religiosa*. São Paulo: Paulus, 2016.
- GEFFRÉ, Claude. *O lugar das religiões no plano da salvação*, in: TEIXEIRA, Faustino,(org.) *o diálogo inter-religioso como afirmação da vida*. São Paulo, Paulinas, 1997.
- GONÇALVES, Paulo S. L. *Questões Contemporâneas de Teologia*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2011.
- HASSELMANN, Christel. *A Declaração sobre Ética Global de Chicago 1993*.

- HOCK, Klaus. *Introdução à ciência da religião*. São Paulo: Loyola, 2010.
- INTERACTION CONCIL. Disponível em: <<http://www.interactioncouncil.org/about-us>>. Acesso em 18. Nov. 2017.
- JOÃO PAULO II. *Discurso do Papa João Paulo II aos membros da Pontifícia Academia das Ciências Sociais*. *Concilium*, Petrópolis: Vozes, n. 302, p. 9-12. 2003.
- JOÃO PAULO II. Pontifício Consiglio per Dialogo interreligioso. *Il diálogo interreligioso nel magistero pontificio*. Vaticano: Editrice Vaticana, 1994.
- KLOPPENBURG, Boaventura (org.). *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1969.
- KNITTER, Paul F. *Un diálogo necesario entre de La Liberación y La Teologia del Pluralismo*. In: Asociación de teólogos y teólogas del Tercer mundo, por los muchos caminos de Dios. Quito: Centro Bíblico Verbo divino, 2003.
- KÜNG, Hans. Introdução: O debate sobre o conceito de religião. O cristianismo entre as religiões mundiais. *Concilium*, Petrópolis: Vozes, n. 203, p. 8, 1986.
- KÜNG, Hans. Empresas globalizadas e Ética Global. *Concilium*, Petrópolis: Vozes, v. 4, n. 289, p. 97-155, 2001.
- KÜNG, Hans. Projecto para uma ética mundial. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1990.
- KÜNG, Hans. *Teologia a caminho: Fundamentação para o diálogo ecumênico*. São Paulo: Paulinas, 1999.
- KÜNG, Hans. *Projeto de Ética Mundial*. Uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2003.
- KÜNG, Hans. *As religiões do mundo: Em busca de pontos comuns*. Campinas: Verus, 2004.
- KÜNG, Hans. *Para que um ethos mundial? Religião e ética em tempos de globalização*. São Paulo: Loyola, 2005.
- KÜNG, Hans. O islamismo rupturas históricas – desafios hodiernos. In: *Concilium*, Revista Internacional de Teologia. volume 313, Petrópolis, 2005.
- KÜNG, H.; MAURER, A. R. *La ética mundial entendida desde El cristianismo*. Madrid: Trotta, 2005.
- KÜNG, Hans; SCHIMIDT, Helmut. Uma Ética Mundial e Responsabilidades Globais: *Dois Declarações*. São Paulo: Loyola, 2001.

- KÜNG, Hans; GEBHARD, Günther and SCHLENSOG, Stephan. *Global Ethic, a Handbook: A Vision and its realisation*. Manuscrito.
- KÜNG, H.; MOLTMANN, J. Em busca de um *ethos* mundial das religiões. *Ética das grandes religiões e direitos humanos. Concilium*, Petrópolis: Vozes, n. 228, p. 113-134,1990.
- KUSCHEL, K. J.; MIETH, D. Igrejas e religiões a procura de valores universais. Em busca de valores universais. *Concilium*, Petrópolis: Vozes, n. 292, p. 10-12, 2001.
- LYOTARD, J. F. *Postmoderne. Zeichen eines kulturellen Wandels*. Hamburg: Rowohlt Taschenbuch, 1986.
- LUDMER, Juliana. *O Projeto de Ética Mundial de Hans Küng*. 2014. 92f. Monografia (Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- MESTRE ECKHART. *Sermões alemães*. Bragança Paulista: Edusf; Petrópolis: Vozes, 2006.
- MIRANDA, Jorge. *Direitos do homem*. Principais textos internacionais. 2. ed. Lisboa: Petrony, 1989.
- NISHIDA, Kitaro. *Ensaio sobre o bem*. Campinas: Phi, 2016.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de; O projeto de Ética Mundial de Hans Küng. *IHU – online – Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Edição 232, 20 de agosto de 2007. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/1233-manfredo-araujo-de-oliveira-1>>. Acesso em: 07 out. 2018.
- PANASIEWICZ, Roberlei. *Secularização: novos desafios*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012.
- PENA, Rodolfo F. Alves. “Fórum Social Mundial”; *Brasil Escola*. Disponível em:<<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/forum-social-mundial.htm>>. Acesso em: 12 de agosto de 2018.
- PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO. Congregação para a Evangelização dos Povos. *Diálogo e Anúncio*. Disponível em:<http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19051991_dialogue-and-proclamatio_po.html>. Acesso em: 01 dez. 2017
- RAISER, Konrad. Ordem mundial e ética global. *Concilium*, Petrópolis: Vozes, n. 302, p. 17-24, 2003.

- SANTA ANA, Júlio H. de. *Ecumenismo e libertação*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- SANCHEZ, Wagner Lopes. *Vaticano II e o diálogo inter-religioso*. São Paulo: Paulus, 2015.
- SENS. N. 5, P. 211-230, 1998. In CHARMET, Bruno. Diálogo entre Hans Küng e Paul Ricoeur em torno do manifesto para uma ética planetária. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/Conversa_Hans_Kung_Paul_Ricoeur_1996.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2017.
- SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zagar, 2006.
- SBARDELOTTO, Moisés. IHU e Fundação Ética Mundial: o desafio conjunto de responder à busca pela paz. *Unisinos IHU*. N. 279. 2008. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2269-ihu-e-fundacao-etica-mundial>>. Acesso em: 11 de nov. de 2017.
- TEIXEIRA, Faustino. *O diálogo inter-religioso na perspectiva do terceiro milênio. Convergência*. São Paulo: CRB, n. 325, p. 433-448, 1999.
- TEIXEIRA, Faustino. O pluralismo religioso como novo paradigma para as religiões. *Concilium, Vozes, Petrópolis*. n. 319, p. 32, 2007.
- TEIXEIRA, Faustino. Teologia e diálogo inter-religioso. *Revista Diálogos*, 2010. Disponível em: <<http://fteixeira-dialogos.blogspot.com.br/2010/04/teologia-e-dialogo-inter-religioso.html>>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- TEIXEIRA, Faustino. O pluralismo religioso como novo paradigma para as religiões. *Concilium, Vozes, Petrópolis*, n. 319, p. 24-32, 2007.
- TEIXEIRA, Faustino (org.). *A(s) ciência(s) da religião no Brasil: Afirmação de uma área acadêmica*. São Paulo: Paulinas, p. 297-322, 2001.
- TEIXEIRA, Faustino e DIAS, Zwinglio M. *Ecumenismo e diálogo inter-religioso. A arte do possível*. Aparecida: Santuário, 2008.
- TEOLOGIA CONTEMPORÂNEA. Disponível em: <<http://teologia-contemporanea.blogspot.com.br/2008/02/hans-kng-1928.html>> Acesso em: 14 abr. 2018.
- USARSKI, Frank (org.). *Constituintes da Ciência da Religião*. Cinco ensaios em prol de uma disciplina autônoma. São Paulo: Paulinas, 2006.
- VIGIL, José Maria. O paradigma pluralista; tarefas para a teologia. *Concilium, Vozes, Petrópolis*. n. 319, p. 34, 2007.

WIKIPÉDIA. *JH Oldam*. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/J._H._Oldham > Acesso em: 01 dez. 2017.)

WIKIPÉDIA. *Fórum Econômico Mundial*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/F%C3%B3rum_Econ%C3%B4mico_Mundial. Acesso: 15 nov. 2017.

WIKIPÉDIA; Parlamento Mundial de Religiões. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Parlamento_Mundial_de_Religi%C3%B5es>. Acesso em 13 jun. 2017.

WIKIPÉDIA. Conselho mundial de Igrejas. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Conselho_Mundial_de_Igrejas>. Acesso em: 09 set. de 2017.

WIKIPÉDIA. Declaração *Nostra aetate* sobre as relações da Igreja com as Religiões não cristãs, em *Compêndio do Vaticano II*, Petrópolis: Vozes, 1969. Art. 2/1582.

WIKIPÉDIA. Dominus Iesus – Do diálogo ao Anúncio. In: *REB*, Fasc. 240. Petrópolis: Vozes, p. 880-908, 2000.

WIKIPÉDIA. A necessidade de uma ética global: Oitava Assembleia Geral em Harare 1998. *Concilium*. Petrópolis: Vozes, n. 302, p. 13-16, 2003.

WIKIPÉDIA. CONGRESSO mundial de fé. *Diálogo para a vida espiritual*. Disponível em: <<http://WWW.wordfaiths.org/our-history/>>. Acesso em: 09 set. 2017.

WIKIPÉDIA. RELIGIONS for Peace. Disponível em: <<http://www.religionsforpeace.org/>>. Acesso em: 09 set. 2017.

WIKIPÉDIA. THE TEMPLE of Understanding. Disponível em: <<http://templeofunderstanding.org/who-we-are/history/written-history>>. Acesso em: 09 set. 2017.

ANEXO 1

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ **DECLARAÇÃO SOBRE OS LIVROS DO PROFESSOR HANS KÜNG⁵⁵**

A Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, cumprindo seu dever de promover e tutelar a doutrina da fé e dos costumes em toda a Igreja, submeteu a exame as duas obras do professor Hans Küng, *Die Kirche* (A Igreja) e *Unfehlbar? Eine Anfrage* (Infalível? Uma pergunta), que foram publicadas em diversas línguas. Em duas cartas, datadas respectivamente, de 6 de maio de 1971 e de 12 de julho de 1971, a Congregação comunicou o autor sobre as dificuldades que havia encontrado em suas opiniões e pediu-lhe que explicasse por escrito como estas opiniões não estariam em contradição com a doutrina católica. Em uma carta de 4 de julho de 1973, a Congregação ofereceu ao professor Küng uma nova oportunidade para que explicasse suas ideias em um diálogo. Finalmente, em carta de 4 de setembro de 1974, o professor Küng renunciou a esta oportunidade. Por outro lado, em suas respostas não provou que algumas opiniões suas sobre a Igreja não contradiziam a doutrina católica, mas continuou mantendo-as, inclusive depois da publicação da Declaração *Mysterium Ecclesiae*.

Portanto, para que não haja dúvidas sobre a doutrina que a Igreja católica professa, e para que não fique ofuscada de nenhum modo a fé dos fiéis, esta Sagrada Congregação, recordando a doutrina do Magistério da Igreja exposta na Declaração *Mysterium Ecclesiae*, declara:

Nas mencionadas obras do professor Hans Küng encontram-se algumas opiniões que, em grau diverso, opõem-se à doutrina da Igreja católica que deve ser professada por todos os fiéis. Assinalamos somente as seguintes, por sua maior importância, prescindindo, no momento, de um juízo sobre outras opiniões que o professor Küng defende.

A opinião que, pelo menos, põe em dúvida o próprio dogma da infalibilidade da Igreja, ou o reduz a uma certa indefectibilidade fundamental da Igreja na

⁵⁵ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ.
http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19750215_libri-kung_po.html. Acesso em: 09 set. 2018.

verdade, com a possibilidade de errar nas sentenças que o Magistério da Igreja ensina que devem ser mantidas de modo definitivo, contradiz a doutrina definida pelo Concílio Vaticano I e confirmada pelo Concílio Vaticano II.

Outro erro do professor Küng, que compromete gravemente a doutrina, concerne à sua opinião sobre o Magistério da Igreja. Na realidade, o autor não se atém ao conceito genuíno do Magistério autêntico, segundo o qual os Bispos da Igreja são “mestres autênticos, quer dizer, dotados da autoridade de Cristo, que pregam ao povo a eles confiado a fé que deve ser crida e praticada” (*Lumen gentium*, 25); pois “o ofício de interpretar autenticamente a palavra de Deus, escrita ou transmitida, foi confiado unicamente ao Magistério vivo da Igreja” (*Dei verbum*, 10).

Igualmente, a opinião sugerida pelo professor Küng no livro *Die Kirche (A Igreja)*, segundo a qual a Eucaristia pode ser consagrada validamente, ao menos em caso de necessidade, pelos batizados que não possuem a ordem sacerdotal, tampouco pode harmonizar-se com a Doutrina dos Concílios Lateranense IV e Vaticano II.

Assim, apesar da gravidade destas opiniões, dado que o mesmo autor, em sua carta de 4 de setembro, exclui poder harmonizar uma mínima parte de suas próprias opiniões com a doutrina do Magistério autêntico da Igreja, após um tempo adequado de profundo estudo, esta Sagrada Congregação, por mandato do Sumo Pontífice Paulo VI, admoesta prontamente o professor Hans Küng a não continuar ensinando tais opiniões e recorda-lhe que a autoridade eclesiástica confiou-lhe a faculdade de ensinar a sagrada teologia segundo o espírito da doutrina da Igreja, e não segundo opiniões que destroem esta doutrina ou colocam-na em dúvida.

Pede-se aos Bispos da Alemanha e daqueles lugares onde for particularmente necessário, sobretudo onde se sustentam as mencionadas opiniões nas faculdades de teologia, nos seminários e nos centros de formação católica ou sacerdotal, que procurem instruir os fiéis de modo adequado sobre a doutrina da Igreja, sobre a Declaração *Mysterium Ecclesiae* e sobre a presente Declaração.

Os sacerdotes, os pregadores do Evangelho, os professores e os catequistas têm por seu ofício, o dever de professar fielmente a doutrina da Igreja sobre estes pontos e de expô-la aos demais.

Finalmente, pede-se novamente aos teólogos que investiguem e exponham o mistério da Igreja e os demais mistérios da fé em obediência à mesma fé e em ordem à autêntica edificação da Igreja.

Esta Declaração, que conclui de momento a atuação da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé neste assunto, foi aprovada e mandada publicar pelo Papa Paulo VI em audiência concedida ao abaixo assinado, Prefeito da dita Congregação, em 14 de fevereiro de 1975.

Roma, na sede da S. Congregação para a Doutrina de Fé, 15 de fevereiro de 1975.

+ Franjo Card. Šeper,

Prefeito

+ Fr. Jérôme Hamer,

Arcebispo Titular de Lora

Secretário

* AAS 67 (1975), 203-204.

ANEXO 2

São Paulo, segunda-feira, 22 de outubro de 2007.

FOLHA DE S. PAULO

ENTREVISTA DA 2ª / HANS KÜNG – TEÓLOGO

Em visita ao Brasil, suíço defende métodos anticoncepcionais e fim do celibato

“A Igreja deve tornar a vida das pessoas mais fácil”

A IGREJA deve tornar a vida das pessoas mais fácil, e não mais difícil. Essa frase condensa as divergências entre dois dos maiores teólogos católicos do mundo, o suíço Hans Küng, 79, e o alemão Joseph Ratzinger, 80, o papa Bento 16 -para quem a Igreja deve ser uma comunidade, se preciso for, de poucos, mas de bons e fiéis.

Nesta entrevista, ele diz que proibir métodos anticoncepcionais é ser co-responsável por um eventual aborto e que o celibato de padres é algo medieval. Küng ainda critica a visita do papa ao Brasil, por impor sua força em estabelecer padrões de moral sexual.

LEANDRO BEGUOCI

ENVIADO ESPECIAL A SÃO LEOPOLDO (RS)

O teólogo chegou ao Brasil no sábado, quando concedeu esta entrevista exclusiva cujos principais trechos estão abaixo. Durante a semana, falará sobre seu tema predileto – a relação entre religiões e ética mundial- em sete conferências em seis cidades: São Leopoldo (RS), hoje, Porto Alegre e Curitiba, amanhã, Brasília na quarta e na quinta, quando irá à Câmara dos Deputados e deve se encontrar com o presidente Lula; ainda na quinta vai ao Rio e a Juiz de Fora (MG), na sexta.

Apesar do encontro cordial que teve com o papa em 2005, a relação entre Küng e a Igreja Católica ainda não é estável. Ele não falará em nenhuma PUC (Pontifícia Universidade Católica). Sua vinda é patrocinada, principalmente, pela

Universidade Federal do Paraná e pelo Instituto Humanitas da Unisinos, ligado aos jesuítas.

FOLHA – Uma das frases mais conhecidas do Sr. diz que só haverá paz no mundo quando houver paz entre as religiões. A humanidade precisa de religião para ter paz?

HANS KÜNG – Há muitos argumentos contra a religião. Um deles é que ela legitima e provoca guerras, preconceitos, violência. Por outro lado, as religiões também têm uma função positiva. João Paulo 2º foi contra a guerra no Iraque. Onde as religiões estiveram favoráveis à paz, propiciaram a paz. As religiões podem ser instrumentalizadas, assim como a música.

FOLHA – No início de seu pontificado, Bento 16 sugeriu que o islamismo é uma religião violenta.

KÜNG – Acho que ele sabe que cometeu um erro. Afinal, ele sempre se ocupou muito pouco do Islã, dedicou todo o seu tempo para estudar os teólogos católicos. Da mesma maneira que existe muita violência na história do Islã também existe na história do cristianismo. O papa aprendeu com o erro. Na visita à Turquia, visitou a mesquita Azul [a mais importante de Istambul], onde prestou seu respeito à religião islâmica.

FOLHA – Por que quem não tem religião deve se preocupar com isso?

KÜNG – Hoje, constatou-se que a religião é um fator político e que ignorá-la é um erro. Ela mobiliza milhões de pessoas. Condeno posições extremas.

Uma delas é a religiosidade agressiva. Ela condena a separação entre Estado e religião, como os islâmicos que procuram transformar todo o povo muçulmano em extremista e como os imperialistas da Igreja Católica Romana que querem fazer da Europa, no sentido de João Paulo 2º, um continente católico, como se todos os países devessem ser a Polônia.

Outra posição extrema é a excessivamente laicizante. Alguns franceses laicistas ainda não conseguiram digerir a Revolução Francesa. Essa é uma das posições tomadas no Parlamento Europeu por pessoas que se manifestaram contra a menção ao cristianismo como uma das raízes da Europa. A posição correta seria a que reconhece a importância da religião, mas não faz dela um fator de dominação.

FOLHA – O Sr. defende a ideia de uma ética mundial, válida para crentes das mais diversas religiões, além dos ateus. Essa tese tem receptividade no Vaticano?

KÜNG – O papa também quer o diálogo entre as religiões. Quando estivemos juntos, discutimos esse ponto. Algo concreto que se pode fazer, e isso o papa também deseja, é uma nova forma de associação das lideranças religiosas mundiais que poderiam juntas, afirmar princípios éticos comuns.

Essa é a ideia do projeto de ética mundial que defendo. O princípio básico de que você não deve fazer ao outro aquilo que não quer que ele lhe faça é comum a várias religiões e a muitas pessoas não-crentes.

Ainda há quatro princípios importantes. O primeiro é não matar, e isso não vale só para quando se discutem questões como a do aborto, mas também para as guerras, para as favelas do Rio e para a periferia de Berlim. O segundo é não mentir, o terceiro, não roubar, e o quarto, não abusar da sexualidade.

Não se vai resolver o problema da violência apenas com recursos policiais. Devemos mostrar esses princípios nas escolas, dizendo que eles não vêm de cima para oprimir os jovens, mas vêm para libertá-los.

FOLHA – Quando o papa esteve no Brasil em maio deste ano, ele não se reuniu com líderes das igrejas evangélicas pentecostais. Como construir esse consenso com religiões que se comportam como rivais?

KÜNG – Seria muito bom que o papa tivesse encontrado os líderes dessas religiões. Ele teria ouvido, muito provavelmente, quais são os pontos fracos da Igreja Católica, por que perdeu tantos fiéis. Como é que se pode pensar que não vão surgir várias comunidades menores quando, em São Paulo, há um padre para 200 mil pessoas?

Um fator que dificulta o surgimento de novos padres é exatamente essa lei medieval do celibato. A Igreja precisa repensar essas coisas. Quando se toma uma posição de que a missa precisa ser celebrada segundo os preceitos romanos, acaba sendo muito chato. Por outro lado, você tem cultos dos pentecostais que são muito mais animados na sua liturgia, com gestos, canções. Quando a gente simplesmente imita essa liturgia, não é bom. Mas aproveitar elementos é bom.

FOLHA – Muitos atribuem a perda de fiéis no Brasil à teologia da libertação, que teria se preocupado mais com a pobreza do que com a alma.

KÜNG – A teologia da libertação foi uma das primeiras que falou de uma participação popular na liturgia. Se houvesse tido mais espaço para ela na América Latina, provavelmente teríamos muito menos pentecostais.

Mas, desde o início, fui crítico em relação à predominância de elementos marxistas na teologia da libertação, em relação às ilusões de que se poderia ter uma grande revolução.

FOLHA – Quais são os maiores desafios da Igreja e deste papa?

KÜNG – O grande desafio da Igreja é não retroceder. O desafio do pontificado seria trazer novos impulsos para isso. Mas, até o momento, não aconteceu. Não se pode ignorar que nós, da Igreja Católica, estamos em meio a uma grande crise. Manifestações do papa, como foram feitas no Brasil, mostram simplesmente a fachada de uma Igreja que nas suas estruturas mais profundas está em uma situação muito difícil.

FOLHA – O que o Sr. tem em comum com Bento 16?

KÜNG – Nós dois sempre servimos à mesma comunidade de fé cristã e sempre buscamos um cristianismo autêntico.

A diferença se refere principalmente ao método. O papa defende o modelo romano como o único para todas as igrejas, seja na China ou na América Latina, o que, para mim, não é católico, no sentido de católico como algo universal. Minha opção é por um modelo pautado no Evangelho, no Novo Testamento, e isso possibilita muito mais o diálogo com as igrejas pentecostais e protestantes.

FOLHA – Há muitas católicas que fazem aborto. Que tipo de resposta a Igreja deveria dar a elas?

KÜNG – A solução não está nem em permitir tudo nem em reprovar tudo. Se o objetivo é evitar o aborto, o que é muito desejável, então seria preciso favorecer os métodos anticoncepcionais. Quem proíbe esses métodos é co-responsável pela existência de tantos abortos.

É tarefa da Igreja encontrar uma posição intermediária entre o tudo é permitido e o tudo é proibido, para trazer as pessoas para uma posição intermediária nas suas vidas. Esse caminho do meio seria, no caso de uma mulher que se vê diante da questão do aborto, tomar ela mesma a decisão. Depois, que ela não ficasse sofrendo problemas de consciência e de culpa, mas se visse satisfeita pela decisão. Mesmo segundo a teologia moral tradicional, uma

consciência que comete um erro está justificada. A Igreja deve tornar a vida das pessoas mais fácil, e não mais difícil.

FOLHA – E aos homossexuais?

KÜNG – Também há posições extremas, ambas erradas. Por um lado, seria um erro ignorar que existem propensões homossexuais. No que diz respeito à vida individual, não cabe à autoridade clerical decidir.

Outra posição extrema é a que transforma a homossexualidade em um motivo de propaganda ou de exibicionismo e, por isso, muitas manifestações homossexuais não contribuíram em nada para a visão mais correta desse tema justamente porque se mostram de uma maneira desavergonhada, que repercute mal na opinião pública.

FOLHA – Há espaço para o debate sobre esses temas dentro da Igreja?

KÜNG – A verdade última pertence apenas a Deus. É impossível para qualquer ser humano, desde o fiel mais simples até o papa, dispor integralmente da verdade. É claro que existem algumas verdades realmente válidas, como esses princípios éticos que valem como consenso para toda e qualquer pessoa. Agora, há várias maneiras para se aplicar uma verdade. É natural que haja controvérsias sobre isso na Igreja. No que diz respeito às verdades complexas, não poderia ser simplesmente resolvido por uma ditadura, mas no debate. Se o papa se pronuncia contra a ditadura do relativismo, também precisaria ter claro que muitas pessoas têm muito mais medo é de a ditadura do absolutismo, que muitas vezes vem de Roma.

FOLHA – Que tipo de relação o sr. tem com o papa?

KÜNG – Durante o pontificado de João Paulo 2º [1978-2005], tivemos uma relação muito tensa, ou nenhuma. Eu esperava muito que Ratzinger reagisse positivamente à carta que lhe enviei logo depois da sua eleição, pedindo uma conversa aberta, que João Paulo 2º jamais me concedeu. As nossas relações, hoje, estão muito mais distensionadas. Ele sabe que não abro mão de fazer críticas, mas posso fazê-las de maneira muito mais solidária. A posição dele é muito diferente da de seu antecessor. Mandeí o segundo volume das minhas memórias para Roma e recebi uma resposta muito amigável.

ANEXO 3

FUNDAÇÃO ÉTICA MUNDIAL

O Escritório da Fundação Ética Mundial no Brasil promove a pesquisa científico-religiosa dos fundamentos das religiões, em especial por meio da produção de publicações científicas voltadas ao entendimento intercultural, inter-religioso e interconfessional, além de atividades formativas e de encontro intercultural e inter-religioso, com o objetivo de fomentar um consenso básico entre as religiões sobre valores obrigatórios, parâmetros inamovíveis e atitudes pessoais básicas. O projeto internacional nasceu em Tübingen, na Alemanha, a partir da obra "Projeto de ética mundial", de 1990, de autoria do teólogo suíço Hans Küng, um dos mais renomados professores universitários da cena intelectual alemã. Existem diversos escritórios da Fundação espalhados pelo mundo: na Suíça, na República Tcheca, na Holanda, na Áustria, no México e na Colômbia. A base programática do trabalho da Fundação é a "Declaração sobre ética universal", assinada pelos membros do Parlamento das Religiões do Mundo, em 1993, em Chicago, Estados Unidos. O Escritório da Fundação Ética Mundial no Brasil é uma parceria entre o Instituto Humanitas Unisinos (IHU), da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), o Centro de Cooperação Internacional Brasil-Alemanha (CCIBA-UFPR) e a Fundação Ética Mundial (*Stiftung Weltethos*, no alemão).

Ações

A base programática do trabalho da Fundação é a Declaração sobre ética universal, assinada pelos membros do Parlamento das Religiões do Mundo, em 1993, em Chicago, Estados Unidos. A assinatura do documento por delegados e delegadas de todas as religiões e continentes do mundo foi uma das grandes conquistas da Fundação. Por meio da declaração, pela primeira vez na história, representantes de todas as religiões alcançaram um acordo sobre princípios para uma ética global e se comprometeram com quatro diretrizes irrevogáveis, que se concretizam por meio de:

- Compromisso com uma cultura da não-violência e do respeito à vida;

- Compromisso com uma cultura da solidariedade e uma ordem econômica justa;
- Compromisso com uma cultura da tolerância e uma vida de autenticidade;
- Compromisso com uma cultura da igualdade de direitos e do companheirismo entre homens e mulheres.

A redação da carta, elaborada por Hans Küng e pela equipe do Instituto de Pesquisa Ecumênica da Universidade de Tübingen, na Alemanha, deu-se com base em um processo inter-religioso de pesquisa e consulta. Com esse grande apoio internacional, a Fundação desenvolve as seguintes ações:

I. Realização e promoção de pesquisa intercultural e inter-religiosa: A Fundação de Ética Mundial promove a pesquisa científico-religiosa dos fundamentos das religiões, em especial por meio da produção e promoção de publicações científicas voltadas ao entendimento intercultural, inter-religioso e interconfessional.

II. Estímulo e realização de atividades formativas interculturais e inter-religiosas:

- Atividades docentes e conferências para divulgação dos resultados elaborados em pesquisas, especialmente as ideias de uma ética fundamental comum a todos os seres humanos em comunidades, universidades, escolas, associações, partidos, grupos de interesse de todo o tipo, nacionais e internacionais;

- Formação continuada para pessoas interessadas, por meio de congressos, conferências, seminários ou oficinas para aprofundar a temática de uma ética mundial;

- Ações de divulgação de uma ética mundial nos meios de comunicação.

III. Facilitar e apoiar o encontro intercultural e inter-religioso necessário para o trabalho de investigação e de formação:

- Estímulo e promoção de iniciativas sociais, políticas e culturais, voltadas ao entendimento dos povos;

- Promoção de encontros de pessoas de diferentes culturas e religiões (colóquios, viagens de estudo, congressos);

- Ampliação da rede de relações interculturais e inter-religiosas já existente para promover uma ética mundial;

- Facilitação do acesso a documentos-chave e à literatura básica na página eletrônica do Instituto Humanitas Unisinos e na página oficial da Fundação.

ANEXO 4

Diálogo entre Hans Küng e Paul Ricoeur em torno do Manifesto para uma ética planetária de Hans Küng

As religiões, a violência e a paz. Para uma ética planetária.

Arte, 5 de Abril de 1996. Emissão proposta pela divisão de programas documentais.

Redacção: Laurent Andres

Publicado em *Sens* (revista da Amitié judéo-chrétienne de France), nº 5, 1998, p. 211-230. Reproduzido aqui com a autorização da revista.

Todas as grandes religiões pregam o amor e a paz. E, contudo, neste fim de século e de milénio, do Próximo-Oriente a Cachemira e da África à Bósnia, combate-se em nome de Deus. Para Hans Küng, teólogo católico suíço de renome internacional, Diretor do Instituto de investigação ecumênica da Universidade de Tübingen (Alemanha), judeus, cristãos, muçulmanos, budistas e hindus devem entender-se. Neste sentido, a pesquisa de regras éticas comuns é vital para a paz e a sobrevivência da humanidade. Hans Küng está igualmente na origem da criação de um Parlamento das religiões do mundo que, em Setembro de 1993, tinha reunido, em Chicago, 8000 pessoas. Havia aí representantes de todas as religiões do mundo. Do seu encontro saiu um “manifesto para uma ética planetária” (1995) que é aqui discutido.

Paul Ricoeur, o grande filósofo francês de confissão protestante, interroga Hans Küng exprimindo o receio de que esse projeto de ética planetária não minimize as convicções pessoais íntimas e específicas de cada religião: “Não será o problema, mais do que reunir as convicções morais comuns, o indicar o caminho de cada religião para esse fundo comum?” (...) “Não seria esse trabalho de um grande ecumenismo como uma espécie de hospitalidade de convicção, onde seriam reconhecidas, não apenas a expressão comum na ética, mas também a diversidade dos caminhos para chegar a essa ética a partir de um fundo de convicções que é mais do que ético?”

Tal é objeto, entre outros, desse debate fundamental organizado pela ARTE, e que nós reproduzimos aqui integralmente. Agradecemos vivamente à direção do

canal ARTE por ter nos autorizado a reproduzir o conteúdo desta emissão [...] que remonta a Abril de 1996.

Bruno Charmet

Paul Ricoeur: Caro Hans Küng, é para mim um grande prazer, uma grande honra, poder discutir consigo este projeto de um *ethos* planetário. E quero dizer desde já com que disposição de espírito me encontro: é com base numa cumplicidade profunda que sou mais sensível aos obstáculos, direi até que tenho uma certa resistência interior a este projeto. Falarei rapidamente, partindo do que é mais visível para todo o mundo, para o público mundial, deste facto sólido que é as religiões terem inspirado guerras, e que no planeta se continua ainda a matar em nome de Deus. Não podemos afirmar, nós cristãos, você católico, eu protestante, que estamos indemnes, que estamos a salvo dessa grande infelicidade e dessa grande violência. Há ainda na Europa lugares onde se mata em nome de Deus. Crê que esse obstáculo possa ser transposto, ao mesmo tempo, por cristãos, mas igualmente por outras religiões?

Hans Küng: Sim, caro Paul Ricoeur, estou muito contente que estejamos aqui, em Paris, para discutir de forma muito aberta estas questões. Não creio que haja verdadeiras divergências de opiniões entre mim e você sobretudo se vemos as dificuldades, que são consideráveis, os obstáculos que se opõem a este género de projeto que consiste em construir uma ética planetária. Mas acredito que é preciso começar por dizer que hoje ainda as religiões podem inspirar guerras, que elas podem legitimá-las, por vezes até provocá-las. É um facto triste, certamente, mas é preciso dizê-lo. Isso acontece na Irlanda do Norte, no Médio Oriente, na Jugoslávia. Podemos adotar aqui duas posições. Podemos conformar-nos, ou então, é o meu ponto de vista pessoal, podemos defender que não haverá paz duradoura entre as nações, nem na Irlanda do Norte, nem na Jugoslávia, nem no Médio Oriente, enquanto não houver paz entre as religiões. A paz entre as religiões é uma das componentes determinantes para que se possa atingir a paz completa nessas regiões.

Paul Ricoeur: Mas nesse caso, precisamente, não será forçoso reconhecer a tendência atual para a violência no interior de uma convicção religiosa? E, neste sentido, o preço a pagar é por isso enorme para cada confissão, e em primeiro lugar para a nossa; uma espécie de autocrítica deve ser feita. É preciso antes de

mais saber porque esta tendência para a violência existe na própria religião e como nós podemos purgá-la, digamos assim, do próprio interior dessa religião.

Hans Küng: Sim, de facto, é isso mesmo. Citamos muitas vezes o Islão, a título de exemplo. A utilização da violência emana justamente das religiões, mas eu penso que há outras religiões igualmente onde a violência pode ser chamada a intervir. Nós somos cristãos e somos muito exclusivos, somos dogmáticos. Há muitos cristãos que são fundamentalistas e que gostariam de lançar já aqui uma guerra contra aqueles que não acreditam, contra os agnósticos, contra os ateus, e esta guerra poderia, ela também, chegar a atos de violência. É preciso então empreender uma reflexão sobre a sua religião, e creio que toda a tradição religiosa tem páginas e páginas negras na sua história. Na Bíblia hebraica há guerras que são feitas em nome de Deus, são guerras muito cruéis. Há igualmente, no Novo Testamento, histórias que são muito negativas, os descrentes são condenados. No Corão também há declarações semelhantes.

Paul Ricoeur: Penso, por outro lado, que essa autocrítica deveria partir disto: que é do próprio fundo de uma convicção forte que há o perigo da violência.

Hans Küng: Acredito que são sobretudo as religiões monoteístas, as religiões proféticas, tais como o Judaísmo, o Cristianismo ou o Islão, que tem ainda mais tendência a serem exclusivas, agressivas, mais, por exemplo, que o Hinduísmo que integra ou absorve mais. Creio também que o Budismo é mais tolerante. Mas é um facto. Em todas as religiões há lutas. Há lutas em Caxemira entre os muçulmanos e os hindus, há lutas entre os sikhs e os hindus, há lutas no Sri Lanka entre os budistas, os cingaleses que são budistas e os tamul que são hindus. Os representantes das religiões dizem muitas vezes: sim, mas sabem, isso não tem a ver com a religião. Mas é falso. Está ligado à religião. Pensa-o também, não é?

Paul Ricoeur: Acredito que é isso que devemos dizer com energia, porque seria uma fuga demasiado fácil dizer: não é a religião, servimo-nos da religião para, etc. É através do próprio apego das religiões à sua missão profunda de dizer uma Palavra que as ultrapassa, nessa mesma missão de propagar uma Palavra que as ultrapassa, que pode haver uma pretensão em dominar os outros, a impor a sua força. Como purificar então essa convicção da força de uma Palavra que nos precede, da tendência a impô-la pela violência? É para mim o problema da auto-purificação, da purificação interna das religiões. A minha

questão seria neste caso a seguinte: como é que do fundo da minha própria convicção, posso eu reconhecer que existe qualquer coisa que não é dito na minha religião e que talvez é dito numa outra? É o problema do relativismo. Farei uma comparação. Direi que uma herança religiosa é como uma língua na qual crescemos, e esta língua, certamente, praticamo-la com conhecimento de outras línguas, mas justamente o que é dito noutras línguas, é uma língua estrangeira. Como receber então, como num exercício de tradução, por assim dizer, a mensagem dos outros, numa espécie de hospitalidade linguística, esta verdade dos outros que talvez não seja dita na minha língua?

Hans Küng: Creio que se eu estou certo de mim, se não tenho medo da verdade, se estou de facto enraizado na minha própria fé, então estarei igualmente pronto para estar aberto às outras e a estimá-las. Com efeito, empreendi numerosos diálogos com os muçulmanos, com os judeus, com homens que provieram de todas as tendências religiosas. Constatei sempre que quando dizia abertamente que os abordava enquanto cristão convicto, mas que gostava de os compreender melhor, tínhamos uma boa base. Com efeito, muitas vezes, aqueles que são mais agressivos em matéria religiosa, são aqueles que não estão muito seguros da sua fé. Nós temos numerosos católicos conservadores, protestantes fundamentalistas que se tornam de repente nervosos desde que se lhes diz uma simples palavra, do género: oh! Atenção. Nesse mesmo instante, sentem-se ameaçados na sua própria crença. Mas eu não me sinto de todo ameaçado na minha crença, e posso perfeitamente discutir com um judeu enraizado na sua religião, ou com um muçulmano enraizado na sua fé.

Paul Ricoeur: Mas isso supõe um nível de cultura muito elevado, porque é preciso viver, se o posso dizer, em dois planos ao mesmo tempo, o da própria convicção: acredito pessoalmente como você que há na mensagem cristã da Encarnação, da Cruz, da proclamação da Ressurreição, qualquer coisa de absolutamente específico e, ao mesmo tempo, conservando fortemente essa mensagem específica, posso afirmar que há qualquer coisa de mais fundamental que é talvez dito para lá dela mas que não é dito completamente e que esta coisa fundamental circula de algum modo entre os interlocutores. Chegamos agora ao aspeto ético deste assunto fundamental, porque talvez, de uma certa forma, esta coisa fundamental seja ética. Como viver a minha convicção em dois níveis simultâneos, como compreender que há uma espécie de segundo plano, um pano

de fundo que não é dito e que eu pressinto por alguns momentos em encontros, direi, graciosos com os outros: ah! Mas isso é dito, por exemplo, na compaixão budista. O budista, como você disse na sua obra, é muito firme nisto: não falamos de um Deus pessoal, mas falamos da compaixão. Posso dizer então, um pouco nos limites da minha mensagem, que há qualquer coisa que deve ser reforçada pela mensagem do outro? Por exemplo, o Sermão da Montanha, com este elemento de impassibilidade que é muito difícil, aliás, de assumir na vida quotidiana, esta impassibilidade é talvez dita com ainda mais força no desprendimento budista e na compaixão budista.

Hans Küng: É efetivamente uma questão muito difícil. Penso que se pode distinguir dois níveis de resposta. Existem, por um lado, as questões que estão especificamente ligadas à fé, ao dogma, teorias muito específicas, por outro lado, o nível da prática, do comportamento concreto, com as questões tais como esta: como é que eu me posiciono em relação ao meu próximo? São duas questões diferentes. Eu próprio, comecei com as questões que tocam a fé, o diálogo e é verdade, é preciso fazer tentativas, não posso elaborar coisas de forma puramente teórica. Creio que é preciso falar com os outros. Damo-nos então conta de que há um certo número de convergências. Por exemplo, com o budismo. Este último rejeita o conceito de Deus, mas tem ao mesmo tempo uma concepção da verdade derradeira, uma concepção do Nirvana que está muito estritamente ligada ao que nós entendemos por Deus, um conceito de Damakaia. Seria difícil entrar no detalhe agora, mas nas questões da crença penso, apesar de tudo, que há uma convergência que poderíamos encorajar. No entanto, esta é apenas uma faceta da resposta, porque de acordo com a minha experiência neste diálogo, é muito mais fácil falar de comportamento concreto, de mandamento. Se encontrar um budista e lhe colocar a questão: aplica-se para si igualmente os mandamentos “Tu não mentirás, tu não matarás, tu não roubarás”, o budista dirá: sim, é igualmente a nossa concepção. Refleti durante muito tempo para saber como se podia fixar um consenso. No diálogo, vi que havia certas linhas diretrizes que existiam em nós, cristãos, nos judeus encontravam-se no Decálogo, e encontraremos também esses mandamentos de ética no Corão, nas religiões asiáticas. De que se trata? É preciso fazer abstração do facto de que no domínio teórico, da fé ou do dogma, existem muitas divergências, até conflitos. Uma convicção deve então guiar-nos: devemos viver em conjunto, pensar em todas as

experiências que vivemos, conhecer todas as pessoas que vêm de outras religiões e pensar que podemos dialogar perfeitamente com elas, bem melhor do que com uma pessoa reacionária na nossa própria religião.

Paul Ricoeur: Vejo nesse caso uma dificuldade que seria a de dizer nesse momento: eh lá! Vamos colocar mesmo os conteúdos das nossas religiões a que chamamos dogmáticos entre parênteses e depois vamos falar do que temos em comum. Mas então, será que não desembocaremos numa espécie de moral comum que pode perfeitamente dispensar o apoio, o enquadramento religioso, teológico, daquilo que faz com que os mandamentos “Não matarás, não mentirás” e todo esse respeito profundo pela pessoa do outro, pela sua dignidade, possa estar enraizado a cada momento numa crença religiosa específica? É o cerne do religioso e da ética que está aqui em questão, porque para o cristão dizer “Tu não matarás”, é fundamentalmente reconhecer a especificidade do sacrifício de Cristo, dado que ele é precisamente a vítima. Penso no dito de Pascal: “Por Ti derramei muitas gotas do meu sangue”. Aqui, é um dito cristão que diz “Tu não matarás”, na linguagem do cristianismo. Então, será que deveremos colocar de alguma forma entre parênteses o suporte, o acompanhamento e se assim posso dizer, a energia fundadora do religioso? E se o despojamos, não ficaremos com uma espécie de moral pobre?

Hans Küng: Sim, mas então não pensa que um judeu, que não crê em Jesus Cristo, possa dizê-lo também. Nós temos este mandamento “Não matarás” e retomá-lo da religião judia. Porque, de facto, “Não assassinarás”, pode um judeu dizê-lo igualmente e mesmo um muçulmano o aceitará. Não podemos assassinar um inocente. Muitos muçulmanos protestam hoje contra o facto desses indivíduos que perpetraram os atentados em Jerusalém ou Tel Aviv se referirem ao Islão. Essas regras não são simplesmente regras cristãs que fomos buscar ao Sermão da Montanha ou às palavras de Jesus Cristo. Irei mais longe: você é também um admirador das Luzes e no mundo católico criticaram-no por isso. Um agnóstico, um ateu, podem perfeitamente fazer suas essas formas da ética humana, este *ethos* humano. Acredito por isso que é preciso fazer uma distinção, por um lado, entre a norma enquanto tal, o “ Não matarás” e, por outro lado, a razão que funda esse preceito. Um cristão poderá fundir isso com o Novo Testamento, um judeu com a Tora, um muçulmano com o Corão. E depois um agnóstico que vive na Polónia, por exemplo, que tem um passado de educação do Partido único ou um

outro qualquer da antiga RDA poderão motivar isso mesmo de modo estritamente humano. É preciso então fazer uma distinção entre, por um lado, o dito, o mandamento, a norma e depois as razões dessa mesma norma, por outro lado.

Paul Ricoeur: Nesta medida, a própria ideia de uma Declaração assentará precisamente sobre esses pontos de acordo, mas pergunto: será que eles não serão, neste caso, completamente despojados de força de arrebatamento e empregaria ainda uma outra palavra, de uma espécie da aprovação fundamental que cada crente de cada confissão encontrará na estrutura profunda da sua religião? Compreendo que você chegue a esta afirmação: “Não matarás, não mentirás”, precisamente enquadrada e diria mesmo reforçada pela convicção de que não é uma palavra que inventamos, mas uma palavra que nos é confiada porque vem de mais longe que nós.

Hans Küng: É preciso que possamos viver em conjunto, e esta experiência não diz respeito unicamente ao mandamento: “ Não matarás”. Queria aqui falar do nosso “Manifesto para uma ética planetária”. Emanado do Parlamento das religiões do mundo, reunido em Chicago em 1993. Estiveram lá representantes de todas as religiões do mundo. Todos esses indivíduos devem poder dialogar. Esse Documento, esse Manifesto que se pronuncia em prol de uma ética planetária, foi assinado pelo Dalaï Lama, que, contudo, não reconhece qualquer Deus, pelo arcebispo de Chicago, por rabinos, por intelectuais muçulmanos, e todas essas pessoas têm uma outra supra ética uma outra motivação. O que me interessa, não são tanto as motivações de uma pessoa humana, mas que os indivíduos possam aceitar viver em conjunto, porque as bases que são lançadas aqui são ainda muito elementares. Cada pessoa humana é o primeiro princípio, deve ser tratada de forma humana. O segundo princípio reside no mandamento seguinte, “não faças ao teu próximo o que não gostarias que te fizessem”. Esse princípio existia já em Confúcio, quinhentos anos antes de Cristo, igualmente no rabino Hillel que viveu alguns decênios antes de Cristo. Enquanto cristão estou inteiramente convencido de que a regra de ouro pode ser ainda melhor justificada para mim, se eu me referir a Jesus Cristo que teve um compromisso completamente diferente até à sua morte por esse mandamento, mas não posso contar com o facto de o judeu compreender isso ou o muçulmano, porque eles vêem-no de forma diversa. Mas há mesmo assim a regra de ouro.

Paul Ricoeur: Ao querer a todo o custo que esse Manifesto não seja abstrato, retorno novamente a esse termo abstrato, abstrato não no sentido de ser racional, mas de estar separado de um fundo de convicções, será que não cairemos numa espécie de Declaração fácil que consistiria em dizer que decidimos não levar em conta aquilo que nos separa, enquanto o verdadeiro problema é talvez compreender o que nos separa conseguindo antes dizer, através de um trabalho sobre si mesmo, de um trabalho em imaginação e em simpatia: podemos chegar a esta mesma regra partindo de um ponto de vista, de um outro enraizamento no fundamental. Volto a esta expressão de fundamental, a esta espécie de excesso que há numa convicção, a essa qualquer coisa que eu suspeitaria que não pode ser posta numa Declaração. No seu livro, emprega por vezes a expressão de “realidade fundamental”. O termo é muito abstrato, é sobretudo da filosofia, não é mais da religião, é abstrato no mau sentido da palavra, no sentido conceptual, racionalista. Não será preciso recolocá-lo na dinâmica profunda da convicção para que ele recupere a sua forma de arrebatamento, de aprovação, tendo, ao mesmo tempo, o sentimento da anterioridade da Palavra, da superioridade da Palavra que me conduz e que faz com que eu diga, não fui eu que coloquei esta regra; ela foi-me confiada de algum modo. Regresso, portanto, à minha questão: o problema não será antes o seguinte: mais do que reunir as convicções morais comuns há que indicar o caminho de cada religião para esse fundo comum?

Hans Küng: Isto é já a condição. Se tem oito mil pessoas que vão a Chicago, provenientes de todas as religiões, elas já conhecem as suas diferenças, isso vê-se logo nos seus hábitos, nos seus comportamentos, em diferentes aspetos. A diferença é um facto. Sabemo-lo, somos diferentes. Um judeu sabe que é diferente de um cristão, um cristão sabe que é diferente de um judeu. Aceitamo-lo como ponto de partida. Mas se eu estou na Palestina ou na Bósnia, se eu estou em Sarajevo, é preciso apesar disso que eles todos, os judeus, os cristãos, os muçulmanos possam coabitar. Não é preciso falar de forma contínua das nossas diferenças. É preciso que consigamos dialogar e colocarmo-nos de acordo sobre certos pontos fundamentais. É, também me parece, a sua experiência pessoal. Por vezes, encontramos-nos de facto de acordo com um rabino que pensa a mesma coisa que eu, ou um intelectual muçulmano. Penso que é muito importante constatar que se queremos ter a paz, por exemplo,

na ex-Jugoslávia, é preciso igualmente que haja nessa região a paz nos seus espíritos e não unicamente nas decisões políticos que assinaram o seu tratado, porque não se trata apenas de uma paz entre os povos, é necessário que haja paz nos seus espíritos, nos seus corações, e para isso é preciso que exista um mínimo de regra de vida comum. A nossa Declaração não é de todo abstrata, ela é bem concreta. Se está a referir-se, por exemplo, ao que dissemos quanto à obrigação de não-violência, quer em Sarajevo ou em Jerusalém, trata-se de cada vez de uma situação diferente. Não deverão as diferentes religiões e os seus representantes comprometer-se? Por que razão compreendemos tão pouco os bispos croatas, os metropolitas ortodoxos, que deveriam ressaltar esses pontos em comum? A mesma coisa vale igualmente para os outros. Por que razão compreendemos tão pouco os muçulmanos, os representantes judeus, as autoridade cristãs em Jerusalém? Aqui, as religiões são chamadas a enfatizar os seus próprios princípios que muitas vezes são princípios comuns no que diz respeito à ética.

Paul Ricoeur: Aceitaria dizer que temos de trabalhar em múltiplos níveis? Temos de trabalhar a um nível, direi, de proclamação popular onde, efetivamente, é preciso separar as pessoas da estreiteza das suas convicções, dos seus fundamentalismos que lhes fazem dizer: eu vivo na minha confissão tal convicção e ela é hostil a todas as outras coisas, etc. Mas da mesma forma, nós intelectuais, nas nossas próprias confissões, dirigindo-nos aos nossos colegas com a mesma índole, com a mesma formação, no Islão, nas outras religiões, temos de fazer esse trabalho de vaivém entre a expressão mais simples desses mandamentos e, ao mesmo tempo, a extrema dificuldade em vivê-los com profundidade na convicção. Poderíamos ter uma excelente discussão a propósito da não-violência, porque é certo que a não-violência não está inscrita da mesma forma no budismo e nos diferentes monoteísmos. Você mesmo notou, nessa Declaração que havia uma grande dificuldade em encontrar até o vocabulário comum. Podemos colocar-nos de acordo contra o assassinato, mas subsiste a questão do socorro à pessoa em perigo, o dever de servir a sua própria nação quando ela é atacada. São questões fronteiriças que são de longe as mais difíceis. Direi: é preciso assumir a dificuldade do que assumir a facilidade. Retomarei de bom grado a expressão de Karl Jaspers, isto é, o “combate amoroso”, “*lieber der Kampf*”, e não

uma espécie de convivência fácil. É preciso tornar difícil essa Declaração comum, é o preço a pagar em convicções por Declaração comum.

Hans Küng: Antes de mais, não é necessário pagar um preço particular se temos regras sobre as quais podemos colocar-nos de acordo. Hoje, não podemos viver numa escola sem regra comum. Em Paris, na Alemanha e na Suíça, em certas escolas, 50% das crianças são muçulmanas. Como deverão elas viver em conjunto? É preciso que também a esse nível haja uma espécie de consenso. Nós fazemo-lo na Alemanha. Temos neste momento, por exemplo, um concurso entre escolas, entre professores, sobre o tema: “como podemos ensinar melhor estas regras aos estudantes?” Temos atualmente cada vez mais adolescentes assassinados. Recentemente, em Liverpool, duas crianças de dez anos assassinaram uma criança de dois anos. É necessário apesar disso que, cedo ou tarde, se ensine a estas crianças: “Tu não matarás” e, se as religiões não se unem, se não há ninguém para transmitir estas grandes normas da vida, não é caso para nos espantarmos que a taxa de criminalidade aumente precisamente no caso dos jovens. Nos Estados- Unidos, há quase cinco mil adolescentes mortos por balas todos os anos. É uma missão verdadeiramente incrível que é preciso enfrentar. O que fazemos entre nós, entre intelectuais, escrevemos volumosos livros, é bom, mas na prática creio que há missões muito mais importantes. Eu sei que esse Manifesto constituiu o objeto de uma discussão em Sarajevo de forma a estabelecer uma base para saber como os muçulmanos, os judeus e os cristãos podiam colaborar. Certamente, do ponto de vista intelectual, é muito modesto mas, mesmo assim, colocar-se de acordo sobre o facto de que não podemos roubar seja o que for e sobre muitos outros aspetos que constituem os detalhes muito concretos, constituem um avanço. Existe o mandamento: “ Não matarás”, mas não há senão isso. Trata-se para mim desses problemas quotidianos concretos, a esse nível. E depois, há um outro nível, o nível dos intelectuais, realizamo-lo, discutimos em conjunto, você e eu e aí é preciso um outro estilo.

Paul Ricoeur: Sim, é outra coisa, mas é outra coisa essencial, se precisamente levamos a sério o facto religioso. Retomo a comparação com as línguas que esbocei há pouco. É um facto espantoso, e aliás perturbador, que a linguagem não exista em lado algum como uma língua universal e que haja línguas. O problema é então a “*Verschiedenheit der Sprachen*” (“A multiplicidade das línguas”). É inevitável, portanto, viver nesta multiplicidade das línguas. Veja o

fracasso do esperanto. Não podemos falar o esperanto. Não podemos mais conservar-nos ao nível de uma sociologia comparativa das religiões, e dizer de alguma forma: eu olho as religiões de cima, estou acima de todos e vejo que há qualquer coisa de semelhante aqui, qualquer coisa de semelhante ali e diferenças. É do próprio interior da história, como é igualmente do próprio interior de uma língua, que o problema é compreender o que é dito numa outra língua e que não é dito na minha própria língua. É um trabalho, direi “difícil” de tradução, com as duas vertentes da tradução, porque, por um lado, eu aprendo a habitar numa língua estrangeira e, por outro lado, eu acolho-a em mim. A esse respeito, empregava há pouco a expressão “hospitalidade linguística”. Não será este trabalho de um grande ecumenismo que seria como uma espécie de hospitalidade de convicção, onde seria reconhecida, não só a expressão comum em ética, mas igualmente a diversidade dos caminhos para chegar a essa ética a partir de um fundo de convicções que é mais do que ética?

Hans Küng: Poderei facilmente continuar a nossa conversa em francês ou em alemão. Posso falar então como cristão, mas, se for preciso, posso igualmente falar, em inúmeros casos, como um muçulmano embora não tão bem quanto ele. Não conheço, de facto, o francês como Paul Ricoeur mas posso mesmo assim compreendê-lo. Posso dar-lhe um testemunho que é completamente instrutivo nesse sentido: aquando de uma conferência onde um teólogo cristão atacava um muçulmano, este último não se defendeu. Fiz-lhe de seguida a pergunta: porque não se defendeu? Ele respondeu-me: eu sabia que você faria a nossa defesa e é muito melhor se você, enquanto cristão, nos defender. Logo, devemos aprender a pensar na língua do outro. Isso não vale unicamente entre o francês e o alemão, isso é também válido entre os cristãos, os judeus, os muçulmanos e os outros também. Obteremos assim, tranquilamente, um início de compreensão. Estou, todavia, de acordo consigo: não deveríamos deixar-nos ficar num alto como se lá tivéssemos sido colocados por um helicóptero, quero dizer com isto um cume de teologia e fazer as nossas comparações lá de cima, porque ninguém tem uma visão de conjunto.

Paul Ricoeur: Estás, portanto, de acordo de que não há lugar de destaque de onde se veriam as dificuldades...

Hans Küng: Completamente de acordo.

Paul Ricoeur: A minha sugestão seria dizer que cada um de nós tem de fazer o seguinte trabalho: não podendo permanecer, por assim dizer, à superfície das crenças, das expressões populares, etc., onde as distâncias são enormes, é preciso que cada um trabalhe em profundidade, de forma a diminuir a distância que diz respeito à questão de fundo. A minha pergunta seria então esta: será que não tocamos em alguma coisa que não é dita em algumas das religiões, num não-dito por assim dizer que seria precisamente como o fundo místico do fundamental que não passa completamente para a língua? Longe de uma Declaração comum quase tocaríamos num silêncio comum sobre o que não pode ser dito. É esse silêncio profundo que nos pareceria muito mais do que uma Declaração sobre os princípios éticos, dos quais podemos sempre dizer que não têm nenhuma necessidade de fundamento religioso.

Hans Küng: Não vejo aqui qualquer contradição. Certamente, um cristão sabe que não compreenderá Deus. Ele atinge um limite onde a linguagem se detém, onde não possuímos mais os conceitos necessários, onde a fantasia não contribuirá mais; há então um limite último, e mesmo o melhor teólogo está submetido a isso, ele não poderá desvendar o segredo de Deus. Neste sentido, poderíamos reproduzir célebres citações de São Tomás de Aquino, de outros teólogos. Creio que se trata aí de um elemento comum. Um budista di-lo-á também: a realidade última não é possível de compreender. De uma certa forma, só podemos vivê-la. É uma dimensão que é dada em todas as religiões. Se fazemos então uma Declaração como esta, não falamos da verdade última senão à margem, isso deve ser mencionado simplesmente, mas esse Manifesto não vai além. De facto, trata-se simplesmente de saber como poderão os cristãos, os muçulmanos, os budistas viver em conjunto. E isto é uma questão que não depende na nossa concessão do mistério.

Paul Ricoeur: O que podemos inscrever na Declaração comum é este apelo a cada um de ir procurar no mais fundo da sua tradição o que o une subterraneamente, mas a um ponto que precisamente ninguém domina. Isso parece-me fundamental, para voltar ao nosso ponto de partida que dizia respeito à questão da violência. Porque, como vencer a tendência para a violência de uma convicção religiosa, senão indo em direção ao fundo que ela própria não domina, que ela não pode expor como fórmula dogmática e que, por assim dizer, a dirige como de longe, a partir de um ponto obscuro, da luminosidade de um ponto

obsuro. Reconheço que esse ponto de luminosidade obscura deve ser o mesmo noutro lado mas eu não sei de que forma. É preciso encontrar na diferença mais extrema o ponto de silêncio e o ponto de reunião que não esteja mais ao nível verbal de uma Declaração. O que será então tocado pela prece não o será por uma prece de exigência, bem entendido, mas por uma prece de reconhecimento, do ponto de vista cristão, pela meditação do judeu na casa de estudo, pelo trabalho de Iluminação no budista e no modelo, precisamente, do primeiro Iluminado, Buda.

Hans Küng: Neste Manifesto é dito, no final: “Nós pugnamos por uma evolução individual e coletiva da consciência, por um despertar das nossas forças espirituais, pela reflexão, pela meditação, pela prece, por um pensamento positivo, por um retorno a si dos corações”. Pensamos que esse retorno a si do coração é justamente necessário. Mas é preciso mais do que um simples “silêncio”, é necessária também uma evolução profunda da consciência para que as questões do *ethos* sejam de novo apreendidas. Vimo-lo em três domínios em que conhecemos uma evolução muito profunda. Você, eu e todos os espetadores o sabem, nós não temos mais o mesmo pensamento quanto à guerra e à paz que tínhamos há vinte ou trinta anos, não temos mais a mesma concepção respeitante à economia e à ecologia que há vinte ou trinta anos, não temos mais a mesma visão das relações entre o homem e a mulher que há vinte ou trinta anos. E se, nesses três domínios, assistimos a uma evolução da consciência, isso deve igualmente ser possível para outras questões que estão ligadas, tal como a ética.

Paul Ricoeur: O que é importante, é que cada um descubra que aquilo que o conduz a esse respeito pela vida, pela palavra, pelo sexo, pela justiça social, provém de um ponto que, justamente, não está ao mesmo nível que estas declarações éticas. É preciso abordar um problema que não colocámos ainda: em que medida essas religiões são ainda religiões, o que faz com que sejam religiões é o facto de qualquer coisa ser dita, de cada vez, a partir de um lugar que eu não ocupo e é desse lugar que não ocupo que surge a obrigação de pronunciar essas palavras éticas comuns. Mas, ao mesmo tempo, a razão para pronunciar essas palavras não me pertence, compreendo que o outro chegue aí por um outro caminho; este fundamental não circula senão a partir do que um e outro não dominam. Seria aí que residiria o fundo da não-violência de uma religião. Entenda-me bem, se ao longo desta discussão, insisti sempre sobre este

fundamento último, este fundamento profundo, não era para fugir para outro lado, mas era de modo a encontrar razões fortes para combater, aqui e em nós e nas nossas confissões, a tendência para o fundamentalismo e, logo, tudo aquilo que é suscetível de ser fonte de violência. Para reencontrar, por assim dizer, a motivação da não-violência da minha própria convicção, é preciso que eu encontre no próprio fundo da minha convicção motivo para condenar e quebrar o momento de violência da convicção, para reencontrar no fundo da convicção o que não posso dominar. Dito de outra forma, não sou o mestre do sentido. Creio que é necessário, de cada vez, lembrar isso no instante mesmo em que penso ser portador de uma mensagem. Não só essa mensagem me ultrapassa, como também me desarma. E é na medida em que ela me desarma que eu posso dirigir-me ao outro para esperar que ele faça o mesmo caminho. Penso em particular no caso do Islão. Estou convencido, é a minha grande convicção, que o Islão fará à sua maneira um caminho semelhante ao nosso. Por causa dessa história infeliz do colonialismo e de todos os tipos de repressão, devido à situação geográfica o Islão está em grande parte no terceiro-mundo; ele próprio foi vítima de tanta violência que foi igualmente impedido de fazer esse caminho. Está verdadeiramente aí a minha convicção religiosa profunda de que todas as religiões são capazes de fazer esse caminho contra elas mesmas e contra o seu próprio fundamentalismo. Tenho grande confiança no Islão que hoje condena as violências ditas ao nome do Islão.

Hans Küng: Não pensa que este é um problema, que não apenas próprio dos muçulmanos, mas também dos cristãos, na medida em que temos igualmente cristãos que vivem na Idade Média?

Paul Ricoeur: Absolutamente. Chego aqui com a vergonha do que é dito em nome, por exemplo, do protestantismo na Irlanda do Norte. É esse trabalho, justamente, que não é simplesmente intelectual mas igualmente, como você o disse, que é um trabalho do coração. Deve existir aí, nos recursos de cada religião, qualquer coisa de semelhante ao que nós chamamos conversão, que é um movimento de retorno contra a componente de violência de uma convicção.

Hans Küng: Creio que em todas as religiões existem integristas e em todas as religiões existem também pessoas abertas. Há muçulmanos que têm as mesmas ideias sobre as Luzes que você e eu.

Paul Ricoeur: Fez alusão aos que não professam qualquer religião. Creio que temos necessidade igualmente da palavra da Aufklärung. E a grande oportunidade do cristianismo é de ter sido confrontado desde o início, graças à Grécia e a toda a herança do racionalismo, com esse conflito do que chamei o conflito da convicção e da crítica. É na medida em que nós levamos este combate no interior da convicção e com o apoio do exterior e do exterior de toda a religião, que temos necessidade do ateu, para nos compreendermos, nós crentes e para compreender os outros crentes que professam outras crenças que não a nossa.

Hans Küng: É obrigatório fomentar o diálogo. Não temos escolha. Quando evocamos a situação da antiga Jugoslávia e do Médio Oriente, temos exemplos em que se tratou da separação uns dos outros e não fizemos nada para tentar dialogar uns com os outros. Não haverá, a prazo, paz entre as religiões sem um diálogo entre essas mesmas religiões. Há muçulmanos que são esclarecidos como há judeus que são abertos e igualmente cristãos. Por isso, a Aufklärung, na medida em que ela vai no sentido dos direitos do homem, deve impor-se por todo o lado.

Paul Ricoeur: Voltaríamos aqui a encontrar o que é não-político numa convicção, não-político no sentido de ser desprovido de poder. É esta espécie de autocrítica da posse do poder em nome da verdade que nós devemos sempre voltar a fazer em nós mesmos. É nisso que temos necessidade das outras religiões e talvez da crítica que elas exercem em relação à nossa própria religião, para podermos ultrapassarmo-nos, aceitando sempre a leitura que, pelos outros, é feita do exterior sobre nós mesmos.

Hans Küng: A experiência que adquirimos no diálogo entre católicos e protestantes renova-se no diálogo entre os judeus, os cristãos e os muçulmanos e também com outras religiões. Todas as questões que nós dirigimos ao outro têm muitas vezes um reverso da medalha. Se eu coloco a questão relativa à violência no Islão, é preciso que eu tome consciência que esta é igualmente uma questão para o mundo cristão. Que é feito da nossa concepção da religião? Comparamos muitas vezes o ideal do mundo cristão com a realidade das outras religiões. Dizemos que somos a religião do amor, da paz e que os outros são as religiões da guerra, da Jihad, enfim da violência. De facto, o mundo cristão teve séculos durante os quais levou a cabo guerras de religião.

Paul Ricoeur: Chego quase a este paradoxo segundo o qual o problema não é apenas o ecumenismo entre confissões cristãs, pois temos também necessidade de uma certa forma das outras religiões para conduzir o nosso próprio combate para o ecumenismo no interior do cristianismo; dito de outro modo, é através do exterior que podemos encontrar a palavra do interior e a palavra entre nós. Por outras palavras, entre cristãos de diferentes convicções, temos necessidade da palavra dos não-cristãos para que ela nos ajude a levar a cabo esse combate.

Hans Küng: É de facto isso que me dá alguma esperança. Penso que é igualmente o seu caso. Se é possível estabelecer a paz entre católicos e protestantes que tiveram, durante séculos, guerras abertas, se é possível ter a paz entre eles, deve também ser possível entre outras religiões. Se estamos reunidos hoje aqui e se podemos esquecer que os franceses e os alemães fizeram guerras mundiais, lutaram até à destruição total, se isso é possível, então deve ser igualmente possível encontrar uma solução entre croatas e sérvios na Bósnia, mas para isso é certamente necessário que coloquemos uma outra dimensão aos responsáveis. Sempre admirei o facto de Charles de Gaulle e Konrad Adenauer terem celebrado a reconciliação entre a França e a Alemanha através de uma missa na Catedral de Reims.

Paul Ricoeur: Não é forçoso, justamente, que seja uma partilha de poder em que se colocaria a religião no poder ou como sustentáculo do poder. É preciso sempre preservar a dimensão não-política, a dimensão de não poder, para que o poder de uma palavra fraca politicamente tenha uma oportunidade de ser entendida por outros.

Hans Küng: É preciso, na verdade, dizer claramente que a paz não tem unicamente uma dimensão política, uma dimensão jurídica, mas igualmente uma dimensão ética e uma dimensão religiosa. Se esses elementos convergem, então a paz será possível. Temos conhecido situações positivas em que tivemos uma transformação radical que foi possível sem derramamento de sangue. Isso aconteceu na ex-RDA, na Checoslováquia, nos países de Leste, mas aconteceu também na África do Sul, nas Filipinas. Nestes países, havia por todo o lado pessoas motivadas pela religião que disseram: não queremos mais este sistema. Queremos mudar as coisas, não queremos mais comunismo, apartheid, regime Marcos, mas o nosso não implica não derramamento de sangue, queremos

chegar a isso pela não-violência. Podemos ver aqui, através destes exemplos, o que as religiões podem fazer com a sua força interior no sentido da não-violência.

Paul Ricoeur: A esse respeito, se tivesse de dizer uma palavra de esperança, seria para afirmar que haverá sempre, aqui, ali, em cada confissão, uma palavra forte que dirá: não, não mates, diz a verdade, sê justo, respeita os fracos.

Hans Küng: Exatamente.

ANEXO 5

Declaração de Ética Mundial: Parlamento das Religiões Mundiais, 4 de setembro de 1993, Chicago, E.U.A.

Introdução

O texto ora intitulado “Introdução” foi redigido em Chicago por um comitê redacional do “Council” do Parlamento das Religiões Mundiais, com base na Declaração original, escrita em Tübingen e reproduzida a seguir sob o título “Princípios”. Esta “Introdução” pretendeu oferecer – para divulgação junto ao grande público – um resumo sucinto da Declaração.

O mundo agoniza. E sua agonia é tão pungente e aflitiva que nos sentimos desafiados a nomear suas formas de manifestação, de modo a evidenciar a gravidade de nossa preocupação. A paz esquiva-se de nós – o planeta está sendo destruído – vizinhos convivem com medo – homens e mulheres são estranhos uns para os outros – crianças morrem! Isso é abominável! Condenamos a usurpação dos ecossistemas de nosso planeta. Condenamos a pobreza, que asfixia as chances de vida; a fome, que enfraquece o corpo humano; as desigualdades econômicas, que proliferam em nossas comunidades; e a morte insensata de crianças através da violência. Condenamos em especial a agressão e o ódio cultivados em nome da religião. Essa agonia não precisa existir. Ela não precisa existir, porque já se tem a base para uma ética. Essa ética oferece a possibilidade de uma ordem individual e global melhor, afasta os seres humanos do desespero, e afasta as sociedades do caos. Somos homens e mulheres que professam os mandamentos e as práticas das religiões do mundo: Afirmamos haver uma reserva de valores fundamentais em comum nas doutrinas das religiões, e que esses valores constituem a base para uma ética mundial. Afirmamos que essa verdade já é conhecida, mas ainda precisa ser vivida em atos e nos corações. Afirmamos haver uma norma irrefutável e incondicional para todos os campos da vida, para as famílias e comunidades, para as raças, nações e religiões. O comportamento humano já conta com linhas mestras muito antigas, que podem ser encontradas nas doutrinas das religiões mundiais e que são condição para uma ordem mundial duradoura. Declaramos: Todos dependemos uns dos outros. Cada um de nós depende do bom prosseguimento do todo. Por

isso respeitamos a comunidade dos seres vivos, seres humanos, animais e plantas, e nos preocupamos com a conservação da Terra, do ar, da água e do solo.

Temos responsabilidade individual por tudo que fazemos. Todas as nossas decisões, ações e omissões têm consequências. Precisamos dar aos outros o tratamento que deles queremos receber. Obrigamo-nos a respeitar a vida e a dignidade, a individualidade e a diferença, de modo que cada pessoa seja tratada humanamente – e sem exceção. Precisamos cultivar paciência e aceitação. Precisamos ser capazes de perdoar, à medida que aprendemos com o passado, mas jamais permitir que permaneçamos prisioneiros de lembranças de ódio. À medida que abrimos nossos corações uns aos outros, precisamos sepultar nossas controvérsias mesquinhas, em favor da causa de uma comunidade mundial, e praticar assim uma cultura da solidariedade e da aliança recíproca. Consideramos a humanidade como nossa família. É preciso que almejemos ser amigáveis e generosos. Não podemos viver apenas em favor de nós mesmos, e, mais que isso, precisamos servir aos outros e jamais esquecer as crianças, os idosos, os pobres, os sofredores, os deficientes, os fugitivos e os solitários. Seja como for, jamais alguém deverá ser explorado ou tratado como cidadão de segunda classe. Deverá haver uma relação de companheirismo entre homem e mulher, com igualdade de direitos. Jamais devemos praticar qualquer forma de imoralidade sexual. Devemos deixar para trás todas as formas de dominação ou de abuso. Comprometemo-nos com uma cultura da não-violência, do respeito, da justiça e da paz. Não exploraremos, não lesaremos, não torturaremos, nem jamais mataremos qualquer ser humano, e renunciaremos à violência como meio para a solução de diferenças. Precisamos ansiar por uma ordem social e econômica justa, em que cada pessoa tenha a mesma chance de fazer frutificar todas as suas possibilidades como ser humano. Precisamos falar e agir com veracidade e com simpatia, de modo a tratar todas as pessoas com honestidade e evitar preconceitos e ódio. Não nos permitimos roubar. Mais que isso, devemos suplantar o domínio da ânsia por poder, prestígio, dinheiro e consumo, a fim de concebermos um mundo justo e pacífico. A Terra não pode ser modificada para melhor sem que primeiro a consciência dos indivíduos se modifique. Prometemos ampliar nossas capacidades de perceber a realidade, à medida que disciplinarmos nosso espírito através da meditação, da oração e do pensamento

positivo. Sem riscos e sem prontidão para o sacrifício não pode ocorrer nenhuma mudança fundamental em nossa situação. Por isso nos comprometemos com essa ética mundial, com a compreensão mútua, e com formas de vida compatíveis com as dinâmicas sociais, promotoras da paz e benéficas à natureza. Convidamos todos os seres humanos, religiosos ou não, a fazer o mesmo.

OS PRINCÍPIOS DE UMA ÉTICA MUNDIAL

Nosso mundo atravessa uma crise fundamental: uma crise da economia mundial, da ecologia mundial, da política mundial. Por todo lugar lamentam-se a ausência de uma visão ampla, o acúmulo de problemas não resolvidos, a inação política, a condução política meramente mediana, que não chega a ser clarividente ou previdente o bastante, e ainda, de forma geral, a pouca sensibilidade para o bem-comum. Há muitas respostas velhas para desafios novos. Centenas de milhões de seres humanos em nosso planeta sofrem cada vez mais sob o peso do desemprego, da pobreza, da fome e da destruição das famílias. A esperança por uma paz duradoura entre os povos volta a titubear. Tensões entre as raças e as gerações assumiram dimensões assustadoras. Crianças morrem, matam e são mortas. Cresce o número de estados abalados por casos de corrupção na política e na economia. A convivência pacífica em nossas cidades torna-se sempre mais difícil, diante dos conflitos sociais, raciais e étnicos, diante do abuso de drogas, do crime organizado, da anarquia. Até mesmo vizinhos frequentemente convivem com medo. Nosso planeta, hoje como ontem, continua sendo saqueado sem a mínima consideração. Cresce a ameaça de um colapso dos ecossistemas. Reiteradas vezes, e em diversos lugares deste mundo, observamos que líderes e adeptos de religiões instigam à agressão, ao fanatismo, ao ódio e à xenofobia; e inspiram e legitimam até mesmo confrontos sangrentos e marcados pela violência. Usurpa-se a religião para fins meramente voltados à conquista do poder político, até o extremo da guerra. Isso nos causa grande repugnância. Condenamos todos esses desenvolvimentos e declaramos que isso não tem que ser assim. Já existe uma ética capaz de oferecer orientação diversa à desses desdobramentos globais funestos. Embora essa ética não ofereça soluções diretas para todos os imensos problemas mundiais, oferece a base moral para uma ordem individual e global melhor: uma visão capaz de afastar homens e mulheres do desespero, e as sociedades, do caos. Somos

homens e mulheres que professam os mandamentos e práticas das religiões mundiais. Afirmamos já haver um consenso entre as religiões, capaz de constituir a base para uma ética mundial: um consenso fundamental mínimo, no que diz respeito a valores obrigatórios, parâmetros inamovíveis e atitudes morais básicas.

I. Não há nova ordem mundial sem uma ética mundial

Nós, homens e mulheres provenientes de diversas religiões e regiões deste planeta, dirigimo-nos, portanto, a todos os seres humanos, religiosos ou não-religiosos. Queremos expressar a convicção que partilhamos:

- Todos nós somos responsáveis por uma ordem mundial melhor. Nosso posicionamento em favor dos direitos humanos, da liberdade, justiça, paz e preservação da Terra dá-se de modo incondicional;

- Nossas tradições religiosas e culturais diversas não nos devem impedir de assumir um posicionamento ativo e comum contra todas as formas de desumanidade e em favor de mais humanidade;

- Os princípios manifestados nesta Declaração podem ser assumidos por todos os seres humanos que sustentem convicções éticas, sejam elas de fundamento religioso ou não;

- Nós, no entanto, como pessoas religiosas ou de orientação espiritual – que fundamentam suas vidas sobre uma realidade última, da qual retiram força e esperança espiritual em uma atitude de confiança, de oração ou meditação, em palavras ou pelo silêncio –, estamos especialmente comprometidos com o bem da humanidade como um todo, e preocupados com o planeta Terra.

Não nos consideramos melhores que outras pessoas, mas temos confiança em que a sabedoria milenar de nossas religiões seja capaz de apontar caminhos, também para o futuro. Depois de duas guerras mundiais e após o fim da Guerra Fria, depois do colapso do fascismo e do nazismo e após o abalo do comunismo e do colonialismo, a humanidade entrou em uma nova fase de sua história. A humanidade, hoje em dia, disporia de recursos econômicos, culturais e espirituais suficientes para dar início a uma ordem mundial melhor. Contudo, antigas tensões étnicas, nacionais, sociais, econômicas e religiosas ameaçam a construção pacífica de um mundo melhor. Nossa época, é bem verdade, experimentou avanços científicos e técnicos maiores do que nunca. Ainda assim, estamos diante do fato de que no mundo todo não diminuíram a pobreza, a fome, a

mortalidade infantil, o desemprego, a miserabilização e a destruição da natureza; na verdade, esses problemas aumentaram. Muitos povos estão ameaçados pela ruína econômica, pela degradação social, pela marginalização política, pela catástrofe ecológica, pelo colapso nacional. Em uma situação mundial tão dramática, a humanidade não precisa apenas de programas e ações políticas. Ela precisa também de uma visão de convivência pacífica dos povos, dos agrupamentos étnicos e éticos e das religiões, sob uma atitude de corresponsabilidade partilhada em relação ao planeta Terra. Uma tal visão baseia-se em esperanças, em objetivos, ideais e parâmetros. Todas essas coisas, no entanto, foram subtraídas a muitas pessoas no mundo todo. Mesmo assim, estamos convictos de que cabe justamente às religiões – apesar de todo o mau uso que se fez delas, e de seus frequentes fracassos históricos – sustentar a responsabilidade de manter vivas essas esperanças, objetivos, ideais e parâmetros. Isso vale de modo especial para os Estados modernos: as garantias de liberdade religiosa e de consciência são necessárias, mas não substituem valores obrigatórios, convicções e normas válidas para todos os seres humanos, seja qual for sua origem social, seu sexo, cor, língua ou religião. Estamos profundamente convencidos da unidade fundamental da família humana sobre nosso planeta Terra. Por isso trazemos à memória a Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas, de 1948. O que ela proclamou solenemente no plano do Direito queremos confirmar e aprofundar aqui no plano da Ética: a realização plena da indisponibilidade da pessoa humana, da liberdade inalienável, da igualdade de todas as pessoas, assumida como princípio, e da necessária solidariedade e dependência recíproca de todas as pessoas, umas em relação às outras.

Com base em experiências de vida pessoais e com base na história de nosso planeta, plena de misérias, aprendemos:

- que com leis, prescrições e convenções, por si sós, não se pode criar uma ordem mundial melhor, nem muito menos estabelecê-la;
- que a concretização da paz, da justiça e da preservação da Terra depende da clarividência dos seres humanos e de sua disposição para validar o Direito;
- que o engajamento em favor do Direito e da liberdade pressupõe a consciência em relação à responsabilidade e aos deveres, e que é preciso dirigir-se, portanto, aos corações e mentes das pessoas;

- que o Direito sem eticidade não perdura ao longo do tempo, e que, portanto, não haverá uma nova ordem mundial sem uma ética mundial.

Ética mundial não subentende aqui uma nova ideologia mundial, nem tampouco uma religião mundial única para além de todas as religiões, nem muito menos o domínio de uma religião sobre todas as outras. Com uma ética mundial temos em mente um consenso fundamental quanto a valores obrigatórios vigentes, parâmetros inamovíveis e atitudes pessoais básicas. Sem um consenso fundamental na ética, cedo ou tarde toda comunidade vê-se ameaçada pelo caos ou por uma ditadura, e as pessoas, como indivíduos, perderão a esperança.

II. O desafio básico: todo ser humano tem que ser tratado de forma humana

Somos todos pessoas falíveis e incompletas, com limitações e defeitos. Estamos cientes da realidade do mal. Justamente por isso, e em virtude do bem da humanidade, sentimo-nos comprometidos a expressar o que deveriam ser os elementos básicos de uma ética comum à humanidade – tanto para os indivíduos quanto para as comunidades e organizações, tanto para os Estados quanto para as religiões. Pois temos confiança: nossas tradições éticas e religiosas contêm elementos éticos o bastante, claros e vivíveis para todas as pessoas de boa vontade, religiosas ou não-religiosas. Assim, estamos cientes de que nossas várias tradições religiosas e éticas fundamentam de forma muitas vezes diversa o que é benéfico ou prejudicial ao homem, o que é certo e errado, o que é bom e mau.

Não queremos obscurecer ou ignorar as diferenças profundas existentes entre cada uma das religiões. Mas tais diferenças não nos devem impedir de proclamar publicamente o que já temos em comum, nem as coisas com que já nos sentimos coletivamente comprometidos, com base nos respectivos fundamentos religiosos e éticos. Estamos cientes de que as religiões não podem resolver os problemas ecológicos, econômicos, políticos e sociais desta Terra. É provável, porém, que elas possam alcançar o que planos econômicos, programas políticos ou regramentos jurídicos não podem alcançar por si sós: a atitude interior, a mentalidade como um todo, modificar justamente o “coração” da pessoa e mobilizá-la à “conversão”, ao abandono de um caminho errado para uma nova postura diante da vida. A humanidade certamente carece de reformas sociais e

ecológicas, mas carece igualmente de renovação espiritual. Nós, como pessoas de orientação religiosa ou espiritual, queremos comprometer-nos de maneira especial com essa renovação – cientes de que as forças espirituais das religiões são capazes de proporcionar às pessoas, ao longo de suas vidas, uma confiança fundamental, um horizonte de sentido, parâmetros últimos e uma pátria espiritual. Por certo, as religiões só têm credibilidade para fazer tal coisa quando elas próprias suplantam os conflitos a que dão origem, quando superam reciprocamente a superioridade, a desconfiança, os preconceitos e imagens de hostilidade, e quando devotam respeito às tradições, aos santuários, festas e ritos das pessoas de credos diferentes. Todos sabemos: em toda parte no mundo, hoje como ontem, seres humanos são tratados de forma desumana. São privados de suas chances de vida e de sua liberdade, seus direitos humanos são pisoteados, desconsidera-se sua dignidade humana. Mas poder não é o mesmo que Direito! Em face de toda desumanidade, nossas convicções religiosas e éticas exigem: todo ser humano tem que ser tratado de forma humana! Ou seja: todo ser humano – sem distinção de idade, sexo, raça, cor, capacidade física ou intelectual, língua, religião, convicção política, origem nacional ou social – é dotado de uma dignidade intocável e inalienável. Todos, portanto, tanto o Estado como o indivíduo, estão obrigados a respeitar essa dignidade e garantir-lhe defesa efetiva. Também na economia, na política e nos meios de comunicação, em institutos de pesquisa e em empreendimentos industriais, o ser humano deve ser sempre sujeito do Direito, e deve ser fim, jamais um mero meio, jamais um objeto de comercialização e industrialização. Ninguém está “além do bem e do mal”: nenhuma pessoa e nenhuma classe social, nenhum grupo de interesse, por mais influente que seja, e nenhum cartel de poder, nenhum aparato policial, nenhum exército e muito menos Estado algum. Ao contrário: todo ser humano, como ser dotado de razão e consciência moral, está obrigado a comportar-se de forma verdadeiramente humana, e a não se comportar de forma desumana; está obrigado a fazer o bem e não fazer o mal! Nossa Declaração pretende elucidar o que isso quer dizer de forma concreta. Com vistas a uma nova ordem mundial, queremos trazer à memória normas éticas inamovíveis e incondicionais. Elas não devem representar amarras ou grilhões para o ser humano, mas auxílio e apoio para que ele sempre possa reencontrar e concretizar um direcionamento para a vida, valores, posturas e sentido para ela. Há um princípio, a regra de ouro

presente e preservada há milênios em muitas tradições religiosas e éticas da humanidade: não faças aos outros o que não queres que te façam a ti. Ou, formulada de modo positivo: faças aos outros o que queres que te façam também a ti! Essa deveria ser a norma inamovível e incondicionada para todos os campos da vida, para a família e as comunidades, para as raças, nações e religiões. Egoísmos de toda natureza são condenáveis – individuais ou coletivos, sob a forma de noções de classe, racismo, nacionalismo ou sexismo. Nós os condenamos, porque eles impedem a pessoa de ser verdadeiramente humana. Autodeterminação e auto-realização são inteiramente legítimas – desde que não se desvinculem da responsabilidade do ser humano por si mesmo e pelo mundo, da responsabilidade pelas demais pessoas e pelo planeta Terra. Esse princípio inclui parâmetros muito concretos, aos quais nós, seres humanos, nos devemos ater. Dele decorrem quatro linhas mestras muito antigas, presentes na maioria das grandes religiões deste mundo.

III. Quatro preceitos inamovíveis

1. Compromisso com uma cultura da não-violência e do temor diante da vida
Inúmeras pessoas, em todas as regiões e religiões, esforçam-se por ter uma vida determinada não pelo egoísmo, mas pelo engajamento em favor dos semelhantes e do mundo que compartilham com eles. Ainda assim, há no mundo de hoje muito ódio, inveja, ciúme e violência: não apenas entre as pessoas enquanto indivíduos, mas também entre grupos sociais e étnicos, entre classes e raças, nações e religiões. O uso de violência, a comercialização de drogas e o crime organizado, munidos muitas vezes dos mais avançados recursos técnicos, alcançaram dimensões globais. Em muitos lugares ainda se governa com um terror “vindo de cima”; ditadores violentam seus próprios povos, a violência institucional é bastante difundida. Mesmo em países onde existem leis de defesa das liberdades individuais, presos são torturados, pessoas são mutiladas, reféns, assassinados.

A. Das grandes tradições éticas e religiosas antigas, porém, acolhemos o preceito: Não matarás! Ou, formulado de maneira positiva: Sente temor diante da vida! Ora, recordemos uma vez mais as consequências desse antigo preceito: toda pessoa tem direito à vida, integridade física e livre desenvolvimento da personalidade, desde que não fira os direitos de outras pessoas. Pessoa alguma tem direito de torturar outra, seja física ou psiquicamente, nem de ferir, nem muito

menos de matar a outrem. E nenhum povo, nenhum Estado, nenhuma raça ou religião têm o direito de discriminar uma minoria, de natureza ou credo diversos, nem proceder a qualquer “purificação”, exilá-la, nem muito menos aniquilá-la.

B. Onde houver seres humanos, por certo também haverá conflitos. Esses conflitos, no entanto, deveriam ser resolvidos sem qualquer violência, no âmbito de uma ordem legal. Isso vale tanto para o indivíduo, quanto para os Estados. Os detentores do poder político são especialmente chamados a se ater à ordem legal vigente, e a lutar por soluções tão pacíficas e não-violentas quanto possível. Eles deveriam engajar-se em favor de uma ordem internacional pacífica, que, de sua parte, necessita de proteção e defesa contra agentes de violência. Munir-se de armas é um descaminho, desarmar-se, uma exigência premente. Que ninguém se engane: sem paz mundial, a humanidade não sobrevive!

C. Por isso, os jovens já deveriam aprender na família e na escola que a violência não pode ser instrumento para a confrontação com outras pessoas. Só assim se pode criar uma cultura da não-violência.

D. A pessoa humana é infinitamente preciosa e deve ser protegida incondicionalmente. Mas também a vida de animais e plantas que habitam conosco este planeta merece proteção, cuidado e conservação. A exploração desenfreada das reservas vitais da natureza, a destruição desrespeitosa da biosfera e a militarização do cosmos são um ultraje. Como seres humanos – e em vista das gerações futuras – somos todos especialmente responsáveis pelo planeta Terra e pelo Cosmos, pelo ar, pela água e pelo solo. Todos nós neste Cosmos estamos ligados uns aos outros e somos mutuamente dependentes. Cada um de nós depende do bem do todo. Por isso vale dizer: não se deve propagar a dominação do ser humano sobre a natureza e o Cosmos, mas sim cultivar a vida em comunidade com a natureza e o Cosmos.

E. Ser verdadeiramente humano, no espírito de nossas grandes tradições religiosas e éticas, significa ser cuidadoso e solícito, tanto na vida privada quanto na vida pública. Jamais devemos ser desrespeitosos ou brutais. Cada povo, cada raça, cada religião deve render tolerância, respeito e grande estima aos demais povos, raças e religiões. Minorias – sejam minorias raciais, étnicas ou religiosas – necessitam de nossa proteção e apoio.

2. Compromisso com uma cultura da solidariedade e uma ordem econômica justa

Inúmeras pessoas, em todas as regiões e religiões, esforçam-se por praticar solidariedade umas com as outras, e por viver uma vida de trabalho e cumprimento leal de uma profissão. Ainda assim, no mundo de hoje há muita fome, pobreza e miséria. O indivíduo não é o único culpado por isso. Frequentemente, a culpa é de estruturas sociais injustas: milhões de pessoas não têm trabalho, milhões são explorados através de um trabalho mal remunerado, são postos à margem da sociedade e privados de chances em suas vidas. Em muitos países, as diferenças entre ricos e pobres e entre poderosos e desvalidos são assustadoras. Neste mundo em que tanto um capitalismo desenfreado quanto um socialismo estatal totalitário esvaziaram e destruíram muitos valores espirituais, puderam difundir-se uma ânsia desenfreada por lucro e uma avidez sem limites, mas também uma mentalidade reivindicatória materialista, que sempre exige mais e mais do Estado, sem assumir maior compromisso recíproco. Não apenas nos países em desenvolvimento, mas também nos países industrializados a corrupção desenvolveu-se na sociedade como uma chaga cancerosa.

A. Das grandes tradições éticas e religiosas antigas, porém, acolhemos o preceito: Não roubarás! Ou, formulado positivamente: Age de maneira justa e honesta! Ora, recordemos uma vez mais as consequências desse antigo preceito: pessoa alguma tem o direito de roubar outra – seja de que forma for –, nem tampouco de violar sua propriedade ou os bens comunitários. Ao inverso, no entanto, pessoa alguma tem o direito de fazer uso de suas posses sem respeitar as carências da sociedade e da Terra.

B. Quando a pobreza extrema predomina, o desamparo e o desespero ganham espaço, e aí sempre se roubará, por força da sobrevivência. Quando se acumulam poder e riqueza indiscriminados, é inevitável que se despertem nos pobres e marginalizados sentimentos de inveja e ressentimento, de ódio mortal e de rebelião. Isso conduz, no entanto, a um círculo vicioso de violência e de reações violentas. Que ninguém se engane: não há paz mundial sem justiça mundial!

C. Por isso, os jovens já deveriam aprender na família e na escola que a propriedade, por menor que seja, cria obrigações. Seu uso deve, ao mesmo

tempo, servir ao bem comum. Só assim é possível construir uma ordem econômica justa.

D. Contudo, quando se quer alterar decisivamente a situação dos bilhões de seres humanos mais pobres que vivem neste planeta, é preciso remodelar de forma mais justa as estruturas da economia mundial. A beneficência individual e projetos isolados de ajuda, por mais imprescindíveis que sejam, não são suficientes. É preciso haver participação de todos os Estados e a autoridade das organizações internacionais, para que se chegue a um equilíbrio justo. A crise de endividamento e a pobreza do Segundo Mundo, ora em dissolução, e tanto mais do Terceiro Mundo, precisam ser conduzidas a uma solução sustentável por todas as partes. Certamente, os conflitos de interesse serão inevitáveis também no futuro. Nos países desenvolvidos, de qualquer modo, deve-se distinguir entre consumo necessário e desenfreado, entre um uso social e associal da propriedade, entre um uso justificado e injustificado dos recursos naturais, entre uma sociedade de mercado puramente capitalista e outra, orientada tanto social quanto ecologicamente. Os países em desenvolvimento também necessitam de um exame de consciência em nível nacional. Isso vale em toda parte: sempre que os dominadores oprimem os dominados, as instituições oprimem as pessoas, e o poder oprime o direito, é adequado haver resistência – pacífica, sempre que possível.

E. Ser verdadeiramente humano, no espírito de nossas grandes tradições religiosas e éticas, significa o seguinte:

- Ao invés de se usurpar o poder econômico e político, em meio a uma luta irrespeitosa pelo domínio, deve-se utilizá-lo para o serviço ao ser humano. Precisamos desenvolver um espírito de compaixão com os que sofrem e ter uma preocupação especial com os pobres, deficientes, idosos, fugitivos e solitários;

- Ao invés de um pensamento unicamente voltado ao poder e ao invés de uma política de poder desenfreada, é preciso fazer prevalecer o respeito mútuo em meio à inevitável concorrência que surge na disputa pelo poder, um equilíbrio razoável dos interesses, e uma predisposição para o respeito e a conciliação;

- Ao invés de um desejo insaciável por dinheiro, prestígio e consumo, é preciso reencontrar um novo senso de comedimento e humildade! Pois o ser humano entregue ao desejo perde sua “alma”, sua liberdade, seu desprendimento, sua paz interior e perde, com isso, o que o torna humano.

3. Compromisso com uma cultura da tolerância e uma vida de veracidade

Inúmeras pessoas, em todas as regiões e religiões, esforçam-se por viver também em nosso tempo uma vida de honestidade e veracidade. Ainda assim, há no mundo de hoje muita engodo e mentira, embuste e hipocrisia, ideologia e demagogia:

- políticos e homens de negócios que usam a mentira como instrumento de política e de êxito;
- meios de comunicação de massa que veiculam propaganda ideológica ao invés de informação veraz, que propagam desinformação e não informação, que rendem tributo a um cínico interesse comercial, ao invés de se manterem fiéis à verdade;
- cientistas e pesquisadores que se entregam a programas ideológicos ou políticos moralmente questionáveis ou a grupos de interesse econômico, e que justificam pesquisas lesivas a valores éticos fundamentais;
- representantes de religiões que degradam pessoas de outras religiões a uma condição de inferioridade e que propagam fanatismo e intolerância ao invés de respeito, compreensão mútua e tolerância.

A. Das grandes e antigas tradições éticas e religiosas da humanidade, porém, acolhemos o preceito: Não mentirás! Ou, dito de forma positiva: Fala e age com veracidade! Recordemos uma vez mais as consequências desse antigo preceito: pessoa alguma, nem nenhuma instituição, estado, igreja ou comunidade religiosa têm o direito de dizer inverdades às pessoas.

B. Isso vale em especial:

- para os meios de comunicação de massa, aos quais felizmente se garante liberdade de informação, para que a verdade seja dita, e aos quais se atribui, portanto, em cada uma das sociedades, um posto de guarda: eles não estão acima da moral, mas permanecem comprometidos, em sua objetividade e honestidade, com a dignidade humana, os direitos humanos e os valores fundamentais. Eles não têm direito algum de invadir a esfera particular das pessoas, distorcer a realidade, nem manipular a opinião pública;

- para a arte, a literatura e a ciência, às quais se garante com razão a liberdade artística e acadêmica: elas não estão desvinculadas de parâmetros éticos gerais, mas devem se pôr a serviço da verdade;

- para os políticos e partidos políticos: se eles mentem descaradamente ao povo e tornam-se interna e externamente culpados pela manipulação da verdade, pela corrupção ou por uma política irrespeitosa de conquista do poder, põem em jogo a própria credibilidade e merecem a perda de seus postos e de seus eleitores. Ao contrário, a opinião pública deve apoiar os políticos que ousam sempre dizer a verdade ao povo;

- finalmente, para os representantes das religiões: se eles incitam a preconceitos, ódio e hostilidade em relação a quem professa outras religiões, se apregoam o fanatismo, ou se até mesmo dão início ou legitimam guerras motivadas pela fé, então merecem condenação por parte dos seres humanos e a perda de seus seguidores. Que ninguém se engane: não há paz mundial sem justiça mundial!

C. Por isso, os jovens já deveriam aprender na família e na escola a cultivar veracidade em seu pensamento, sua fala e sua ação. Todo ser humano tem direito à verdade e à veracidade. Tem o direito à informação e formação necessárias para poder tomar decisões fundamentais para sua vida. Sem uma orientação ética básica, a pessoa não logra distinguir entre o que seja importante ou desimportante. Em face da grande quantidade de informações com que a pessoa se defronta nos dias de hoje, parâmetros éticos podem prestar-lhe ajuda quando fatos estiverem sendo distorcidos, interesses, acobertados, quando certas tendências estiverem sendo cortejadas, ou opiniões sendo apresentadas como absolutas.

D. Ser verdadeiramente humano, no espírito de nossas grandes tradições religiosas e éticas, significa o seguinte:

- ao invés de confundir liberdade com arbitrariedade, e pluralismo com falta de critérios, fazer valer a verdade;

- ao invés de viver desonestidade, dissimulação e acomodação oportunista, cultivar o espírito de veracidade, também nas relações quotidianas de pessoa para pessoa;

- ao invés de divulgar meias verdades ideológicas ou partidárias, procurar sempre reiteradamente a verdade, em um espírito incorruptível de veracidade;

- ao invés de render tributo ao oportunismo, e uma vez conhecida a verdade, servi-la com confiança e constância.

4. Compromisso com uma cultura da igualdade de direitos e do companheirismo entre homem e mulher

Inúmeras pessoas, em todas as regiões e religiões, esforçam-se por viver no espírito de companheirismo entre homem e mulher, em prol de uma ação responsável nos campos do amor, da sexualidade e da família. Ainda assim, no mundo de hoje há por toda parte formas condenáveis de patriarcalismo, de dominação de um sexo sobre o outro, de exploração de mulheres e abuso sexual de crianças, de prostituição forçada. As diferenças sociais neste planeta levam não raramente a que sobretudo mulheres e mesmo crianças nos países menos desenvolvidos sejam-se forçadas a fazer uso da prostituição como meio na luta pela sobrevivência.

A. Das grandes e antigas tradições éticas e religiosas da humanidade, porém, acolhemos o preceito: Não serás incasto! Ou, dito de forma positiva: Respeitai e amai uns aos outros! Recordemos uma vez mais as consequências desse antigo preceito: pessoa alguma tem o direito de degradar o outro a mero objeto de sua sexualidade, fazê-lo incidir ou mantê-lo em dependência sexual.

B. Condenamos a exploração sexual e a discriminação de gênero como uma das piores formas de humilhação do ser humano. Sempre que se apregoar a dominação de um sexo sobre o outro ou se tolerar a exploração sexual – tanto mais em nome de uma convicção religiosa –, e sempre que se fomentar a prostituição ou se abusar sexualmente de crianças, cabe opor-se a isso. Que ninguém se engane: não há verdadeira humanidade sem um convívio pautado pelo companheirismo!

C. Por isso, os jovens já deveriam aprender na família e na escola que a sexualidade não é uma força negativa-destruidora ou explorativa, mas sim uma força criadora e formadora. Sua função é afirmar a vida e criar comunidade; e ela só pode se desenvolver quando estiver sendo vivenciada a responsabilidade pela felicidade também do companheiro.

D. A relação entre homem e mulher não deveria ser determinada pela tutela ou pela exploração, mas sim pelo amor, companheirismo e confiança. Prazer sexual e plenitude humana não são idênticos. A sexualidade deve ser expressão

e confirmação de uma relação amorosa vivida com companheirismo. Algumas tradições religiosas também conhecem o ideal da renúncia ao desenvolvimento da sexualidade. A renúncia voluntária também pode ser expressão de identidade e plenificação de sentido.

E. A instituição social do matrimônio, mesmo diante de todas as diferenças culturais e religiosas, é caracterizada pelo amor, fidelidade e duração. Ela quer e deve garantir a homens, mulheres e crianças proteção e apoio mútuo, bem como assegurar seus direitos. Em todos os países e culturas é preciso empenhar-se por condições econômicas e sociais que possibilitem uma existência humanamente digna do casamento, da família, e em especial das pessoas idosas. As crianças têm direito à educação. Nem os pais devem aproveitar-se dos filhos, nem os filhos, dos pais; seu relacionamento deve ser sustentado, sim, pelo respeito, reconhecimento e cuidado mútuo.

F. Ser verdadeiramente humano, no espírito de nossas grandes tradições religiosas e éticas, significa o seguinte:

- ao invés de dominação ou humilhação, que são expressões de violência e frequentemente geram reações violentas, cultivar respeito, compreensão, companheirismo;
- ao invés de toda forma de desejo sexual possessivo ou de abuso sexual, cultivar respeito mútuo, tolerância, conciliação, amor. No plano das nações e religiões só se pode praticar o que já se vive no plano das relações pessoais e familiares.

IV. Mudança de consciência

Todas as experiências históricas demonstram: não se pode mudar nosso planeta sem que se chegue a mudanças de consciência no indivíduo e na opinião pública. Isso já se evidenciou em questões como guerra e paz, economia e ecologia, que passaram por mudanças fundamentais nas últimas décadas. Tais mudanças também devem ser alcançadas em vista da ética! Todo indivíduo possui não apenas uma dignidade intocável e direitos inalienáveis; ele tem também uma responsabilidade irrefutável pelo que faz ou deixa de fazer. Todas as nossas decisões e atos, assim como nossas conquistas e fracassos, têm consequências. Manter viva essa responsabilidade, aprofundá-la e transmiti-la para as gerações futuras – eis aí uma importante incumbência das religiões.

Quanto a isso, mantemo-nos realistas no que diz respeito ao que já se alcançou nesse consenso, e instamos para que se observe o seguinte:

1. É difícil obter um consenso universal para muitas questões éticas específicas e polêmicas (desde a bioética e a ética sexual, a ética da ciência e dos meios de comunicação, até a ética econômica e do Estado). Contudo, no espírito dos princípios comuns aqui desenvolvidos, deveriam ser encontradas soluções objetivas também para muitas das questões que permanecem polêmicas até o momento;

2. Em muitos campos da vida já se despertou uma nova consciência para a responsabilidade ética. Consideramos louvável, portanto, que o maior número possível de classes profissionais, como os médicos, cientistas, comerciantes, jornalistas e políticos, elaborem códigos de ética capazes de oferecer diretrizes concretas para questões provocativas de seu respectivo meio profissional;

3. Instamos sobretudo com as comunidades de fé em particular para que formulem sua ética específica: o que cada uma das tradições de fé tem a dizer sobre o sentido da vida e da morte, sobre suportar o sofrimento e perdoar a culpa, sobre a entrega abnegada e a necessidade de renúncia, sobre compaixão e alegria.

Tudo isso contribuirá para aprofundar, especificar e concretizar a ética mundial que já se reconhece nesse momento. Por fim, apelamos a todos os habitantes de nosso planeta: não se pode mudar nossa Terra para melhor sem que se mude a consciência do indivíduo. Pronunciamo-nos em favor de uma mudança individual e coletiva da consciência, em favor de um despertar de nossas forças espirituais por meio da reflexão, meditação, oração e pensamento positivo, e em favor de uma conversão dos corações. Juntos podemos mover montanhas! Sem riscos e disposição ao sacrifício não haverá mudança de base em nossa situação! Por isso comprometemo-nos com uma ética mundial: com uma maior compreensão mútua, e com formas de vida compatíveis com as dinâmicas sociais, promotoras da paz e benéficas à natureza.

Convidamos todos os seres humanos, religiosos ou não, a fazer o mesmo!